

ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis

SABER

Revisitando os Conceitos Teóricos de *Disclosure*, Transparência, *Accruals* e Assimetria da Informação

Por Udo Strassburg, Nilton Marques de Oliveira e Weimar Freire da Rocha Jr.



Exclusiva Abracicon

Motivação dos discentes de Ciências Contábeis para seguir a profissão de Auditor

Artigo Premiado

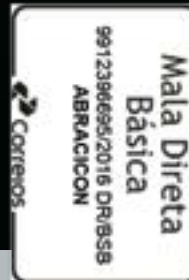
Mapeamento do *Global Report Initiative* nas Cooperativas Agropecuárias do Estado do Paraná

Perfil

Ivo Malhões de Oliveira
(*In memoriam*)



ABRACICON
ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



O MAIS COMPLETO PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE.



Chancelado pela



Desenvolvido pelo Secad em parceria com a ABRACICON, o PROCONTAB disponibiliza os mais pertinentes e qualificados conteúdos sobre Contabilidade. Mantendo seu conhecimento atualizado de forma didática e inovadora.



ESTUDE
ONDE, COMO E
QUANDO QUISER



CONTEÚDOS
CHANCELADOS
E DESENVOLVIDOS
POR GRANDES
NOMES DA ÁREA



GARANTIA DE
UM PROCESSO
DE APRENDIZAGEM
LEVE E PRAZEIROSO



DE SATISFAÇÃO
DOS INSCRITOS

EXPEDIENTE

REVISTA ABRACICON SABER
EDIÇÃO Nº 18 – NOVEMBRO/DEZEMBRO
2016/ JANEIRO 2017 ISSN: 2357/7428

Editor

Academia Brasileira de Ciências Contábeis
(Abracicon)

Endereço:

SAS - Quadra 05 - Bloco J - Edf. CFC, 4º
andar, CEP: 70070-920 – Brasília (DF)

Contato:

(61) 3314-9453
abraciconsaber@abracicon.org.br

**DIRETORIA DA ABRACICON
Gestão 2014 a 2017****Presidente**

Maria Clara Cavalcante Bugarim (AL)

Diretora de Administração e Finanças

Diva Maria de Oliveira Gesualdi (RJ)

Diretora Operacional

Marta Maria Ferreira Arakaki (RJ)

Diretor de Ensino e Pesquisa

Antonio Carlos Nasi (RS)

**CONSELHO FISCAL
Gestão 2014 a 2017****Membros Efetivos**

Gaitano Laertes Pereira Antonaccio (AM)

Janir Adir Moreira (MG)

Washington Maia Fernandes (MG)

Membros Suplentes

Alcedino Gomes Barbosa (GO)

Nelson Machado (DF)

Irineu De Mula (SP)

Coordenadora do Conselho Editorial

Acadêmica Gardênia Maria Braga de Carvalho
- Dra.

Conselho Editorial

Acadêmico Alexandre Bossi Queiroz - Dr.

Acadêmico Elias Dib Caddah Neto - Ms.

Acadêmico José Antonio de França - Dr.

Acadêmico José Eustáquio Giovannini - Ms.

Acadêmico Vicente Pacheco - Dr.

Revisão: Maria do Carmo Nóbrega

Projeto Gráfico, Redação e Diagramação
CQueiroz Comunicação – (81) 3429.5846

Gráfica: Qualytá

Tiragem: 6.000 exemplares

Fotos: Cedidas pelas Academias Regionais e
Abracicon

Permitida a reprodução de qualquer matéria,
desde que citada a fonte. Os conceitos
emitidos em artigos assinados são de
exclusiva responsabilidade de seus autores.

www.abracicon.org.br

Edição nº 18

Caros leitores,

Chega o momento de encerrarmos mais um ciclo e, com a esperança renovada, darmos espaço a outro ainda mais frutífero, com a realização de ações altamente salutares, que visam, primordialmente, desenvolver as Ciências Contábeis e oferecer aos nossos profissionais e acadêmicos a tempestiva atualização e a oportuna possibilidade de alavancagem na profissão.

Nesta edição da Revista Abracicon Saber, que engloba o trimestre “novembro, dezembro e janeiro”, ventilamos algumas das ações da Academia que nortearão os próximos doze meses. Além disso, trouxemos a opinião de diversos pensadores a respeito de importantes temas que integram e conduzem a profissão contábil, com destaque para o artigo Prime, que, desta vez, tratará de *disclosure*, transparência, *accruals* e assimetria da informação; e para o artigo científico, que falará sobre do Exame de Suficiência.

É com grande entusiasmo que transmito aos caros e assíduos leitores que, a cada edição da Revista Abracicon Saber, temos construído um manancial de informações e um rico acervo das ações e conquistas da nossa Abracicon, as quais têm sido listadas desde a sua primeira edição, em agosto de 2012.

Todo esse legado foi construído graças ao trabalho de muitos profissionais, os quais abraçaram a causa, com o comprometimento na edificação da profissão contábil e no desenvolvimento de iniciativas que visem ao bem comum da classe. Sem o trabalho e o esforço ininterrupto dessa equipe, não teríamos alcançado o êxito do qual hoje somos beneficiados.

Para ilustrar tal pensamento, lanço mão de um lúcido aforismo africano, que pode traduzir o quanto a união de todos é fundamental para que as ações sejam realizadas: “Se quiser ir rápido, vá sozinho; se quiser ir longe, vá em grupo.” Assim, faço menção a este grupo (profissionais, acadêmicos, estudantes, pesquisadores, empresários contábeis, dirigentes de entidades contábeis), que, com muita abnegação e empenho, tem ajudado a construir as Ciências Contábeis no Brasil.

Alegra-me o fato de que, cientes de nosso papel, qual seja o de agregar a classe contábil brasileira, promovendo-lhe oportunidades para o pleno aprimoramento, com



Maria Clara Cavalcante Bugarim

Presidente da Abracicon

o estímulo ao conhecimento filosófico, científico e tecnológico da Contabilidade, hoje já aprendemos a conquistar o nosso justo espaço; a alcançar as nossas metas; a expressar as nossas legítimas ideias; e, acima de tudo, a valorizar o nosso trabalho.

E é nesse conjunto de atividades, produtivas e criativas, denominado “trabalho”, o qual na sua acepção mais moderna conjuga-se como “gasto de energia”, que emerge o poder de transformação que nos motiva a novas empreitadas no ramo do conhecimento e do saber.

Dessa forma, ao corroborar um antigo provérbio português, que diz que “do trabalho e da experiência, aprendeu o homem a ciência”, tenho a plena convicção de que a Academia Brasileira de Ciências Contábeis encontra-se no caminho certo ao promover diversas iniciativas em prol da atualização da Contabilidade no Brasil.

E por fazer alusão a Portugal, a FBC e a Abracicon estão tendo a felicidade de trabalhar em conjunto com os nossos irmãos lusitanos nos preparativos da sétima edição do Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, que desta vez acontecerá, orgulhosamente, nas terras de Jorge Amado e Dorival Caymmi, no mês de março. Contamos com todos vocês!

E as novidades não param por aí. Merece destaque a nova seção da nossa Revista Abracicon Saber, intitulada “Artigos Premiados”, que tem por objetivo divulgar artigos contábeis premiados no Brasil.

Para finalizar, convido os caros leitores a fazer um demorado passeio pela nossa Revista, que se apresenta recheada de novidades e de informações que em muito contribuirão para o aprimoramento profissional.

Boa leitura.

Matéria de Capa

29 Revisitando os Conceitos Teóricos de *Disclosure*, *Transparência*, *Accruals* e *Assimetria da Informação*



Regionais



5 | CineContábil encantou estudantes e profissionais da contabilidade em Mato Grosso

Academia



11 | Acadêmico da Abracicon toma posse como imortal da AAL

Jovem Profissional



14 | Perícia Contábil, minha paixão

A Voz do Estudante



16 | Os desafios da Contabilidade

Especializando-se



21 | A utilização do Sistema de Controle Gerencial (SGC) na visão de empresários da área de corretoras se seguro

Perfil



69 | Ivo Malhões de Oliveira
(In memoriam)

Exclusiva Abracicon

33

Motivação dos discentes de Ciências Contábeis para seguir a profissão de Auditor



Indicações



70 | Livros

Abacicon se reúne com FBC e CRCBA para planejar o 7º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade

Membros da diretoria da Academia Baiana de Ciências Contábeis (Abacicon) se reuniram, em janeiro, com os presidentes Juarez Domingues Carneiro, da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), e Antônio Carlos Nogueira Cerqueira, do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA), para tratar dos preparativos da 7ª edição do Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, que trará para o debate o tema "A Contabilidade como Instrumento de Gestão nos Negócios Luso-Brasileiro".

O evento será realizado em Salvador, no dia 31 de março, e terá ainda na sua programação, a 15ª edição do Fórum da Mulher Contabilista do Estado da Bahia.

Na ocasião também estiveram presentes o presidente da Abacicon, Adeildo Osório de Oliveira; o diretor administrativo e financeiro, Wellington do Carmo Cruz; a diretora operacional, Maria Constança Carneiro Galvão; a assistente da FBC, Simone Ortiga; a diretora executiva do CRCBA, Marilene Gonzaga Matos; a coordenadora de Desenvolvimento Profissional e Institucional, Adailce Soares dos Santos, e a controladora do CRCBA, Margarete Santos Luz.

Homenagem - Os organizadores prepararam uma homenagem especial a um dos idealizadores do evento – o bastonário da Ordem dos Contabilistas de Portugal (OCC), António Domingues de Azevedo,



que faleceu no dia 11 de setembro de 2016. A organização é da FBC, com apoio da Abacicon, CRCBA e OCC. Nesta edição do Luso-Brasileiro, a organização pretende reunir mais de 300 participantes, que debaterão temas relevantes da profissão contábil no Brasil e em Portugal. As inscrições podem ser realizadas pelos sites: www.fbc.org.br e www.crcba.org.br.

CineContábil encantou estudantes e profissionais da contabilidade em Mato Grosso

Nos dias 17 e 18 de novembro, a cidade de Cuiabá (MT) recebeu o CineContábil Abracicon. A sessão especial, promovida pela Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis (Amacic), aconteceu no Auditório Luzia Guimarães, localizado no Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso (CRCMT), e encantou profissionais da contabilidade e estudantes do curso de Ciências Contábeis daquela região.

O CineContábil é uma iniciativa inovadora da Abracicon, que vem para coroar os 70 anos da regulamentação da profissão



contábil e fortalecer ainda mais os profissionais. O filme teve a sua primeira exibição em agosto de 2016, em Brasília (DF), e além de Mato Grosso, outros estados brasileiros também serão contemplados.

Na imagem acima estão, o presidente da Amacic, Ivan Echeverria; a estudante de Ciências Contábeis da Universidade de Cuiabá (Unic), Liria Bernardino e a acadêmica Elba Vicentina de Moraes Pinheiro.

Nova diretoria da Regional Paraná toma posse

Rumo à comemoração de 40 anos de ininterrupta atividade, tomou posse no dia 2 de dezembro de 2016, a nova diretoria da Academia de Ciências Contábeis do Paraná, tendo assumido a presidência a contadora Nilva Amália Pasetto e a vice-presidência o acadêmico Moacir Carlos Baggio. A solenidade foi realizada no auditório do CRCPR e o cerimonial conduzido pelo diretor superintendente do CRCPR, sr. Gerson Borges de Macedo.

Além dos acadêmicos, estavam presentes o presidente do CRCPR, Marcos Rigoni de Mello, que parabenizou e desejou sucessos à nova diretoria; Denise Maria de Oliveira, presidente do IPMCONT; Valdir Pietrobon, vice-presidente da Junta Comercial do PR; Divanzir Chiminacio, presidente da Fecopar; Armando Santos Lira, presidente da Microtiba; Marcia Cristina de Almeida, conselheira do CRCPR; Alfredo Baki, procurador de Justiça do Estado do Paraná; o professor



Dionísio Olicshevis, que é o mais recente comendador da ACCPR e funcionários do CRCPR, entre outros convidados.

Em seu discurso, a nova presidente agradeceu a confiança nela depositada pelos acadêmicos que a escolheram para conduzir a academia e disse esperar contar com o apoio de toda a nova diretoria para continuar mantendo aceso o espírito da instituição, que, já no ano que vem, tem uma missão importante: a realização em parceria com o CRCPR da 17ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Paraná, programada para o período de 17

a 19 de maio de 2017, no hotel Bourbon Cataratas, em Foz do Iguaçu. A ACCPR e o CRCPR fizeram o lançamento oficial do evento no dia 25 de novembro de 2016.

Importante destacar que participam da nova diretoria, dois Acadêmicos da Abracicon, o acadêmico Moacir Carlos Baggio, na condição de vice-presidente, e o acadêmico Vicente Pacheco, como diretor secretário — sendo que este último representou a presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim na cerimônia, quando realizou a leitura de um texto especialmente encaminhado por ela.

Teresina recebeu o CineContábil Abracicon

Os profissionais da contabilidade piauienses puderam conferir o CineContábil Abracicon na manhã do dia 10 de dezembro, no cinema do Teresina Shopping. A sessão especial apresentou o filme "A imagem do profissional da contabilidade - ontem, hoje e as perspectivas para o amanhã" para convidados, profissionais, estudantes, conselheiros e diretoria do CRCPI, além da presidência, diretoria e acadêmicos da Academia Piauiense de Ciências Contábeis.

Ao entrar no cinema, os espectadores foram agraciados com pipoca e refrigerante para assistir ao inovador projeto, que foi idealizado pela Abracicon para homenagear os 70 anos da regulamentação da profissão contábil no Brasil.

Teresina foi a quarta capital brasileira a exibir a película. Para o presidente da Apicicon, Elias Caddah, o filme é uma oportunidade diferente de conhecer todo



o trabalho que vem sendo desenvolvido para o fortalecimento e reconhecimento da classe contábil. "O evento primou pelo ineditismo e foi muito bem recebido pelos espectadores. Nossa intenção é percorrer os municípios piauienses e as IES a fim de apresentar o filme para toda a sociedade", disse Caddah.

A exibição do CineContábil Abracicon em Teresina foi realizada pela Apicicon

e Abracicon. A produção teve como patrocinadores nacionais a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e a Fenacon. No âmbito local, o evento foi patrocinado pela Faculdade Cesvale, Marko Solution, Faculdade Santo Agostinho, Fortes Tecnologia e BACCS - Administradora de Benefícios e teve como apoiadores o Teresina Shopping e o Conselho Regional de Contabilidade do Piauí (CRCPI).

Academia Paulista de Contabilidade comemora 70 anos

A Academia Paulista de Contabilidade (APC) apoiou o lançamento do livro "Casa do Profissional da Contabilidade – os 70 anos do CRCSP", com a história do Conselho, das personalidades e das entidades condecoradas, as quais contribuíram para o seu desenvolvimento. Nesse evento, o acadêmico Arthemio Bertolini foi homenageado com a medalha Pedro Pedresch pelos serviços prestados à profissão contábil Paulista.



Na primeira reunião da Academia, realizada no dia 18 de janeiro, foram instituídos os cinco Departamentos Estatutá-

rios, que passam a atuar de acordo com a nova estratégia da Academia. São eles: Estudos da Doutrina; de Educação; de

Publicações; de Intercâmbio Cultural; e o de Consultoria Técnica.

Vice-prefeito de Piracicaba é acadêmico da APC

O acadêmico da APC, José Antonio de Godoy, tomou posse no dia 1º de janeiro de 2017 como vice-prefeito do município de Piracicaba (SP). Empresário contábil e professor universitário, José Antonio é bacharel em Administração de Empresas e possui mestrado em Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP).



Prefeito Barjas Negri e o acadêmico da APC, José Antonio Godoy, vice-prefeito de Piracicaba.

Entre as atividades exercidas estão a ex-presidente da Associação Comercial e Industrial de Piracicaba (Acipi); e do Arranjo Produtivo Local do Álcool (Apla). José Antonio também foi presidente do Conselho Consultivo do Arranjo Produtivo Local do Álcool (Apla) e do Conselho Consultivo da ACIPI.

Lei nº 12.973/2014 e a questão das diferenças de taxas de depreciação foi tema de artigo de acadêmico da APC

O Acadêmico J. Miguel Silva publicou um artigo tratando da adoção da Lei nº 12.973/2014 e a questão das diferenças de taxas de depreciação. O tema foi motivado por alguns questionamentos levados pelo CRCSP e entidades contábeis à Receita Federal do Brasil.



Apecicon lança selo comemorativo de 40 anos

No dia 27 de agosto a Apecicon estará completando 40 anos de existência e já planeja diversas ações para festejar a data.

Em breve a entidade estará lançando um selo comemorativo que será utilizado amplamente durante o ano em todos os materiais institucionais.

Homenagem - Em clima de festa e muita emoção, o professor Francisco Galvão iniciou o ano de 2017 com merecida homenagem da Comissão de Jovens Lideranças de Pernambuco, pela dedicação e empenho na criação e coordenação de relevantes projetos que contribuem para a disseminação do saber, a integração contábil, mesclando alunos de faculdades e entidades ligadas à classe contábil.



APECICON
Academia Pernambucana
de Ciências Contábeis

Reunião: Apecicon define ações para 2017

A Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (Apecicon), atraída por meio do seu presidente, o acadêmico Francisco Galvão, realizou a sua 'Reunião de Diretoria'. O encontro, que aconteceu em dezembro de 2016, ocorreu na sala plenária do Sescap-Pernambuco, no bairro de Boa Viagem, em Recife (PE).

Na ocasião, também estiveram presentes os acadêmicos João Lopes da Cruz Neto; José Argemiro; Geraldo Queirós; Harry Ancre Barbosa; Rosivaldo Justino da Sila; Roberto Paes de Lima; e os recém-empossados, Alba Rosa Nunes Ananias e Carlos Alberto de Miranda Medeiros.

Em pauta, a realização de cursos voltados para o aprimoramento do conhecimento dos alunos de Ciências Contábeis; a definição dos nomes dos acadêmicos que estarão à frente da Comissão de



Organização de Eventos (COE), já pensando nos preparativos para o 7º Academicon, sendo eles: Dorgivânia Barbará, Alba Rosa, José Argemiro, Carlos Alberto de Miranda e Geraldo

Queirós; e demais ações para o ano de 2017. O professor Francisco Galvão também ouviu sugestões e cobrou a participação mais efetiva dos acadêmicos nas ações que envolvam a Apecicon.

Comemoração dos 39 anos e posses marcam Assembleia da ASCC, em Sergipe



No dia 8 de novembro de 2016, a Academia Sergipana de Ciências Contábeis (ASCC), realizou a sua Assembleia Geral Extraordinária - Plenária Pública, no auditório do Sebrae, oportunidade em que se comemoraram os 39 anos de existência da entidade.

Na ocasião, tomaram posse como titulares os acadêmicos: Erenita da Silva Sousa Mendonça e Sandra Elvira Gomes Santiago; dos acadêmicos Correspondentes: Elais Dib Caddah Neto (PI) e dos acadêmicos: João Izaias Andrade de Oliveira, Luciana Matos dos Santos Figuei-

redo Barreto, Dailton de Castro Oliveira e Genivaldo Santos Conceição.

Durante a solenidade também foi realizada a entrega da Medalha de Honra ao Mérito da Ciência Contábil ao acadêmico Jose Amado Nascimento; no grau de Comendador, a José Carlos Machado (vice-prefeito de Aracaju), Vinicius Porto (presidente da Câmara Municipal de Aracaju e George da Trindade Góis (presidente da Jucese); no grau de Contabilista Emérito: Gleide Selma Santos (vice-presidente do Sescap-Sergipe) e Vanderson Melo (ex-vice-presidente Administrativo do CRC-SE); no grau de Profissional do Ano, a

Hosana Carmo de Moraes Santos (contadora), Aarão Passos Filho (contador) e Rivaldo José do Nascimento Júnior (professor da Faculdade Pedro II).

Ao final, a presidente da ASCC, Maria Salete Barreto Leite, falou sobre a importância da entidade para o crescimento intelectual e cultural das Ciências Contábeis em Sergipe, e as realizações ocorridas durante o ano de 2016. Salete também agradeceu a presença de todas as autoridades, as parcerias com o CRCCE e Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), entidades representadas pelas presidentes Ângela Dantas e Maria Clara Cavalcante Bugarim.



Acaderncic realiza XIII Encontro Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis

Em sua décima terceira edição, o Encontro Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis (ENCC), que aconteceu entre os dias 16 e 18 de novembro, no Teatro Riachuelo, em Natal (RN), abordou o tema "Contabilidade: Empreendedorismo, Gestão e Transparência", renovando a perspectiva de reafirmar sua condição de maior evento da classe contábil potiguar.

Promovido pela Academia Norte-Rio-Grandense de Ciência Contábil (Acaderncic), Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte (CRCRN) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o evento, em conjunto com a I Convenção Contábil Potiguar, contou com a Palestra Magna do renomado doutor, autor e coautor



de diversos livros, teses e centenas de artigos, professor Eliseu Martins.

Mais de 1.200 pessoas estiveram presentes, entre representantes de Instituições de Ensino Superior (IES) do Rio Grande do Norte, estudantes e entidades representativas de classes, como Sindicatos, Academia e Associações.



Posse na Academia Norte-Rio-Grandense

No dia 15 de dezembro de 2016, Acaderncic deu posse à contadora Lígia Regina Carlos Limeira, eleita durante a Assembleia Geral Extraordinária de julho de 2016.

A posse foi prestigiada pelas instituições contábeis e autoridades de áreas afins da profissão contábil.



Acadêmico da Abracicon toma posse como imortal da AAL

O acadêmico da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), José Corrêa de Menezes, tomou posse no final de janeiro, como imortal da Academia Amazonense de Letras (AAL).

Natural do Município do Crato, interior do Estado do Ceará, José Corrêa de Menezes é professor universitário, graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Administração de Recursos Humanos pela Universidade Federal de Santa Catarina, possui aperfeiçoamento em Didática do Ensino Superior pelo Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas; em Formação de Docente de Prática de Oficina pelo Centro de Educação Técnica do Estado da Guanabara; e em Emergencial de Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente é professor da Faculdade Martha Falcão/Devry.



O acadêmico também é vice-presidente de Administração e Finanças do Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas (CRCAM) e conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

AAL - Criada em 1918, a Academia possui um acervo com obras significativas da literatura amazonense — destaque todo especial para a produção literária dos

imortais e para as revistas produzidas pela entidade.

A Academia Amazonense de Letras está localizada na Avenida Ramos Ferreira, 1.009, no centro de Manaus. Entre os imortais estão poetas, romancistas, jornalistas, cronistas, ensaístas, juristas, médicos, teólogos, economistas, educadores, sociólogos, antropólogos e, agora, um profissional das Ciências Contábeis.

Notícia

Mestrado em Ciências Contábeis

A Escola de Administração e Negócios (Esan) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), celebrou, no último dia 1º de novembro a aprovação do Mestrado em Ciências Contábeis. O programa, vinculado ao curso de Ciências Contábeis é o 24º no país e o 3º da região Centro-Oeste; possui como área de concentração Contabilidade e Controladoria e possui duas linhas de pesquisa

(1) Contabilidade Societária e Finanças e (2) Controle Gerencial. O objetivo é formar mestres com sólida base teórica e empírica em pesquisa para atuarem como docentes e pesquisadores, ou como profissionais altamente qualificados para atuarem em organizações privadas ou públicas, que venham a atuar preferencialmente no fomento ao desenvolvimento da região Centro-Oeste do país. Des-

taca-se que Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) será o 3º programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Esan, evidenciando a dedicação e esforços de todos os envolvidos, haja vista que o curso de Ciências Contábeis foi criado em 2014 e ainda não possui turma formada. O edital para o processo seletivo prevê a primeira turma para o início do mês de março/2017.

Academia Maranhense de Ciências Contábeis promoveu exposição itinerante, realizou posse de acadêmicos e lançou livro institucional



Entre os dias 24 de novembro e 19 de dezembro, profissionais da contabilidade, estudantes e a sociedade maranhense conheceram um pouco da trajetória da profissão contábil no Brasil, desde os primórdios aos dias atuais. Isso foi possível graças ao “Museu da Contabilidade” — projeto desenvolvido pela Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) — que, em São Luís (MA), contou com o apoio da Academia Maranhense de Ciências Contábeis (AMCC) e do Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão (CRCMA).

A exposição “Contabilidade - Um balanço da História” fez uma contextualização da profissão desde o início da humanidade, destacando a escalada evolutiva do ‘fazer contábil’, com mostra dos artefatos antigos até os avanços tecnológicos do mundo contemporâneo. Os visitantes mergulharam na história e fizeram um verdadeiro passeio pelo tempo.

Na solenidade de abertura do museu, o presidente da AMCC, Francisco Gilvan Lima Moreira, destacou que o evento ofe-

receu uma oportunidade de visualização da constituição histórica da profissão. “Esta é uma oportunidade ímpar para os profissionais e estudantes terem acesso a um conteúdo que antes era restrito apenas às pessoas que podiam se deslocar até a sede do CFC em Brasília (DF)”, afirmou.

Francisco Gilvan Lima Moreira, que também é professor universitário e coordenador de curso de graduação e pós-graduação, ainda relatou a contribuição da exposição para o aprendizado dos jovens que estão em formação na área das Ciências Contábeis. “O acervo exposto permite a leitura do universo em que a atividade contábil acontecia. A iniciativa materializou ao profissional o acesso efetivo a um patrimônio profissional que está ligado às suas memórias”, disse.

Posse da nova diretoria – Ocorreu durante o encerramento da exposição. Compuseram a nova diretoria da AMCC os seguintes membros: Francisco Gilvan Lima Moreira (presidente); Eulália das Neves Ferreira (vice-presidente); Franci Meyre Moreira Gomes (1ª secretária); Si-



mone Cristina Oliveira do Nascimento (2ª secretária); Laércio da Silva Barros (1º tesoureiro); Maria de Nazaré dos Anjos Barros (2ª tesoureira); e João Conrado de Amorim Carvalho (diretor Científico e Cultural).

A AMCC aproveitou a solenidade de posse e realizou, ainda, o lançamento de seu primeiro livro institucional intitulado “Coletânea Contábil”, que contou com capítulos escritos pelos acadêmicos da Academia e por convidados.

Professor Laudelino Jochem ministra curso avançado sobre IFRS

Na tarde de 18 de outubro, o especialista em Gestão Tributária e em Contabilidade Internacional, Laudelino Jochem, apresentou, por meio do projeto "Saber em Pauta", da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), curso "Atualização em IFRS e a Lei n.º 12.973/2014", que se constituiu em uma rara oportunidade para entender o impacto e a aplicação das IFRS, em grandes empresas, integrando teoria e prática.

Entre os principais tópicos do programa, o curso abordou: processo de convergên-



cia, políticas contábeis, estrutura conceitual, redução ao valor recuperável de ativos – impairment e estoques. A Lei n.º 12.973/2014 prevê justamente a adequa-

ção das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, trazendo grandes mudanças para as empresas nos aspectos contábil e tributário.

IFRS também foi tema em São Paulo

No dia 17 de novembro o curso "Atualização em IFRS e a Lei n.º 12.973/2014 com Exemplos Práticos" também foi apresentado na sede do CRCSP, no bairro de Higienópolis, região central de São Paulo, pelo especialista Laudelino Jochem.

EPC - Com 8 horas de duração, o curso que faz parte do projeto "Saber em Pauta" da Abracicon, contou oito pontos para o Programa de Educação Profissional Continuada (EPC) para os auditores e responsáveis técnicos das grandes empresas sujeitas à auditoria independente pela CVM, BC e Susep.



Mais oito pontos para quem participou de curso no Espírito Santo

O"Saber em Pauta" aportou no Espírito Santo, no dia 8 de dezembro, e as mudanças recentes na Legislação Contábil e Tributária foram mais uma vez apresentadas pelo especialista Laudelino Jochem, dando continuidade à atualização dos profissionais contábeis. O momento aconteceu na sede do CRCES.

Propriedades para investimentos, provisões, passivos e ativos contingentes, operações com arrendamento mercantil, ajuste a valor presente, ativos biológicos e produtos agrícolas, receitas e contratos



de construção estavam entre os assuntos do conteúdo programático. Laudelino Jochem é contador, especialista em Gestão

Tributária e em Contabilidade Internacional, e atualmente é vice-presidente de Administração e Finanças do CRCPR.

Perícia Contábil, minha paixão

Por Patrícia Pereira Castro

Costumo dizer que tive muita sorte na profissão contábil. Escolhi a profissão, já no segundo grau, quando optei por cursar o Técnico em Contabilidade e desde, então, atuei na área. Meu primeiro estágio foi em uma empresa de engenharia elétrica, onde aprendi a base, a essência da Contabilidade e tinha certeza de que havia escolhido a melhor profissão do mundo.

Em 1999, passei no vestibular para Ciências Contábeis e resolvi trabalhar em um escritório de contabilidade para

“ A maioria das pessoas talvez por desconhecimento, tem por hábito dizer que para trabalharmos na área de Perícia Contábil é preciso ser amigo do juiz ou sair por aí presenteando os mesmos em troca de uma oportunidade. ”

aprender coisas novas. Foi um excelente aprendizado, porém, a vida me presenteou com a oportunidade de estagiar no nosso órgão de classe, o Conselho Regional de Contabilidade, no departamento de Fiscalização, onde aprendi muito sobre a regulamentação e fiscalização da nossa profissão. Como estagiária, chegando a fiscal, e tive um dos meus melhores líderes que carrego como exemplo, extremamente ético e perfeccionista. Aprendi muito e hoje, ele é presidente do referido órgão. Ressalto que, meu primeiro chefe também é um dos líderes que levo comigo, por sua humanidade e generosidade; cada um que passa por nós leva um pouco de nós e deixa um pouco de si.

Em 2003, assumi a contabilidade de uma pequena empresa e descobri que não era o que eu queria, pois deparei-me com uma empresa sem história, sem registros, documentos desorganizados e descobri que, assim como qualquer profissão, na nossa também há profissionais e “profissionais”.

Em 2004, a perícia me escolheu e eu me apaixonei por ela. Uma colega de faculdade me falou sobre a vaga para trabalhar com perícia, sendo que a princípio

fiquei preocupada, pois não tinha experiência alguma na referida área, mas também não poderia deixar a oportunidade passar — ela bate a nossa porta apenas uma vez e se você não a aproveita, alguém aproveitará. Lembre-se disso!

Tive o melhor mestre de Perícia. Trabalhei com um dos maiores peritos do Estado de Mato Grosso do Sul, Vinicius Alexander Salles Oliva Coutinho, contador e engenheiro civil, por que tenho muito orgulho em dizer que o que sei hoje aprendi em seu escritório. Foram oito anos que trabalhamos juntos, o que se resume em uma única palavra “gratidão”.

A maioria das pessoas, talvez por desconhecimento, tem por hábito dizer que para trabalharmos na área de Perícia Contábil, é preciso ser amigo do juiz ou sair por aí presenteando — em troca de uma oportunidade.



Infelizmente, isso pode ser até uma cultura brasileira, a famosa cultura do "QI", porém para que atue na área da Perícia Contábil, inicialmente, você precisa ter o curso superior em Ciências Contábeis, ter registro no órgão de classe da nossa profissão, ou seja, Conselho Regional de Contabilidade do seu respectivo Estado e registrar-se no Tribunal de Justiça vinculado ao cartório para o qual você pretende prestar serviço, conforme previsão legal no Código do Processo Civil, abaixo, parcialmente transcrito:

Seção II Do Perito

Art. 156. O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.

§ 1º Os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.
(grifo meu)

Além disso, se faz necessário que você realize o seu cadastro no "Cadastro Nacional de Peritos Contábeis" (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), criado pela Resolução CFC n.º 1.502, de 19 de fevereiro de 2016, que tem o objetivo de oferecer ao Judiciário e à sociedade uma lista de profissionais qualificados que atuam como peritos contábeis.

Entretanto, os contadores interessados têm até 31 de dezembro de 2016 para se cadastrar no site do CFC ou nos dos Conselhos Regionais de Contabilidade; se assim não o fizer, para constar no referido cadastro, será necessário que você seja aprovado em um Exame de Qualificação Técnica.

“Eu me apaixonei pela perícia porque não há rotina, por mais que um processo seja parecido com outro, sempre haverá algo diferente.”

Esses são os requisitos legais. Contudo é necessário que você tenha conhecimento na área que pretende trabalhar. Temos três instâncias mais conhecidas, sendo elas a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Justiça Estadual. Veja, suponha que você entenda tudo de legislação e cálculos trabalhista e tem interesse em ser perito, respeitando as qualificações legais. Se você é um conhecedor da área trabalhista, digo que está mais que qualificado quanto ao conhecimento técnico; porém, suponha que a situação é inversa, sua área é tributária e você não domina a área trabalhista. Estaria você qualificado com conhecimento técnico-científico necessário para periciar na Justiça do Trabalho? Acredito que não. Claro que você pode desenvolver tal conhecimento.

Para ser perito é necessário que você domine a área em que pretende atuar, ou que seja, um *expert* e tenha conhecimento mínimo quanto aos trâmites processuais. Sendo assim, sugiro que você faça um estágio em escritório de perícia, mesmo que voluntário ou realize um curso específico.

Outrossim, para que você seja um perito, é preciso, no mínimo, ser uma pessoa de conduta reta; ser competente; ser responsável; ter bom relacionamento; ter

postura profissional e pessoal; ser honesto no trato com a situação periciada.

Eu me apaixonei pela perícia porque não há rotina; por mais que um processo seja parecido com outro, sempre haverá algo diferente. Além disso, você pode fazer o seu próprio horário; não precisa trabalhar em um lugar fixo (quando for atuar como perito judicial apenas); há uma excelente remuneração e, ao concluir o processo, encerrou-se o vínculo com ele, não havendo vínculo com partes e, sim, com a causa.

Há espaço para novos peritos? Sim, o Judiciário carece de peritos habilitados e qualificados para atuar nessa área. Busque a qualificação necessária e obterá sucesso.



Patrícia Pereira Castro é Contadora, perita contábil, consultora empresarial e docente. Mestranda em Contabilidade Gerencial, possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Católica Dom Bosco (2002) e pós-graduação em Administração Financeira e Controladoria. Coordenadora da Região Centro Oeste na Comissão Jovens Lideranças Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), desde 2012, é parceira da CEU-UP Consultoria Empresarial UpGrade (RJ), desde 2016. Pesquisadora em Contabilidade Avançada e Gestão Tributária, é bem-sucedida na área de Contabilidade, com ênfase em perícia. Possuidora de vivência com educação, tanto "presencial", bem como "a distância".

Os desafios da Contabilidade

Por Patrícia Pereira Castro

No ambiente acadêmico, cada escolha é de imensurável importância, principalmente porque pode conduzir para um mundo de mais conhecimento e descobertas.

Nesse contexto, a professora Patrícia Castro realizou uma entrevista com dois estudantes, graduandos do curso de Ciências Contábeis, para levar ao leitor a visão de ambos sobre a Contabilidade, o Exame de Suficiência e a Educação Profissional Continuada — indispensáveis para o aprimoramento da profissão contábil — bem como as perspectivas desses acadêmicos para o atual mercado profissional.



Professora: Primeiramente, o que vem à mente de vocês quando ouvem “Contabilidade”?

Edina: Na minha mente, vem toda a saúde financeira e patrimonial de qualquer área, seja pública, privada ou do lar e na minha vida. Esse ano tive condições de praticar o Imposto de Renda, e consegui ter uma visão melhor e entender porque ele deve ser feito e qual a sua finalidade do Imposto de Renda. Outra coisa: ao participar do curso de Contabilidade, a matemática financeira me ajudou no dia a dia, pois consegui ter uma noção de como é feito um contrato de financiamento de uma casa ou quando estou comprando algo, por exemplo, um carro, que me dizem que não tem juros nenhum. Consegui isso através dessa matemática financeira verificar que há, sim, e até mesmo, provar que tem sim.

Thiago: Eu concordo com o que a Edina falou, em todas as partes, pois no passado eu fazia o curso Engenharia Mecânica e quando eu optei por parar, eu parei para auxiliar meu pai na empresa que ele tem,

“ Eu enxergo a Contabilidade como uma das profissões do futuro, sim. Hoje eu tenho essa visão ”
Edina

e não tinha visão real do que era contabilidade, pois nunca havia participado ativamente. Assim que mudei de curso, comecei a me interessar, pois é uma área fascinante, você pode usá-la no seu dia a dia como também em uma empresa S/A,

uma empresa de grande porte. E, como a Edina citou, a parte de financiamento, de juros, contas a receber, contas a pagar engloba tudo isso; ela é uma área muito ampla. Eu fiquei surpreso quando entrei; no começo eu fiquei com medo, mas quando comecei a ver que eu posso usá-la no meu dia a dia, comecei a ter afinidade. Dentro da empresa, comecei a ter essa visão prática, “teoria com prática”, e isso eu vi que é muito amplo e ajuda muito na empresa, em uma tomada de decisão. Com o conhecimento real da contabilidade, você pode tomar decisões corretas e evitar, às vezes, um prejuízo, por exemplo, um imposto indevido, que você pode estar acompanhando de perto.

Edina: Eu enxergo a Contabilidade como uma das profissões do futuro, sim. Hoje eu tenho essa visão. Embora, eu esteja no setor público, porém, não deixarei de

me capacitar, para que eu possa aplicar o que eu aprendi aqui na faculdade. Com a capacitação que continuarei adquirindo, tenho um sonho, ser uma mestranda da Fucape, mas ainda não tenho condições. Então, ano que vem, começarei uma pós-graduação.

Professora: Qual a preocupação atual de vocês?

Edina: Professora, mesmo terminado o curso, tendo sido aprovada no Exame de Suficiência e no TCC, lá fora me sinto insegura, porque eu acredito que iremos aprender a realidade, quando a gente tiver que começar a praticar, no setor público. Eu começo a analisar algumas aulas que tive e agora começa a fazer sentido o que aprendi dentro da sala de aula com o que eu estou fazendo. Eu acredito que, se você quiser realmente ser um contador, você terá que sair da faculdade e trabalhar, mesmo que seja sem remuneração e começar a praticar, porque a vida lá fora é diferente, porém, o que a gente aprende aqui faz sentido lá fora; ele começa a ser encaixar. Eu usei a aula auditoria e já parte de perícia; já vi tudo isso lá no meu serviço. Então, para ser um bom contador, vai depender de você, não da faculdade; você tem que sair e correr atrás.

Thiago: A preocupação seria realmente essa, porque na faculdade temos somente a base do que é a profissão, e geralmente quando saímos para o mercado de trabalho, alguns têm dificuldade em assimilar a teoria com a prática, e muitos que concluem o curso acreditam que estão preparados, porém, encontram essa barreira entre a teoria e prática.

Professora: Qual a percepção de vocês sobre o Exame de Suficiência?

“Eu acredito que sim. É como nós aprendemos em sala de aula; o aluno precisa ter pelo um conhecimento básico e o Exame de Suficiência nada mais é do que essa comprovação, tanto é que tem 50 (cinquenta) questões e para você ser aprovado, você precisa acertar pelo menos 25 (vinte e cinco).”

Edina

Edina: Eu refiz as provas. Esse foi o primeiro exame que prestei e fiz as provas dos anos anteriores e percebi que eles estão atualizando o conteúdo da área de perícia, da auditoria, das normas internacionais. Eu achei que os conteúdos estão bem mais recentes; estão se modernizando sim, pois não está focado só na área de custos; está englobando a contabilidade internacional; está cobrando muito mais. Eu achei esse último um pouco mais difícil, mas eu passei. Eles estão apertando, mas é para ver o nosso grau de conhecimento e se temos pelo menos um pouquinho de conhecimento para poder sair para o mercado de trabalho.

Thiago: Eu participei pela primeira vez esse semestre, e não achei muito difícil.

Realmente está acompanhando as mudanças da Contabilidade; é amplo; está puxando para a área internacional, pela unificação da contabilidade. Eles querem que o Brasil se englobe nessa internacionalização.

Professora: Vocês acham que a aplicação do Exame é válida?

Edina: Com certeza! Eu acredito que sim. É como nós aprendemos em sala de aula; o aluno precisa ter pelo um conhecimento básico e o Exame de Suficiência nada mais é do que essa comprovação, tanto é que tem 50 (cinquenta) questões e para você ser aprovado, você precisa acertar pelo menos 25 (vinte e cinco).

Professora: Vocês acham que 25 (vinte e cinco) pontos são suficientes?

Edina: Olha, eu achei que foi.

Thiago: É uma quantidade mínima para peneirar quem realmente está pré-preparado para o mercado, porque, além da prova, a pessoa precisa atuar na área ou buscar uma especialização, um foco.

Professora: Mas vocês acham que os 50% de aproveitamento é suficiente para filtrar o mercado?

Edina: Não, por isso que o Conselho está exigindo a Educação Continuada. Então, o Exame de Suficiência é só o começo, e o CRC está ofertando essa educação continuada, para que você não fique parado no tempo. Você tem que buscar qualificação, senão você fica estagnado. Tudo muda e a contabilidade internacional está aí.

Thiago: Os 50% (cinquenta) por cento peneirar, não peneiraria, no caso, teria

que ser no mínimo 70% (setenta) por cento, que é a média exigida na maioria das faculdades, que é a média 7. Então, com esses 70%, com certeza, aí sim, poderia ter esse diferencial e aprovar somente as pessoas focadas e com o objetivo de atuar na área.

Professora: O que vocês recomendam para quem fará o Exame de Suficiência?

Edina: O primeiro passo que eu fiz foi resolver todas as provas anteriores para ter uma noção e tirar dúvidas. A melhor coisa é fazer enquanto você está na faculdade porque você tem a ajuda dos professores; quando você trava em alguma questão tem professor para te auxiliar. Eu recorri a vários professores e hoje, também, conto com a ajuda da internet, biblioteca, livros, aula comentada. Então, para mim, foi aprender dentro de sala de aula, porém eu refiz as provas, foi isso o que me ajudou a passar.

Thiago: A minha recomendação é que, todos que estão cursando Ciências Contábeis foquem realmente, se interessem em aprender a matéria, porque se eles focarem na própria faculdade/universidade, eles não vão precisar de um curso auxiliar para serem aprovados no Exame de Suficiência e isso o que a Edina falou também. Enquanto estivermos no sétimo/oitavo semestre, é importante a realização da prova, para nos auxiliar. Os professores estarão sempre nos ajudando, quando tivermos alguma dificuldade; o professor estará ali do lado para te auxiliar e contribuir.

Professora: O que acham da grade curricular do curso?

Edina: Eu considero que o ideal é que os alunos comecem a estudar a Contabilidade desde o início, de forma mesclada,

“Até que a gente consiga mudar a visão dos antigos, que já estão trabalhando, e dos novos, precisa dessa cobrança do CFC/CRCs. É um trabalho de longo prazo e constante e creio que levará ainda muito tempo para cultivarmos essa cultura.”

Thiago

de forma consiga estudar/praticar desde o início.

Professora: O que vocês sabem dizer sobre a convergência às normas internacionais?

Edina: Ainda é algo gradativo. Acredito que necessitamos estudar mais a fundo, mas vai chegar um momento em que todos terão que saber. Hoje, é algo recente no mercado (desde 2009). É muito melhor e sou a favor que fique tudo unificado, de forma que o mesmo balanço possa ser analisado aqui no Brasil ou em outro país. Porém, apesar do estudo que eu tive, confesso que eu ainda preciso me aprofundar.

Thiago: Como é um fato recente, muitas pessoas que são da área estão com dificuldades para se atualizar. Contudo, nós estamos saindo, em plena mudança. Creio que os alunos que estão entrando agora sairão atualizados.

Edina: Não tem escolha, precisamos estudar.

Professora: Qual a visão de vocês sobre a Educação Continuada?

Edina: Eu sou a favor, justamente para não acontecer o que está acontecendo com as normas internacionais, porque se você se qualifica, se capacita e acompanha o que está acontecendo no mercado e você não tem dificuldades. Sou a favor de que ela deve existir sim.

Thiago: Acredito também que ela é fundamental, não só na Contabilidade. É preciso acompanhar o mercado, a tecnologia, as leis. Medicina por exemplo, procura se atualizar constantemente; a nossa profissão não pode ser diferente.

Professora: No ponto de vista de vocês, a Educação Continuada é responsabilidade profissional ou dos conselhos de classe?

Edina: O correto seria que o profissional fosse em busca da sua atualização, pois quem quer ter nome e continuar no mercado, precisa se qualificar e se capacitar. O interesse maior deve ser do profissional e, não, do CRC.

Thiago: Sim, deve partir do profissional esse interesse, porém, observamos que muitos não se preocupam em atualizar. Quem já está no mercado acredita que já sabem de tudo, que eles estão perfeitos; é preciso cultivar essa cultura nos profissionais da contabilidade.

Professora: Qual a opinião de vocês sobre a comprovação de Educação Continuada do sistema CFC/CRCs?

Thiago: Até que a gente consiga mudar a visão dos antigos, que já estão trabalhando e dos novos, precisa dessa co-

brança do CFC/CRCs. É um trabalho de longo prazo e constante e creio que levará ainda muito tempo para cultivarmos essa cultura.

Edina: Precisa ter essa cobrança, sim, porque não é só porque hoje me formei, tenho meu diploma, vou montar meu escritório e sentar atrás de uma mesa e quem manda sou eu; eu faço do jeito que eu quiser. Não é assim e como o profissional não está buscando se atualizar, a única alternativa que o nosso conselho de classe tem é realizar essa cobrança.

Professora: Como o acadêmico em sala de aula faz para procurar aprender? O que você faz?

Edina: Pergunta para o Thiago "em que área da Contabilidade você pensa em atuar para ser seu porto seguro?"

Thiago: Quando escolhi o curso, o escolhi porque meu pai tem uma empresa e ele também é formado em Contabilidade. Às vezes acontecia de o contador chegar com uma guia de um tributo que ele não deveria pagar; às vezes uma guia errada e os dois conversavam e chegavam em um consenso e resolviam o assunto. Então, eu, como gestor de uma empresa, preciso ter esse conhecimento; preciso saber porque a contabilidade é uma área fundamental da empresa; e preciso

acompanhar a parte fiscal. Eu fiz mais pela área tributária e vou buscar essa especialização.

Professora: E o amor pela corrida?

Thiago: Sempre o tive, desde criança; é um "hobby" e ajuda na profissão, porque precisa muito do raciocínio lógico; é preciso ligar a teoria com a prática.

Thiago: Perguntou para Edina: "Quando você entrou na Contabilidade, qual era o seu interesse. Você mudou esse pensamento no decorrer do curso?"

Edina: Quando entrei no curso, eu não tinha muita noção e tinha uma visão antiga. Imaginava que iria me formar, entrar em um escritório e ficar atrás de uma mesa. Mas, com o passar do tempo, foi me abrindo um leque de opções e, hoje, estou na área pública. De todas as matérias que eu estudei, encantei-me com perícia; eu gostei dessa área e eu enxerguei a possibilidade. Como sempre aprendi em sala de aula, se você quer ser perito, se especializa; se não sabe matemática, volta lá e estuda, porque você precisa ser um profissional pleno. Então, a área que eu gostei mais foi a área da perícia. E essa paixão surgiu em sala de aula, com a minha professora Patrícia (entrevistadora).

Professora: Os professores contribuíram para a formação de vocês?

Edina: 100%. Sem os meus professores eu não seria nada. Fui uma aluna dentro e fora de sala, porque eu solicitei ajuda para todos os meus professores fora da faculdade. Eu liguei, mandei mensagem e até mesmo pedi aula particular e ninguém negou. Eu tive essa sorte, mas precisei correr atrás. Tudo o que eu aprendi foi porque tinha alguém lá na frente transmitindo o conhecimento que ele tinha. Isso foi fundamental.

Thiago: Realmente é fundamental que os professores estejam sempre nos auxiliando. No final de semana, mandávamos e-mail e eles respondiam; auxiliavam nos trabalhos. Os professores sempre estavam ajudando e contribuindo. Outra coisa que me ajudou a aprender a Contabilidade. Foi que, quando os meus colegas ficavam de exame, eles me procuravam por eu ter sempre uma média 8/9. Não era o melhor aluno, mas eu sempre fui regular e, cada vez que eu ensinava, essa transmissão de conhecimento era uma troca e eu reforçava o meu conhecimen-

“ Quando escolhi o curso, o escolhi porque meu pai tem uma empresa e ele também é formado em Contabilidade. Às vezes acontecia de o contador chegar com uma guia de um tributo que ele não deveria pagar; às vezes uma guia errada e os dois conversavam e chegavam em um consenso e resolviam o assunto. ”
Thiago



“Uma anotação que você faz, fará toda diferença lá na frente, na hora de estudar para uma prova, te auxilia. Além disso, tem os professores que está sempre à disposição para nos auxiliar, livros e a internet, e estudar.”

Thiago

to ao mesmo tempo; eu aprendi alguma coisa com eles. Então, sugiro a você que ainda está estudando que faça essa troca de conhecimento, que é fundamental, porque reforça o conhecimento que você já tem; você ainda ganhará o conhecimento de outra pessoa, que pode ser bom em outra área.

Edina: Quanto mais a gente transmite, mais a gente aprende e foi dessa forma que eu aprendi.

Thiago: E, sem dúvida, o professor é a base de tudo. Sem professor, não existiria profissões.

Professora: Enquanto acadêmico em sala de aula, o que vocês faziam para aprender?

Edina: A primeira coisa é fazer silêncio e prestar atenção no que o professor está falando; é o mínimo. Outra coisa: todos os nossos professores dão as dicas

de material de apoio e sempre estão à disposição para nos ensinar mais. Então, depende de quem? Depende do aluno. Se você prestar atenção, é o mínimo que você faz; não faltar, copiar o que tiver que copiar, não ter preguiça e refazer o que você tem dúvida. Isso é essencial.

Thiago: Sim, é fundamental o silêncio e prestar atenção como um diferencial: têm alunos que aprendem mais observando e ouvindo e têm alunos que aprendem mais copiando. Uma anotação que você faz, fará toda a diferença lá na frente, na hora de estudar para uma prova e te auxilia. Além disso, têm os professores que estão sempre à disposição para nos auxiliar, os livros e a internet. Além disso estudar.

Professora: O que você sugere para a solução dos problemas ou para a melhoria do curso de Ciência Contábeis?

Edina: No geral, eu não sou a favor que existam matérias EAD, porque nós temos mais facilidade com o professor em sala de aula e "a distância" é difícil de solucionar as nossas dúvidas. E nossos professores aqui aplicam questões de Exame de Suficiência e concurso. Sem perceber os alunos estão estudando. Eu passei em um concurso com o que aprendi em sala de aula.

Thiago: Eu acho que deveria aumentar a carga horária de algumas disciplinas, pois às vezes um único semestre é pouco, ou seja, deveria ter a parte 1 e 2.

Edina: Eu penso que deveria ter a teoria e logo em seguida a prática, isso em todas as disciplinas.

E assim, encerramos o nosso bate papo, agradecendo a participação dos nossos alunos Edina e Thiago, acadêmicos da Anhanguera Uniderp - Campo Grande/MS.


Patrícia Pereira Castro é Contadora, perita contábil, consultora empresarial e docente. Mestranda em Contabilidade Gerencial, possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Católica Dom Bosco (2002) e pós-graduação em Administração Financeira e Controladoria. Coordenadora da Região Centro Oeste na Comissão Jovens Lideranças Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), desde 2012, é parceira da CEU-UP Consultoria Empresarial UpGrade (RJ), desde 2016. Pesquisadora em Contabilidade Avançada e Gestão Tributária, é bem-sucedida na área de Contabilidade, com ênfase em perícia. Possuidora de vivência com educação, tanto "presencial", bem como "a distância".



Edina é acadêmica da Anhanguera UNIDERP - Campo Grande/MS.



Thiago é acadêmico da Anhanguera UNIDERP - Campo Grande/MS.



A utilização do Sistema de Controle Gerencial (SGC) na visão de empresários da área de corretoras de seguro

Por Jéssica Gomes Dück Ferreira

O intuito da pesquisa foi responder como se comporta o Sistema de Controle Gerencial (SCG) na perspectiva de Malmi e Brown (2008) "Pacote de Malmi & Brown", em uma corretora de seguros que se encontra na cidade de Campo Grande – Mato Grosso do Sul. Este pacote objetiva identificar os controles culturais, verificar como são realizados os planejamentos e os controles cibernéticos, explicitar questões que envolvem remuneração e recompensa e explicitar os controles administrativos desta organização de forma profunda.

O corretor de seguros ou uma corretora de seguros, respectivamente, são pessoas físicas ou jurídicas que comercializam

produtos oferecidos pelas seguradoras. Para comercializar esses produtos, primeiramente devem ter aprovação no Curso ou Exame Nacional de Habilitação Técnico-Profissional para Corretores de Seguros, realizado pela Fundação Escola Nacional de Seguros (Funenseg) ou por entidade autorizada pela Susep. Adicionalmente, devem estar autorizados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) por meio do registro para o exercício da atividade de corretagem de seguros (BRASIL. Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964)

Os corretores de seguros são intermediários dos contratos de seguros oferecidos pelas seguradoras com os segurados

(clientes). Ou seja, devem ter muito conhecimento para analisar o risco que o segurado busca resguardar e encontrar o produto mais adequado de acordo com as suas necessidades do mesmo, ponderando o melhor custo x benefício que as seguradoras podem oferecer. O corretor tem o dever de prestar um bom atendimento ao segurado, sabendo que após a finalização da venda do seguro sua obrigação está apenas começando para com o cliente. Deve-se sanar todas as dúvidas que possam vir a ocorrer ou ajudar, se for necessário, em caso de sinistro. Sinistro é o termo utilizado quando ocorre um evento previsto e coberto pelo seguro contratado, o que estava sendo resguardado (Susep, 2006). Um exemplo seria,

no seguro de automóvel, ocorrer danos ao carro segurado por um acidente ou algo em comum.

Resumindo, os corretores de seguros não assumem os riscos que estão sendo cobertos; esse papel é da seguradora. Eles oferecem serviços de consultoria e assessoria para proteção do patrimônio, saúde e vida das pessoas. Por isso torna-se relevante a análise da atividade enquanto pertencente a uma organização, que deve ser bem gerida em termos de controle de gestão.

O SCG, para Malmi & Brown (2008), envolve a gestão contábil de forma mais completa, com controles nas atividades realizadas para serem tomadas as decisões a fim dos objetivos da organização. Ou seja, tende a haver monitoração nas ferramentas utilizadas para serem consideradas sistema de controle gerencial, senão é somente sistema de contabilidade gerencial. Assim, o sistema de con-

trole gerencial denota congruência entre tomadas de decisões e controles. O conceito revela que, com o sistema de controle gerencial, pode ser supervisionado o comportamento dos colaboradores e gestores a fim de executar as atividades de acordo com as estratégias da empresa. Sem o devido monitoramento não há como prever possíveis mudanças que podem surgir e não acarretar em prejuízos.

Os componentes do pacote do SCG, de acordo com Malmi e Brown (2008), são: controles culturais, planejamentos, controles cibernéticos, remuneração e recompensa e controles administrativos. Na concepção de Brown (1998, p. 9), conceitua-se como cultura organizacional o “padrão de crenças, valores e formas de aprender a lidar com a experiência que se desenvolve durante o curso da história de uma organização, e que tendem a se manifestar nos seus esquemas relevantes e nos comportamentos dos seus membros”.

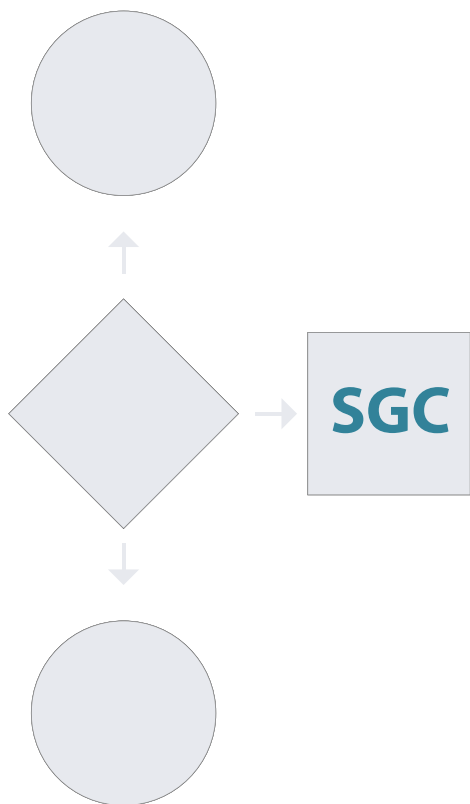
Por isso, entende-se que os controles culturais são considerados sutis e com forma lenta de mudança devido a sua complexidade dentro de uma organização. São estes que norteiam os comportamentos mais apropriados dos diretores e colaboradores e ainda se a cultura se torna compatível com a estratégia da organização, facilita o alcance dos objetivos (STONER; FREEMAN, 1999).

Para Malmi e Brown (2008) existem três tipos de controles culturais, são eles: os grupos, este sendo uma ideia de agrupamento de indivíduos para o processo de socialização e criação de valores; os símbolos, controle gerado através de expressões visíveis como o uso de uniformes e crachá; e os valores, princípios éticos e morais proferidos por uma empresa e norteiam os caminhos e comportamentos de todas as pessoas que participam da organização.

Já os controles de planejamento, segundo Flamholtz (1985), é uma forma ex ante de controle, ou seja, que ocorre antes do acontecimento. Malmi e Brown (2008) ratificam que antes de exigir esforços para os colaboradores a fim de atingir os objetivos, devem ser definidos esses objetivos, para depois serem direcionados para cumprimentos. Para tanto, os autores dividem este controle com dois tipos de planejamento. Primeiramente, o planejamento estratégico onde há a definição, pela alta direção da empresa, das estratégias da empresa em longo prazo, levando em consideração o ambiente externo e interno da organização. E o planejamento operacional que coloca em prática todas as tarefas e metas de uma empresa, sendo projetado para um curto prazo.

Com relação ao controle cibernético, é importante destacar que a ciência ci-

“ O SCG, para Malmi & Brown (2008), envolve a gestão contábil de forma mais completa, com controles nas atividades realizadas para serem tomadas as decisões a fim dos objetivos da organização. ”



bernética tem por objeto o estudo comparativo dos sistemas e mecanismos de controle automático, regulação e comunicação nos seres vivos e nas máquinas (BERRY et al., 2005). Sendo assim, Malmi e Brown (2008) apresentam medidas de desempenho, como para estabelecer metas e proporcionar comparações das atividades com padrões estabelecidos, e possível modificação no comportamento do sistema ou nas atividades definidas.

Para uma comunicação eficaz entre homem, máquina e organização, foram difundidos por Malmi e Brown (2008) quatro principais sistemas no controle cibernético, sendo: o orçamento, considerado como uma ferramenta universal e presente em quase todas as organizações e, por meio deste, podemos planejar as metas e os objetivos futuros por seus demonstrativos de recursos financeiros; as medidas financeiras, que consiste nos demonstrativos contábeis de uma organização tendo o dinheiro uma grande importância no controle; as medidas não financeiras, que fazem o controle de operações no ambiente interno da organização como avaliação de qualidade dos produtos e de atendimento aos clientes; e as medidas híbridas, que utilizam as duas medidas anteriores como guia das decisões de gestores e diretores. Um exemplo dessa ferramenta seria *Balanced Scorecard* (BSC).

Quanto ao elemento de remuneração e recompensa, para Malmi e Brown (2008) este controle objetiva a motivação para o alcance de metas de algum propósito, não só através de premiações e/ou ressarcimento, mas também pelo reconhecimento e encorajamento dos colaboradores.

Em complemento a esta teoria, Otley (2005) considera que um pacote de in-

centivos e recompensas deve ser o centro dos controles gerenciais, pois este controle está correlacionado com todos os outros sistemas, além de apresentar um maior efeito no comportamento organizacional, fazendo com que gestores da organização busquem maior dedicação para cumprimento das metas.

Bonner e Sprinkle (apud Isidoro, 2012) ainda afirmam que o sistema de remuneração e recompensa contribui para este maior desempenho do indivíduo, a julgar que a presença de premiações nas empresas faz aumentar os esforços dos empregados em suas rotinas comparado às empresas que não possuem esse tipo de benefícios.

Por último, segundo Malmi e Brown (2008), os controles administrativos ordenam o comportamento dos colaboradores através de monitoramento, ou melhor, como os indivíduos são responsáveis diante das tarefas desempenhadas a eles. Para o controle administrativo, os autores consideram três grandes grupos, são eles: a estrutura organizacional, ou seja, a maneira como as funções e atribuições de cada indivíduo estão divididas dentro de uma organização; a estrutura de governança considera a equipe de dirigentes de uma organização, podendo esta ser vertical ou horizontal; e as políticas e procedimentos, principalmente burocráticas o uso de controle formal serve para conduzir estratégias e comportamentos dos colaboradores de uma organização a fim de concluir os objetivos da organização.

Para realizar a pesquisa, realizei e entrevistei os três sócios-proprietários da empresa. Apoiada a um roteiro composto por 15 questões, baseadas em variáveis das teorias sobre SCG, as entrevistas duraram em torno de 20 minutos cada. O

“Um exemplo de constatação foi averiguar que a empresa é percebida como familiar entre os colaboradores e gestores, mesmo com o diferencial de ser maior que a média das corretoras de seguros e não apresentar vínculo familiares entre os envolvidos”

roteiro de entrevista utilizado na pesquisa foi adaptado através do instrumento *Performance Management and Control* (PMC) de Ferreira e Otley (2006).

Analisei as três respostas para cada questão, identificando a essência e sentido de cada um dos respondentes. A junção das respostas com a teoria dos autores citados foi um trabalho custoso e minucioso, que ao mesmo tempo trouxe privilégio em conhecer tão a fundo a teoria na prática.

Um exemplo de constatação foi averiguar que a empresa é percebida como familiar entre os colaboradores e gestores, mesmo com o diferencial de ser maior que a média das corretoras de seguros e não apresentar vínculo familiares entre os envolvidos; entender que o planejamento da empresa não teve definição e divulgação aos colaboradores, pois não houve mudanças nos objetivos e o crescimento foi

“ Os controles de desempenho não são prioridades para os sócios, identificou-se que a empresa não gera complexidade em administrar. ”

de acordo com as demandas do mercado; e constatar que os controles culturais são defendidos no momento da contratação e no dia a dia, pelas atitudes e decisões escolhidas, com honestidade, transparência e comprometimento do colaborador com os clientes e colegas de trabalho.

Quanto ao controle administrativo e planejamento da empresa, não há definição e divulgação aos colaboradores, pois até

hoje não houve mudanças nos objetivos. O crescimento foi de acordo com as demandas do mercado e também não foi previsto. Essa confirmação se dá pelo exemplo do novo projeto que está por ser incluído na corretora, em que se acredita que irá alavancar a demanda de seguros para contratação na corretora de seguros, ou seja, não irá alterar o foco, somente o volume. Por essa razão, também, está havendo separação do setor operacional e comercial. Serão definidas as atividades de cada colaborador. Do mesmo modo, eleva a importância dos controles nas tarefas da organização.

Os controles de desempenho não são prioridades para os sócios. Identificou-se que a empresa não gera complexidade em administrar. O que foi identificado como preocupante é que deve haver controle de desempenho dos colaboradores. Citam em integrar avaliação de desempenho individual para assim, conseqüentemente, efetuar formas de remuneração

de acordo com o desempenho de cada colaborador, por mérito e esforço.

Sou inteiramente agradecida pela oportunidade de ser orientada pela Professora Dra. Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, que assegurou o cumprimento deste desafio sob a minha responsabilidade.



Jéssica Gomes Dück Ferreira é graduada em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2015). Atualmente trabalha na administração de uma corretora de seguros.



A Contabilidade Aplicada ao Setor Público em busca de um arcabouço conceitual teórico

Por Lucy Fátima de Assis

Atualmente a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) – passa por um processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade (*International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS), iniciado em 2007 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – com a publicação dos Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público (RESOLUÇÃO CFC 1.111/2007) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs 16).

Desde 2008, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), cumprindo com a competência estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal e buscando estabelecer padrões e procedimentos contábeis para a consolidação nacional das contas públicas, desenvolveu um novo Plano de Contas

Aplicado ao Setor Público (PCASP) para utilização obrigatória pelos três níveis de Governo e publicou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPCs).

Dando sequência ao processo de convergência da Casp às normas internacionais, em 2015, foi publicado pela STN o Plano de implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPC), estabelecendo os Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) de observância obrigatória pelos entes da Federação, com prazos finais de implantação estabelecidos de forma gradual pela Portaria STN nº 548/2015. Para alguns procedimentos o prazo se estende até 2024.

Em 2016, numa reformulação do processo de convergência, foi publicada a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC EC) – Estrutura Conceitual, elaborada de acordo com o pronunciamento intitulado *The Conceptual Framework for General Purpose Financial Reporting by Public Sector Entities*, emitido pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* da *International Federation of Accountants* –IPSASB/Ifac. De acordo com o CFC, a Norma de Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que serão aplicados para a elaboração das demais NBCs e define a sociedade como a principal usuária da informação contábil.

A publicação das primeiras NBCs trouxe um grande desafio para as entidades pú-



blicas, tendo em vista o modelo de contabilidade historicamente aplicado ao setor público, focado na legalidade, tendo o orçamento público e a Lei 4320/1964 como referência para os procedimentos contábeis e as demonstrações contábeis. Além das questões políticas e culturais que permeiam o processo de convergência, tanto para setor público quanto para o setor privado, observa-se que as entidades públicas apresentam demandas diferenciadas de tratamento contábil tendo em vista seus objetivos e usuários.



Desta forma, a implementação das mudanças não se caracteriza por uma mera aplicação das normas, pois requer análise, classificação, interpretação dos fatos e adaptações, sendo que algumas situações peculiares das entidades públicas brasileiras não têm ocorrência em outros países e consequentemente não são tratadas pela normativa internacional.



Destacam-se como peculiares questões tais como: Transferências Intergovernamentais (obrigatórias e Voluntárias), Consórcios Públicos, pela sua característica autárquica e estrutura formada por participações intergovernamentais, Empresas Estatais dependentes e Fundos de natureza contábil. Existem também outras questões relacionadas a

práticas recentes das entidades públicas brasileiras, como a cessão de direitos creditórios e a utilização dos depósitos judiciais, que suscitam dúvidas acerca do tratamento contábil.

Apesar do processo de convergência para as normas internacionais e a adoção de procedimentos contábeis patrimoniais em curso, percebe-se ainda um forte viés de legalidade, procedimentos orçamentários e aspectos fiscais no tratamento contábil (caso do reconhecimento de Passivos, por exemplo).

Todo este processo de mudanças na Contabilidade impactam a teoria e a prática contábil, afetando a atuação dos contadores, o ensino da contabilidade e, principalmente, as informações contábeis. A Contabilidade tem como principal característica a sua utilidade para os diversos usuários e historicamente tem sido reconhecida pelo pragmatismo com que trata as questões. Neste sentido, as questões teóricas não são apenas uma questão de "teoria". A aplicação da teoria tem relevância na medida em que pode impactar a administração das entidades e até a vida das pessoas (HENDRIKSEN E VAN BREDA, 1999).

Para que teoria se tem todo um arcabouço de orientações normativas dos órgãos reguladores? (IUDÍCIBUS 2012, p.7).

"A teoria da contabilidade é como se fosse uma estrela a nos conduzir para

a obtenção de práticas corretas, mesmo quando faltarem normas explícitas a respeito" (IUDÍCIBUS, 2012, p. 13).

Tem-se que a Contabilidade, para cumprir com os seus objetivos, precisa estar fundamentada em princípios, regras, conceitos e padrões, que formam a Teoria da Contabilidade. A Teoria Contábil embasa os procedimentos contábeis, auxilia na interpretação de fatos e procedimentos contábeis propiciando a confiabilidade da informação (LIMA et al, 2009; NIYAMA et al, 2008; HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999).

Neste contexto, faz-se necessário estudar marcos conceituais na busca de teorias que propiciem uma boa base para subsidiar os fatos e eventos ainda não tratados pela regulação contábil, dando respaldo aos Contadores que atuam nas entidades públicas.



Lucy Fátima de Assis Freitas é Bacharel em Ciências Contábeis pela PUC Minas e mestre em Ciências Contábeis pela Fucape Business School. É contadora na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e membro do Grupo de Trabalho para a Área Pública do CRCMG.

Referências:

- CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução no 1.111, de 29 de novembro de 2007. Aprova o Apêndice II da Resolução CFC no. 750/93 sobre os Princípios Fundamentais da Contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2007/001111>. Acesso em: 15 de jan. de 2017.
- IUDÍCIBUS, Sérgio. Teoria da Contabilidade: evolução e tendências. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, v. 17, n. 2, p. 5-13, 2012.
- LIMA, Diana Vaz; GUEDES, Marianne Antunes; SANTANA, Cláudio Moreira. As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a legislação contábil pública brasileira: uma análise comparativa à luz da teoria contábil. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 12, n. 2, 2009.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, p. 277-297, 1999.
- IFAC. International Federation of Accountants. Aplicação das IPSAS. Disponível em: <https://www.ifac.org/news-events/2015-06/application-international-public-sector-accounting-standards>. Acesso em 18 de jan. de 2017.
- NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. SILVA, César Augusto Tibúrcio. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2008.



Experiências do Projeto Integrador no curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Patos de Minas (Unipam)

Por Alair José da Cruz e Sandro Ângelo de Andrade

O Centro Universitário de Patos de Minas (Unipam) tem como sua mantenedora Fundação Educacional de Patos de Minas (Fepam), uma instituição fundada há quase 50 anos. Tem como missão “Transformar pessoas e sociedade por meio da excelência na educação, criando oportunidades e desenvolvendo talentos” (www2.unipam.edu.br). Atualmente oferta 30 cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento humano, sendo um deles o curso de Ciências Contábeis. O curso existe desde 1993, sendo que atualmente recebe duas turmas anuais para 120 ingressantes, com média anual de 100 alunos concluintes.

Alinhado com o modelo pedagógico do Unipam, o curso de Ciências Contábeis tem entre outros diferenciais. Um de seus componentes curriculares o Projeto Integrador (PI). Esse projeto visa que o estudante, com base no modelo pedagógico institucional, tenha o seu conhecimento transformado por meio da aprendizagem significativa, colaborativa (cooperativa) e autônoma.

O aprender significativo ocorre quando aquele que deseja ensinar ajuda quem quer aprender, pelas condições criadas por meio de estratégias que leve o estudante a conhecer e a criar novas culturas e adquira novo conhecimento, cabendo a este adquirir habilidades e adaptar-se às mudanças propiciadas pelo ambiente acadêmico e também ser o responsável por sua aprendizagem (PELÉIAS, 2006).

Nesse sentido, no curso de contábeis do Unipam o aprender significativo ocorre a partir da relação entre o que o professor conhece e deseja ensinar e aquilo que o estudante deseja aprender. Com isso, estabelece-se o compromisso de não só transmitir conhecimento, mas fazer com que o estudante desenvolva habilidades e competências adicionais que o levem exercer a profissão contábil sabendo, os significados das teorias conhecidas e aprendidas durante o curso.

Por isso, ao longo do curso, os estudantes são motivados a colaborar uns com os outros no desenvolvimento de suas

aprendizagens, sendo que o aprender colaborativo (cooperativo) ocorre se houver a oportunidade de realização de tarefas em grupos e que haja interdependência destes, valorizando tanto a responsabilidade de cada grupo como a individual (BENDER, 2014).

Para que isso aconteça é necessário incentivar os estudantes a assumirem a responsabilidade de aprender e cooperar para que os seus colegas também aprendam. Dessa forma, o estudante é moldado a partir da sua responsabilidade individual em contribuir com o grupo durante todo o seu percurso acadêmico. Assim é no curso de contábeis do Unipam.

Entretanto, é importante que o profissional da contabilidade formado nessa instituição seja também capaz de enfrentar as dificuldades do mercado de trabalho. Nesse enfoque, o professor deve aprender e ensinar porque aprende a agir e refletir cooperativamente, permitindo ao estudante refletir e desenvolver sua própria aprendizagem (SACRISTÁN; GÓMEZ, 2011).

Para o corpo docente do curso de Ciências Contábeis do Unipam, a aprendizagem autônoma acontece a partir do momento em que o estudante seja capaz de aprender a aprender de forma significativa por si mesmo, sabendo agir diante das diversidades impostas no processo de construção do conhecimento.

Para que a aprendizagem ocorra de forma significativa, cooperativa e autônoma, o PI faz a integração de conteúdos, preferencialmente, do semestre em curso, permitindo-se a interdisciplinaridade com conteúdos de semestres passados ou futuros. Do primeiro a quarto períodos a carga horária é 80 horas, no quinto e sexto períodos 40 horas aulas por semestre. Em cada semestre o projeto é conduzido por um professor orientador.

Nos primeiros períodos, o foco é na integração do estudante à vida acadêmica, direcionando-o à organização dos seus estudos por meio de diversas atividades disponibilizadas pelos professores do semestre em curso, processo que se repete nos semestres seguintes.

No PI os alunos também têm a responsabilidade de desenvolver trabalhos em grupos, denominados Trabalhos Integradores, sempre sob a orientação do professor que exige a observância das normas acadêmicas e científicas. Nos primeiros períodos, os projetos são feitos a partir de pesquisas sobre temas diversos da área contábil e, a partir do terceiro período, os alunos são motivados ao desenvolvimento de trabalhos baseados no entendimento de legislações tributárias, regramentos contábeis e de outros assuntos relacionados à prática contábil.

Nesse sentido, entende-se que o PI permite mais facilmente a aplicação dos conteúdos teorizados a prática contábil. Visto que compete às instituições de ensino superior o incentivo aos professores quanto ao uso de estratégias de ensino que facilitam a aprendizagem e a formação do conhecimento pelo estudante (PELÉIAS (2016).

Alguns dos resultados do Projeto Integrador do Curso de Ciências Contábeis do Unipam podem ser visitados na Revista idealizada pelos estudantes do curso no site: www.palpitecontabil.com.br. Entre outros, alguns temas dos projetos foram: carteira de trabalho e previdência social (CTPS), Auditoria Contábil, Imposto de Renda e Regimes de Tributação, Microempreendedor Individual (MEI), Sped e e-Social, Contrato de Serviço e Decore Contábil, Contabilidade Ambiental, Educação Continuada na Contabilidade e Controladoria.

Além desses, outros projetos envolvendo a análise de demonstrações contábeis de empresas listadas na BM&FBOVESPA. Nesses projetos, o objetivo foi analisar por setor de atuação e níveis de governança se as empresas cumpriam os requisitos de divulgação exigidos pelas normas brasileiras de contabilidade: NBC TG 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos), NBC TG 04 (Ativos Intangíveis) e NBC TG 27 (Ativos Imobilizados).

O Projeto Integrador, além de trazer uma maior integração da teoria com a prática constitui em um incentivo às ações de iniciação científica, promovendo maior conhecimento de temas contábeis e uma preparação para a realização do trabalho de conclusão de curso.



Alair José da Cruz é mestre em Ciências Contábeis pela Fucape *Business School* (2012). Possui especialização MBA em Auditoria e Perícia pelo Centro Universitário de Patos de Minas - Unipam (2008). Possui especialização em Contabilidade e Controladoria pelo Centro Universitário de Patos de Minas - Unipam (2001). Possui graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Patos de Minas - Unipam (1999). Atualmente é professor do Centro Universitário de Patos de Minas - Unipam. Tem experiência na área de Ciências Contábeis, atuando nos seguintes temas: Assessoria Contábil, Tributária e Controladoria e Auditoria Contábil.



Sandro Ângelo de Andrade é Mestre em Ciências Contábeis pela Fucape *Business School*. Pós-graduado em Auditoria e Perícia pelo Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM. Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Experiência com consultorias, auditorias e perícias nas áreas: Administrativa e Contábil. Atualmente é conselheiro efetivo do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG) e é Professor e coordenador do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM.

Referências

- BENDER, Willian N. Aprendizagem Baseada em Projetos: Educação Diferenciada para o Século XXI. Editora: Penso, Porto Alegre, 2014.
- PELEIAS, Ivam Ricardo. Didática do Ensino da Contabilidade - Aplicável a Outros Cursos Superiores. Editora: Saraiva, 2006.
- SACRISTÁN, J. Gimeno, GÓMEZ, A. Pérez. Compreender e transformar o ensino. 4ª ed. Editora: Artmed, Porto Alegre, 2011.

Revisitando os Conceitos Teóricos de *Disclosure*, Transparência, *Accruals* e Assimetria da Informação

Por Udo Strassburg, Nilton Marques de Oliveira e Weimar Freire da Rocha Jr.

Os conceitos de *Disclosure*, transparência, *accruals* e assimetria de informações conservam alguma ligação, mas também possuem sentidos antagônicos quando se discute a melhor forma de informar aos usuários da contabilidade, com relatórios que possam refletir o mais próximo possível sobre a realidade dos negócios do empreendimento.

Um dos fatores que pode contribuir para a diminuição da assimetria de informações e de informações incompletas é o *disclosure*, ou seja, a transparência corporativa, principalmente relacionada às informações contidas nos relatórios contábeis das partes. As principais características destas informações deve ser a compreensibilidade, a relevância, a confiabilidade, a comparabilidade e a utilidade. Partindo destes princípios, para que haja transpa-

rência corporativa, “os demonstrativos contábeis deveriam evidenciar o que for necessário, a fim de não torná-los ‘enganosos’” (IUDÍCIBUS, 2000, p. 117). O termo “enganoso” considera que pode haver falta de informações detalhadas com informações relevantes embutidas ou agrupadas, tornando-as truncadas, incompletas, imperfeitas, distorcidas e assimétricas.

Com o conceito de transparência corporativa, “verifica-se que a redução da assimetria informacional nos mercados(...) É fundamental para o bom funcionamento destes” (LOPES; MARTINS, 2005, p. 31-32).

A contabilidade tem o papel de coordenação a fim de dar suporte aos agentes que possuem ligação com as empresas, des-

“ Um dos fatores que pode contribuir para a diminuição da assimetria de informações e de informações incompletas é o *disclosure*, ou seja, a transparência corporativa, principalmente relacionada às informações contidas nos relatórios contábeis das partes. ”




tacando a função de mensurar (medir) a atuação de cada um dos envolvidos e, também, em relação ao direito de fazer parte da distribuição dos resultados. Outra função está em fornecer informações, formando um diagnóstico da ativação das partes na execução do contrato. Como a contabilidade é detentora de um grande banco de dados oriundo das ocorrências havidas na empresa, terá condições de fornecer informações que darão subsídios para que os custos de transação possam ser reduzidos (SUNDER, 1997). Assim, pode-se entender como é importante a junção de esforços entre as áreas da empresa para que o *disclosure* ou transparência corporativa seja efetivada.

Lopes e Martins (2005) destacam algumas questões que denominam como “quebra de assimetria informacional”, enfatizando que a contabilidade possui instrumentos para tanto. Ou seja, as informações contábeis podem evitar conflitos de interesses entre as partes que estão transacionando, o que pode ser obtido pelo fornecimento de relatórios que deveriam atender às demandas de todas as suas partes interessadas.

Neste caso, para evitar este tipo de conflito, entra em cena a contabilidade gerencial que servirá de suporte nas decisões, principalmente dos usuários internos (diretores, gerentes, encarregados, chefes, empregados, etc.). Para os usuários externos (acionistas, concorrentes, fornecedores, credores, instituições financeiras, Governo, etc.), há a possibilidade de utilizar as várias formas de realizar o *disclosure*.

Conforme Iudícibus (2004, p. 126), são seis formas de realizar o *disclosure*:

- i- forma e apresentação das demonstrações contábeis;
- ii- informação entre parênteses;



“ Se o gestor quiser manter a aparência e demonstrar que a empresa tem um volume grande de recursos a receber, não irá permitir a baixa destes, mas se a preocupação estiver em bem informar os usuários ou agentes econômicos e primar por informações que correspondam à realidade, irá providenciar a baixa dos mesmos. ”

- iii- notas explicativas;
- iv- quadros e demonstrativos suplementares;
- v- comentários do auditor; e,
- vi- relatório da administração.

Desta forma, não será somente com a utilização destes recursos que irá acabar com os conflitos de interesses, mesmo porque estes somente se referem às informações fornecidas pela contabilidade. Mas será um fator preponderante para que os interessados nas informações sobre a organização possam obter e conhecer a sua verdadeira situação, podendo tomar as suas decisões. E, assim, pode-se ver que a contabilidade poderá ser utilizada como ferramenta para diminuir a assimetria de informações.

Os gestores das empresas geralmente fazem uma seleção das informações que devem ser encaminhadas para o mercado. Eles retêm as informações que não são adequadas, no ponto de vista deles, de serem conhecidas pelos agentes econômicos; mas também não possuem total liberdade ou poder para realizarem isso, pois muitas questões estão sujeitas a regulamentações que irão determinar o que deve, ou não, ser informado.

De acordo com Lopes e Martins (2005, p. 55), “este poder está relacionado à administração dos chamados *accruals*, que são os ajustes advindos do regime de competência”, os quais podem ser usados para diminuir ou aumentar a assimetria informacional. Um exemplo disto está relacionado à conta de clientes, duplicatas ou títulos a receber, ao ser decidido se será feita a baixa, ou não, dos clientes, duplicas ou títulos que se tornaram incobráveis. Se o gestor quiser manter a aparência e demonstrar que a empresa tem um volume grande de recursos a receber, não irá permitir a baixa destes, mas se a preocupação estiver em bem informar os usuários ou agentes eco-

nômicos e primar por informações que correspondam à realidade, irá providenciar a sua baixa. Esta situação ocorreu com o falido Banco Nacional, da família Magalhães Pinto, que demonstrava em seu balanço patrimonial uma situação de equilíbrio, mas quando teve estes recursos financeiros exigidos, foi verificado que uma grande parte dos recursos a receber eram “podres”, não tendo condições de cumprir com seus compromissos.

Os *accruals* são ferramentas que facilitarão a confecção de informações que sejam úteis para os usuários ou agentes econômicos, quando estas forem enviadas para o mercado. Mas, para que isto se efetive a favor do mercado, será necessário que os administradores (gestores) concordem que o fornecimento de informações aos interessados deve ser feito desta maneira.

Olhando por outro ângulo, na quebra de assimetria informacional e diminuição dos conflitos de interesses, pode-se ver a transparência e a confiança entre parceiros de negócios, cuja “confiança reduz os custos de transação e a transparência fomenta a confiança” (TAPSCOTT; TICOLL, 2005, p. 138), uma influenciando e fortalecendo a outra para que os negócios sigam seu fluxo natural da melhor maneira possível.

A confiança está relacionada às ações realizadas, demonstrando credibilidade, devendo mostrar que o agente é confiável e que honrará com seus compromissos. É, pois, sendo necessário provar por um período de tempo até receber o aval de credibilidade dos agentes econômicos que estão se relacionando.

Já a transparência é algo rejeitado por muitos, que só divulgam algumas informações porque são obrigados pela legislação. A transparência está a cada dia mais

presente e necessária para que os negócios fluam sem opacidade ou assimetria de informações, e em condições de produzir a redução dos custos de transação.

Conforme Tapscott e Ticoll (2005, p. 22), “a transparência consiste em informações sobre uma dada organização, disponibilizadas para o público ou para outras organizações”. Ela pode ser uma opção de escolha para a empresa (chamada de ativa) ou poderá ser forçada, exigida por todos os tipos de *stakeholders* (funcionários, clientes, acionistas, parceiros de negócios, membros da comunidade e grupos de interesse), fornecendo informações que sejam de seus interesses, que possam influenciar e que sejam úteis nas tomadas de decisão. Como os recursos tecnológicos estão em constante evolução, sempre com novas soluções, cada vez mais são disponibilizadas, na internet, uma quantidade muito grande de informações para acesso muitos, sobre os mais variados assuntos. A rede de *stakeholders* se utiliza destes e de outros recursos para forçar as empresas a disponibilizar as informações de seus interesses.

No século XXI, a transparência e a confiança se tornaram fundamentais para as operações das organizações por razões econômicas, tecnológicas, sociais e sociopolíticas (TAPSCOTT; TICOLL, 2005).

Os autores também descrevem alguns fatores para que as empresas sejam transparentes e fortaleçam a confiança em cinco tópicos, que são:

- i) o sucesso das economias de mercado e da globalização;
- ii) a ascensão do trabalho do conhecimento e das redes de negócios;
- iii) a difusão das tecnologias de comunicação;
- iv) fatores demográficos e a ascensão da geração Net; e,
- v) a ascendente fundação civil global.

“ A confiança está relacionada às ações realizadas demonstrando credibilidade, devendo mostrar que o agente é confiável e que honrará com seus compromissos, sendo necessário provar por um período de tempo até receber o aval de credibilidade dos agentes econômicos que estão se relacionando. ”



Assim sendo, pode-se perceber que a contabilidade, a confiança e a transparência possuem papéis importantes no auxílio da quebra de assimetria de informação e na redução dos conflitos de interesse, principalmente porque a tecnologia vem sempre evoluindo e sendo aperfeiçoada, "obrigando" as empresas a optarem pela transparência ativa.

Considerações Finais

Considerando os conceitos teóricos levantados, constatou-se que o *disclosure* assim como a transparência corporativa são elementos que necessitam ser incorporados na cultura do negócio, pelo fato de que cada vez mais esta postura está sendo cobrada das empresas, pelos *stakeholders*, chegando ao ponto de que, acaso as empresas não o fizerem espontaneamente, serão forçadas a ser transparentes por intermédio da cobrança de les ou da mídia. Já os *accruals* devem ser utilizados para o bem das informações a

serem geradas para os diversos usuários das empresas. E a assimetria de informações deve ser evitada o máximo possível, retirando a opacidade, deixando-as claras, compreensíveis e com os devidos detalhes, quando se fizerem necessários.

Referências Bibliográficas

IUDÍCIBUS, S. de. Teoria da contabilidade. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de. Teoria da contabilidade. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. Teoria da contabilidade: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

SUNDER, S. Teory of accounting and control. Cincinatti: South-Western College Publishing, 1997.

TAPSCOTT, D.; TICOLL, D. A empresa transparente: como a era da transparência revolucionará os negócios. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2005.



Udo Strassburg é contador e docente na graduação e mestrado em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste – Cascavel-PR). É doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Unioeste – Toledo-PR) e mestre em Contabilidade (Fecap – SP).



Nilton Marques de Oliveira possui especialização em Contabilidade Gerencial. É economista e docente na graduação e no mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). É doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Unioeste – Toledo-PR com mestrado em Economia Aplicada pela UFV.



Weimar Freire da Rocha Jr. é engenheiro agrônomo, docente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - PPGDRA (mestrado e doutorado) e no curso de graduação em Ciências Econômicas (Unioeste), Campus Toledo (PR). É pós-doutor pela Universidade de Lisboa; doutor em Engenharia de Produção – UFSC, e mestre em Economia Aplicada pela USP.



Motivação dos discentes de Ciências Contábeis para seguir a profissão de Auditor

Por Marília Cristine da Silva e Vidigal Fernandes Martins



Diante da carência constatada de auditores contábeis no mercado brasileiro e da importância de se compreender a motivação no contexto acadêmico, o presente trabalho teve por objetivo levantar o perfil motivacional dos discentes de Ciências Contábeis de uma universidade pública nas aulas de auditoria a fim de verificar o nível de interesse deles pela carreira de auditor. Com base na Teoria da Autodeterminação, aplicou-se um questionário, contendo uma versão da Escala de Motivação Acadêmica (EMA) adaptada à disciplina de auditoria, além de questões relacionadas à atratividade da profissão. O estudo de caráter descritivo foi composto por 121 respondentes. Verificou-se que, de modo geral, os estudantes estão motivados por recompensas externas e por reconhecerem a importância da auditoria. Mais de 60% deles demonstraram interesse pela carreira de auditor e não foi encontrado um perfil totalmente desmotivado frente à aprendizagem da auditoria.

Palavras-chave: Auditoria. Motivação. Autodeterminação. Ensino Superior. Ciências Contábeis.

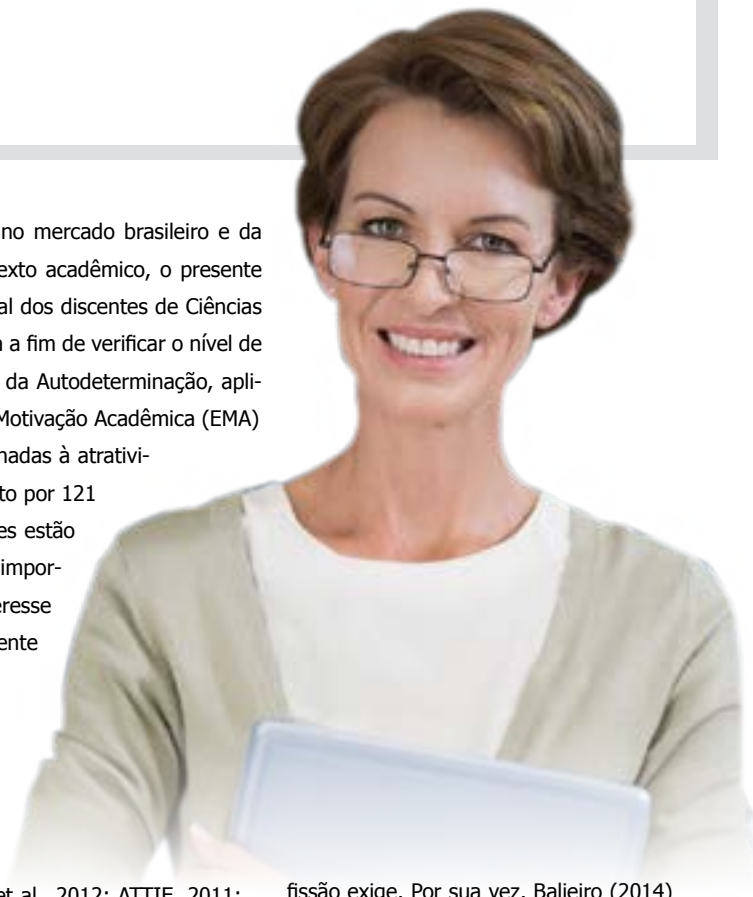
1. INTRODUÇÃO

Reconhecida internacionalmente como atividade que fornece confiabilidade às informações contábeis e que traz segurança para os investidores e demais *stakeholders*, a auditoria é fundamental para o funcionamento dos negócios e vem sendo, cada vez mais, requisitada pelas empresas no Brasil devido ao desenvolvimento e à expansão dos merca-

dos (AMORIM et al., 2012; ATTIE, 2011; SILVA, 2012). Nessa perspectiva otimista, verifica-se, porém, que a oferta de auditores certificados no País se encontra em um cenário desafiador (IBRACON, 2016; MARQUES, 2013; VEIGA; BORGES; AMORIM, 2014).

Dentre os fatores que aumentam as barreiras para ser um auditor, Marques (2014) cita os pré-requisitos que a pro-

fissão exige. Por sua vez, Balieiro (2014) ressalta o despreparo das universidades brasileiras frente às exigências do mercado e o desafio das firmas de auditoria para investir na capacitação da equipe de trabalho. Todo ano, as firmas do setor contratam milhares de *trainees*, na maioria jovens universitários ou recém-formados, e o custo é alto. Diferentes indicadores mostram que o salário está valorizado, porém as vagas acabam não



sendo preenchidas (BALIEIRO, 2014; MACHADO; GUERRA; MACHADO, 2014). Diante desse contexto, a presente pesquisa tem o propósito de traçar um panorama das características da profissão de auditor, incluindo o histórico e as exigências técnicas e pessoais inerentes à carreira. Na sequência, apresenta conceitos de motivação e, com base na teoria da Autodeterminação, busca responder à seguinte pergunta: Qual a motivação dos discentes do curso de Ciências Contábeis para ser um auditor? A escolha de uma ocupação pode estar relacionada a causas externas ou internas (RYAN; DECI, 2000). Assim, conhecer a motivação intrínseca, extrínseca ou ausência de motivação dos discentes de uma universidade federal brasileira diante da aprendizagem da auditoria é o objetivo geral deste estudo que busca esclarecimentos sobre uma profissão que tem sido pouco atrativa.

Os objetivos específicos estabelecidos são: (i) Criar um instrumento de coleta de dados a partir do desenvolvimento e da aplicação de um questionário com os

alunos que tiveram contato com a disciplina de auditoria. (ii) Caracterizar a respectiva amostra e método de análise para expor, de forma detalhada, as características particulares encontradas, além de estabelecer relações entre as variáveis contidas na análise. (iii) Apresentar os resultados da motivação discente para ser um auditor.

A pesquisa em questão poderá contribuir para o âmbito da auditoria ao relacionar as necessidades do mercado de trabalho brasileiro com o perfil motivacional dos alunos do curso de Ciências Contábeis para ingressar nessa carreira, visto que a disciplina de auditoria faz parte do curso e a aparente falta de interesse dos alunos pode estar refletindo o número reduzido de auditores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Auditoria: Conceitos e Aplicações

A auditoria é uma atividade que utiliza ferramentas contábeis para testar a eficiência e a eficácia do controle patrimonial de uma organização com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado (ATTIE, 2011; BRUNO JUNIOR; MARTINS, 2015). Em outras palavras, consiste em uma importante medida de segurança contra a possibilidade de manipulação das informações financeiras (MIZAEI; MARTINS, 2012), o que traz maior confiança, tranquilidade e garantia para seus usuários que são os administradores, os investidores, o Fisco, demais stakeholders e a sociedade (ATTIE, 2011; SILVA, 2012).

De acordo com Attie (2011), o termo "Auditoria" não é exclusivo do ramo contábil, mas sempre foi empregado com a finalidade de se referir à emissão de uma opinião. Na área contábil, a atividade se

“ A auditoria é uma atividade que utiliza ferramentas contábeis para testar a eficiência e a eficácia do controle patrimonial de uma organização com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado ”
(ATTIE, 2011; BRUNO JUNIOR; MARTINS, 2015).

desenvolveu na Inglaterra com a Revolução Industrial e a expansão do capitalismo, pela necessidade de investidores, de proprietários e de acionistas em confirmar a realidade econômico-financeira das empresas. Ao captar recursos externos para financiar a atividade produtiva e visando reduzir custos de produção, as empresas buscaram a auditoria como forma de oferecer mais garantia aos credores (ATTIE, 2011; SILVA, 2012).

Para exercer a profissão de auditor independente, é necessário comprovar cumulativamente os seguintes requisitos legais: ser bacharel em Ciências Contábeis e obter registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC); ser aprovado em Exame de Suficiência e de Qualificação Técnica, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em conjunto com o Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon); ser aprovado no exame de qualificação específica do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep), nesse caso, para atuar em instituições financeiras; ser aprovado no exame do Cadastro



Nacional de Auditores Independentes (CNAI); obter registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e cumprir o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) para constante atualização profissional (IBRACON, 2016; MIZEL; MARTINS, 2012; VEIGA; BORGES; AMORIM, 2014).

2.2 Motivação Discente e Teoria da Autodeterminação

A motivação está inserida no âmbito das teorias comportamentais ou estudos de processos cognitivos que objetivam mostrar o direcionamento das pessoas para determinadas ações. Trata-se de um assunto não linear, complexo e multidimensional, que desperta interesse por pressupor que pessoas motivadas realizam suas atividades de forma mais produtiva e eficiente (MARQUES, 2013).

O termo "motivação" é originário da palavra *movere* em latim, que significa mover ou movimento (STEERS; MOWDAY; SHAPIRO, 2004). No ambiente acadêmico, a motivação se apresenta como fonte de explicação para o fato de alguns estudantes aproveitarem melhor sua passagem pela universidade, ao contrário de outros que apresentam desinteresse durante o processo de aprendizagem (CARMO, 2014). A motivação pode gerar um efeito na aprendizagem e no desempenho dos estudantes, assim como a aprendizagem pode interferir na motivação (SIQUEIRA; WECHSLER, 2006; GUIMARÃES; BZUNECK; SANCHES, 2002).

Diversas abordagens teóricas norteiam o estudo da motivação discente e é relevante que se considere nesses estudos o contexto em que o estudante está inserido: influência social, cultural, psicológica e econômica, geração, gênero, maturidade, percepção do ambiente, interação com professores e atividades

obrigatórias, etc. (MARQUES, 2013; SEVERO, 2014).

Para esta pesquisa, é utilizada a teoria da Autodeterminação (RYAN; DECI, 2000), que tem revelado as consequências positivas de um envolvimento autônomo dos estudantes nas situações de aprendizagem e procurado descobrir as variáveis contextuais relacionadas à sua promoção. Deci e Ryan (1985) e Ryan e Deci (2000) partem da premissa de que as pessoas necessitam se sentir capazes e autodeterminadas e classificam os aspectos qualitativos e determinantes da motivação humana em três grupos: desmotivação, motivação extrínseca e motivação intrínseca. Na abordagem de um continuum de autodeterminação, Gagné e Deci (2005) subdividem, ainda, o grupo extrínseca em quatro tipos: externa, introjetada, identificada e integrada. Assim, esses autores sugerem o total de seis possíveis níveis de motivação (regulação), os quais variam conforme o grau de autonomia do comportamento e são descritos a seguir na ordem do menos autônomo para o mais autônomo.

O nível da desmotivação se caracteriza

“ A motivação está inserida no âmbito das teorias comportamentais ou estudos de processos cognitivos que objetivam mostrar o direcionamento das pessoas para determinadas ações. ”

pela ausência de intenção e de comportamento proativo de um indivíduo. Nesta situação, o aluno desvaloriza a atividade que está exercendo e apresenta falta de percepção de controle pessoal, falta de interesse (GUIMARÃES; BZUNECK, 2008; RYAN; DECI, 2000; SEVERO, 2014; SIQUEIRA; WECHSLER, 2006).

No nível da motivação extrínseca, a atividade é percebida como meio instrumental para alcançar eventos externos desejáveis ou escapar de outros indesejáveis. O objetivo em realizar uma tarefa é o de obter uma recompensa externa, material ou social. O aluno extrinsecamente motivado está mais interessado na opinião do outro, em receber elogios ou apenas em evitar uma punição (DECI; RYAN, 1985; RYAN; DECI, 2000; SIQUEIRA; WECHSLER, 2006). Pelo continuum de autodeterminação, esse comportamento é subdividido em quatro níveis: externa (a pessoa age para obter ou evitar consequências), introjetada (as consequências contingentes são administradas pela própria pessoa), identificada (há o reconhecimento e a valorização subjacente ao comportamento), integrada (não somente envolve a identificação com a importância do comportamento, mas também sua integração com outros aspectos do ego).

2.3 A Escala de Motivação Acadêmica (EMA)

Ainda são escassas as pesquisas que buscam compreender os estilos de regulação dos universitários brasileiros. Esses estilos só podem ser inferidos mediante observação do comportamento e, na última década, tem se discutido muito sobre seus poucos instrumentos de mensuração (CARMO; CARMO; CAETANO, 2014; GUIMARÃES; BZUNECK, 2008).

Dentro dessa proposta teórica, Vallerand



“ A coleta final dos dados ocorreu por meio impresso e aplicado no segundo semestre de 2016. ”

et al. (1992) desenvolveram uma escala de avaliação, extensamente empregada em investigações na área da Educação, a Escala de Motivação Acadêmica (EMA). É um instrumento de mensuração capaz de medir cada um dos tipos motivacionais do continuum de autodeterminação. Suas propriedades psicométricas foram levantadas por Vallerand et al. (1992), Mullan, Markland e Ingledew (1997), Fairchild et al. (2005). A escala foi considerada válida e Fairchild et al. (2005) ressaltaram a importância de continuar os estudos sobre esse instrumento.

No Brasil, Sobral (2003) foi o primeiro a propor uma versão da EMA para o contexto universitário. O instrumento, em sua tradução original, foi utilizado no curso de Medicina e contemplava 28 assertivas em resposta à pergunta: Por

que venho à universidade? As assertivas deveriam ser assinaladas por meio da escala de concordância Likert de sete pontos (1=discordo totalmente e 7=concordo totalmente). Suas propriedades psicométricas foram validadas e novas adaptações foram incluídas por Guimarães e Bzuneck (2008). Essa versão, por sua vez, foi utilizada no curso de Ciências Contábeis por Leal, Miranda e Carmo (2013).

Em outros contextos, também se encontram adaptações da EMA. Correa (2009) desenvolveu uma versão para avaliar a motivação intrínseca e extrínseca na aprendizagem de uma disciplina do ensino médio, utilizando a escala Likert de cinco pontos (1=discordo totalmente e 5=concordo totalmente). Severo (2014) incluiu, nessa versão, os seis níveis do continuum de autodeterminação distribuídos no total de 18 afirmativas relacionadas aos motivos de se estudar tal disciplina. Já Durso et al. (2016) adaptaram a EMA para avaliar a motivação dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis e de Ciências Econômicas para ingressarem no mestrado acadêmico, utilizando a escala Likert de 5 pontos.

3 METODOLOGIA

Quanto à abordagem do problema, o estudo é qualitativo e quantitativo. Conforme Minayo (2004), a pesquisa qualitativa dispensa o uso de instrumentos estatísticos para aprofundar variáveis que possam ser consideradas determinantes na análise e na reflexão do fenômeno pesquisado. O método quantitativo é apropriado porque se deseja determinar um perfil comportamental utilizando-se um instrumento de coleta de dados predeterminado (MARCONI; LAKATOS, 2002). Empregar a quantificação nesse processo, representa, em princípio, a intenção de se garantir a precisão dos resultados e se evitar em distorções de análise e de inter-

pretação (RICHARDSON, 1999). Para os ajustes na construção desse instrumento, aplicou-se um pré-teste com um grupo de cinco alunos (MARCONI; LAKATOS, 2002). A coleta final dos dados ocorreu por meio impresso e aplicado no 2º semestre de 2016. O questionário foi composto por quatro partes que objetivaram, respectivamente: (i) caracterizar a amostra (gênero, idade, período/curso, experiência profissional, etc.); (ii) levantar o perfil motivacional dos alunos nas aulas de auditoria; (iii) avaliar a atratividade da profissão de auditor; (iv) avaliar a atratividade do curso de Ciências Contábeis.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 Caracterização dos respondentes

O perfil dos 121 respondentes foi caracterizado por 68 (56,2%) mulheres e 53 (43,8%) homens, distribuídos nas faixas etárias da seguinte forma: 37 (30,6%) até 21 anos; 74 (61,1%) de 22 a 30 anos; 7 (5,8%) de 31 a 40 anos; 3 (2,5%) de 41 anos ou mais de idade. Constatou-se que 86 (71,1%) estudantes possuem alguma experiência de trabalho, e as áreas mais citadas foram a contábil e a administrativa, sendo que 4 (3,3%) estudantes atuam na área de Auditoria. Foi constatado também que 12 (9,9%) respondentes participam de alguma atividade acadêmica (pet, IC, monitoria, etc.). Do total de estudantes, 90 (74,4%) já haviam concluído a disciplina de auditoria e 31 (25,6%) estavam cursando.

4.2 Análise da Escala de Motivação Acadêmica (EMA) adaptada às aulas de Auditoria

Foram calculadas as médias de desempenho, nota mínima, nota máxima e desvio padrão dos tipos de motivação (regulação do comportamento) apresentada

Tabela 1- Desempenho na avaliação dos níveis da motivação discente nas aulas de Auditoria

Níveis de motivação	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1. Identificada	1,00	5,00	4,06	1,54
2. Externa	1,00	5,00	4,01	1,78
3. Intrínseca	1,00	5,00	3,99	1,58
4. Integrada	1,00	5,00	3,96	2,71
5. Introjetada	1,00	5,00	3,17	2,01
6. Desmotivação	1,00	5,00	1,77	1,70

Fonte: Dados da pesquisa

pelos discentes de Ciências Contábeis na disciplina Auditoria. A Tabela 1 mostra os resultados em ordem decrescente da média ponderada calculada sobre os valores de 1 a 5.

No nível da “desmotivação”, buscou-se avaliar a desvalorização da aprendizagem da auditoria por meio de afirmativas que sugeriam para o aluno: (i) falta de motivação para entender a matéria; (ii) indiferença pelo conteúdo da disciplina; (iii) crença de que os estudos não vão trazer benefícios (DURSO et al., 2016; SEVERO, 2014). Tanto pela menor média (1,77) apresentada na Tabela 1 como pela análise individual dos questionários, nenhum aluno apresentou um perfil totalmente desmotivado para aprender auditoria durante a pesquisa.

As questões mais respondidas encontraram-se em algum tipo de motivação, indicando que os universitários estão autodeterminados. A motivação prevalente, nesse caso, foi a “extrínseca identificada”, com a maior média (4,06), conforme a Tabela 1. Suas afirmativas buscaram verificar se havia reconhecimento pessoal do aluno em relação à importância de se estudar auditoria (ALMEIDA, 2012; SEVERO, 2014): (i) o conteúdo da disciplina vai melhorar a competência profissional; (ii) estudar auditoria é necessário; (iii) a matéria motiva a levar o curso

a sério. Para Gagné e Deci (2005) esse perfil apresenta moderada autonomia e percebe os estudos como meio de auxiliar a profissão escolhida e de obter um ganho por isso.

A atenção dos alunos para “benefícios externos” foi enfatizada pela segunda maior média (4,01) da Tabela 1. Nesse

“Considerando que na universidade não há liberdade total em relação às escolhas para a aprendizagem, pois há um sistema de regras nesse contexto que controla parte do comportamento, a motivação intrínseca se mostrou significativa nessa pesquisa.”

nível, a frequência nas aulas de auditoria seria motivada em troca apenas de uma recompensa externa (GUIMARÃES; BZUNECK, 2008; SOBRAL, 2003): (i) um salário melhor no futuro; (ii) o diploma; (iii) uma profissão de prestígio social, sendo essa a alternativa de maior impacto no resultado e a mais pontuada entre todas as respostas. De acordo com a definição de Gagné e Deci (2005), esse é o grau mais básico e menos autônomo de comportamento.

Na mesma teoria, a motivação “intrínseca” é classificada como o melhor nível e o mais desejável de comportamento (RYAN; DECI, 2000). Pela Tabela 1, verifica-se que foi a terceira maior média obtida (3,99). Suas afirmativas sugeriam a frequência do aluno nas aulas de auditoria pelo prazer e pela satisfação pessoal em aprender a matéria em si (ALMEIDA, 2012; SEVERO, 2014): (i) é prazeroso aprender o conteúdo novo e desafiador da disciplina; (ii) o aluno se sente bem com a matéria; (iii) estuda porque é uma satisfação pessoal buscar a excelência profissional. Considerando que na universidade não há liberdade total em relação às escolhas para a aprendizagem, pois há um sistema de regras nesse contexto que controla parte do comportamento, a motivação intrínseca se mostrou significativa nessa pesquisa.

Dentro do grupo “extrínseca”, a regulação “integrada” é considerada a mais próxima da motivação “intrínseca” por revelar um nível maior de envolvimento do aluno com a aprendizagem (GUIMARÃES; BZUNECK, 2008; SOBRAL, 2003). Suas afirmativas sugeriam que: (i) estudar auditoria ajudará a ingressar na carreira profissional da melhor forma; (ii) a frequência nas aulas é motivada por escolha própria; (iii) os estudos vão ampliar os horizontes profissionais. Conforme a Tabela 1, essa foi a quarta maior média obtida (3,96).

Tabela 2- Nível de interesse para aprender e seguir a carreira de auditoria

Nota de 0 a 100	Frequência	Percentual
0	4	3,3%
01— 20	6	4,9%
21— 40	4	3,3%
41— 60	25	20,7%
61— 80	45	37,2%
81—100	37	30,6%
Total de alunos	121	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Por sua vez, a motivação “extrínseca intrajetada” sugeria a frequência do aluno nas aulas de auditoria por pressões internas (ALMEIDA, 2012; GUIMARÃES; BZU-NECK, 2008): (i) mostrar a si mesmo capacidade de ir bem nas provas; (ii) sente culpa se perder as atividades propostas nas aulas; (iii) estuda porque é isso que esperam dele. Foi a segunda menor média (3,17) e revela leve grau de autonomia dada a cobrança própria do aluno.

Entre os participantes pesquisados, 35 (29%) mostraram grau de autodeterminação mais elevado. Para os demais, prevaleceu a “motivação extrínseca”. Durso et al. (2016) discutem que esse perfil apresenta maiores chances de não alcançar os seus objetivos porque, para ele, a realização de determinada tarefa

sustenta-se em fatores externos (salário, pressão familiar, bom emprego, etc.) e não em fatores relacionados com a própria realização da tarefa. Uma pequena mudança na realidade desse indivíduo seria razão suficiente para ele não atingir um objetivo. Adicionalmente, Almeida (2012) enfatiza que a motivação é indispensável à realização de uma atividade e pode ser promovida a níveis maiores nos indivíduos.

Para efeito deste estudo, o aluno deveria indicar de 0 a 100 (SOBRAL, 2003) seu nível de interesse para aprender e seguir a carreira de auditor. Os resultados constam na Tabela 2.

Mais de 60% dos alunos estão interessados em aprender auditoria e seguir carreira nessa área, com destaque para

30,6% que estão muito interessados (Tabela 2). Tanto os alunos que apresentaram um perfil motivacional extrínseco quanto os que apresentaram um perfil intrínseco, tenderam a dar notas variadas, mostrando a ocorrência de motivações diversificadas, assim como em Leal, Miranda e Carmo (2013). Visto que nenhum aluno apresentou um perfil totalmente desmotivado pelas respostas da EMA, constata-se que a nota zero indicou falta de interesse para ser um auditor e, não, para aprender auditoria.

4.3 Análise dos fatores atrativos e desestimulantes da profissão de auditor

Foram listados, em ordem decrescente de frequência de respostas, os itens mais atrativos da carreira de auditor (AMORIM, 2012). Os resultados constam na Tabela 3.

A Tabela 1 mostra que, na opinião geral dos alunos, a “remuneração” (80,1%), “adquirir conhecimento e experiência” (56,1%) e a “relevância da profissão” (50,4%) são os itens mais atrativos da carreira de auditor, o que corrobora a motivação do tipo “identificada” e “externa”

Tabela 3 - Fatores atrativos da carreira de auditor

Itens	Frequência	Percentual
1. Remuneração	97	80,1%
2. Adquirir conhecimento e experiência	68	56,1%
3. Relevância da profissão	61	50,4%
4. Perspectivas de crescimento nas firmas de auditoria	41	33,8%
5. Viagens	35	28,9%
6. Status	33	27,2%
7. Responsabilidade técnica e ética	23	19,0%
8. Oportunidade e estímulo nas firmas de auditoria	22	18,1%
9. Exigências profissionais	12	9,9%
10. Nenhum	10	8,2%
11. Outros	1	0,8%

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 4 - Fatores desestimulantes da carreira de auditor

Itens	Frequência	Percentual
1. Grande quantidade de pré-requisitos para ser um auditor	48	39,6%
2. Falta de oportunidade/estímulo nas firmas de auditoria	43	35,5%
3. Elevada carga horária	42	34,7%
4. Responsabilidade técnica e ética	37	30,5%
5. Falta de estímulo durante o curso de Ciências Contábeis	34	28,0%
6. Falta de conhecimento a respeito da profissão	24	19,8%
7. Diversidade de conhecimentos e experiências exigidos	13	10,7%
8. Remuneração	10	8,2%
9. Nenhum	6	4,9%
10. Outros	4	3,3%

Fonte: Dados da pesquisa

constatada na EMA e a visão dos contadores na pesquisa de Amorim (2012). Os alunos intrinsecamente motivados tenderam a escolher “adquirir conhecimento e experiência”, “relevância da profissão” e “perspectivas de crescimento”. Já os alunos extrinsecamente motivados tenderam a escolher “remuneração” e “adquirir conhecimento e experiência”. No campo “outros”, foi citado “não ter rotina” na profissão como estimulante. Somente 10 alunos indicaram que nenhum item atrairia para a carreira e essas respostas se mostraram coerentes no questionário. Os fatores apontados como desestimulantes da profissão são mostrados na **Tabela 4** em ordem decrescente de frequência de respostas.

Os alunos extrinsecamente motivados indicaram com frequência “a quantidade de pré-requisitos para ser um auditor”, “falta de oportunidade nas firmas” e “elevada carga horária”. Os alunos intrinsecamente motivados tenderam a indicar “falta de estímulo no curso de Ciências Contábeis”, “falta de oportunidade nas firmas” e “elevada carga horária. No campo “outros” (Tabela 4), foram citados, como fatores desestimulantes, o mercado do auditor independente fechado às grandes empresas (Big

“ Segundo Dias e Soares (2012), na medida em que iniciam sua vida profissional, os jovens tendem a procurar um emprego bem remunerado e estável. A opção por um curso frequentemente se dá pelo retorno financeiro, pela viabilidade do estudo/trabalho, pela concorrência, pelo seu valor social. ”

Four) e oportunidades mais atrativas em outras áreas da Contabilidade. Outra resposta sugeriu que as firmas de auditoria pudessem recrutar *trainees* direto na universidade. Nota-se que, para 6 alunos, nenhum item faria desistir da carreira de auditor. Para 9 estudantes, o único item que os faria desistir da profissão seria a falta oportunidade nas firmas, o que corrobora as pesquisas de Amorim (2012).

4.4 Análise dos fatores que levaram à escolha do curso de Ciências Contábeis

A 4ª e última parte do questionário buscou avaliar os motivos que levaram os alunos a escolherem o curso de Ciências Contábeis. Os resultados mostraram que 65 (53,7%) pesquisaram o mercado de trabalho, 64 (52,9%) gostam da área, 48 (39,6%) optaram pelo retorno financeiro e 42 (34,7%) ingressaram pelo diploma. Também se encontraram estudantes nas categorias: 35 (28,9%) sofreram influência da família, 24 (19,8%) estão inseguros com o mercado, 21 (17,3%) acreditam que o curso é valorizado socialmente, 16 (13,2%) escolheram sem saber e 11 (9,1%) optaram pelo status. No campo “outros” foram citadas as possibilidades de concurso público.

“ Entender o perfil motivacional dos estudantes permite que ações possam ser feitas a fim de motivá-los cada vez mais no processo de aprendizagem, já que o ambiente universitário também é responsável por influenciar parte do comportamento discente. ”

Segundo Dias e Soares (2012), na medida em que iniciam sua vida profissional, os jovens tendem a procurar um emprego bem remunerado e estável. A opção por um curso frequentemente se dá pelo retorno financeiro, pela viabilidade do estudo/trabalho, pela concorrência, pelo seu valor social. Isso, comparado aos resultados da presente pesquisa, mostra que os motivos extrínsecos são os que acabam prevalecendo. Já outros jovens se mostram inseguros, indecisos e mesmo indiferentes frente às suas trajetórias profissionais futuras. O interesse por uma carreira costuma iniciar-se na universidade e, nessa fase, muitos estudantes se encontram imaturos para tecerem suas escolhas. Decidir qual profissão seguir nem sempre é uma tarefa fácil, nem sempre ocorre da maneira esperada. Quanto mais o formando conhecer suas aptidões, gostos, interesses, valores, competências e sentimentos em relação

ao trabalho, mais chances terá de ser bem-sucedido profissionalmente. Por isso, considera-se a orientação na universidade um aspecto fundamental para auxiliar o processo de transição para o mercado de trabalho e, nesse caso, para o mercado da auditoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou identificar a motivação dos discentes de Ciências Contábeis para seguir a profissão de auditor, com vistas a relacionar os determinantes da carência desse profissional no mercado brasileiro, apontada em pesquisas anteriores. À luz da teoria da Autodeterminação, efetuou-se um levantamento de dados por meio da construção e da aplicação de um questionário em uma amostra de 121 alunos que tiveram contato com a disciplina de auditoria em uma universidade pública brasileira.

A motivação discente se mostrou diversificada entre os tipos abordados pela teoria do *Continuum* de autodeterminação. A maioria dos estudantes identificou extrinsecamente com a importância de aprender auditoria. Nota-se que eles estão muito motivados a seguir a carreira de auditor por recompensas externas e benefícios profissionais (salário, competência e prestígio). Por outro lado, 35 (29%) estudantes apresentaram um perfil mais elevado de autonomia para a aprendizagem, tido como o comportamento mais desejado por ser determinado pelo prazer de realizar a tarefa em si (GAGNÉ; DECI, 2005). Não foi encontrado um perfil totalmente desmotivado para aprender auditoria. Os fatores mais atrativos da carreira de auditor apontados pelos estudantes foram: 1) remuneração; 2) adquirir conhecimento e experiência; 3) relevância da profissão. Os fatores mais desestimulantes foram: 1) quantidade de pré-requisitos da carreira; 2) falta de oportunidade nas firmas do

setor; 3) elevada carga horária. O ingresso na profissão é dificultado porque as firmas desejam profissionais “prontos”, experientes e capacitados na opinião de um aluno.

Entender o perfil motivacional dos estudantes permite que ações possam ser feitas a fim de motivá-los cada vez mais no processo de aprendizagem, já que o ambiente universitário também é responsável por influenciar parte do comportamento discente. Dado o interesse de mais de 60% dos estudantes de Ciências Contábeis pela profissão de auditor e visto que as empresas do setor possuem vagas a preencher, uma parceria mais efetiva entre as universidades e as firmas, com o desenvolvimento de palestras que demonstrem a realidade do mercado e da profissão, poderia ser uma estratégia de atratividade (AMORIM, 2012). O Conselho Federal de Contabilidade, inclusive, propõe um projeto nos cursos de Ciências Contábeis do país para debater a renovação do ensino superior diante do cenário desafiador da auditoria (BALIEIRO, 2014). Sendo assim, torna-se relevante continuar as pesquisas sobre motivação discente nos cursos de Ciências Contábeis de outras instituições.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. M. S. A motivação do aluno no ensino superior: um estudo exploratório. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.
- AMORIM, E. N. C. Auditoria Independente: determinantes da carência de profissionais no mercado brasileiro. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- AMORIM, E. N. C. et al. O mercado de auditoria no Brasil: um retrato considerando a percepção das firmas de auditoria. Revista Catarinense da

Ciência Contábil – CRCSC, Florianópolis, v. 11, n. 32, p.73-87, abr./jul. 2012.

ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BALIEIRO, F. Os desafios da formação contábil. Revista Transparência Ibracon, São Paulo, v. 4, n. 14, p. 16-19, jun. 2014.

BRUNO JUNIOR, V.; MARTINS, V. F. O mercado de trabalho para a profissão de auditor independente da geração Y. Revista de Administração do Sul do Pará (REASP) – FESAR, Redenção, v. 2, n. 3, p. 1-12, set./dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Art. 3º. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. CVM, 2007. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2015.

CARMO, C. R. S. Motivação discente no curso de bacharelado em ciências contábeis: um estudo comparativo entre alunos da modalidade presencial e alunos da modalidade à distância. Revista ConTexto, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 7-18, jan./abr. 2014.

CARMO, C. R. S.; CARMO, R. O. S.; CAETANO M. A. O. Motivação para aprendizagem da disciplina de auditoria: um estudo comparativo entre alunos da modalidade presencial e alunos da modalidade à distância. Revista de Auditoria Governança e Contabilidade – RAGC, Monte Carmelo, v. 2, n. 3, p. 38-52, 2014.

CORREA, R. G. Estudo do perfil motivacional para o aprendizado de química. 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado em Química) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

COVINGTON, M. V. Self-worth theory goes to college or do our motiva-

tion theories motivate? In: McINERNEY, D. M.; VAN ETEN, S. (coord.). Big theories revisited. Greenwich: Information Age Publishing, 2004. cap. 5, p. 91-114.

DALMORO, M; VIEIRA, K. M. Dilemas na construção de escalas tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? Revista Gestão Organizacional – RGO, Santa Catarina, v. 6, n. 3, p. 161-174, 2013.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. Intrinsic motivation and self-determination in human behavior. New York: Plenum, 1985.

DIAS, M. S. L.; SOARES, D. H. P.; A escolha profissional no direcionamento da carreira dos universitários. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 32, n. 2, p. 272-283, 2012.

DURSO, S. O. et al. Fatores Motivacionais para o Mestrado Acadêmico: uma Comparação entre Alunos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas à luz da Teoria da Autodeterminação. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 27, n. 71, p. 243-258, maio/jun./jul./ago. 2016.

FAIRCHILD, A. J. et al. Evaluating existing and new validity evidence for the Academic Motivation Scale. Contemporary Educational Psychol-

ogy, Columbia, v. 30, n. 3, p. 331-358, 2005.

GAGNÉ, M.; DECI, E. L. Self-Determination Theory and Work Motivation. Journal of Organizational Behavior, [S.l.], v. 26, n. 4, p. 331-362, jan. 2005.

GUIMARÃES, S. E. R.; BZUNECK, A. J.; SANCHES, S. F. Psicologia educacional nos cursos de licenciatura: a motivação dos estudantes. Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v. 6, n. 1, p. 11-19, 2002.

GUIMARÃES, S. E. R.; BZUNECK, J. A. Propriedades psicométricas de um instrumento para avaliação da motivação de universitários. Ciências & Cognição, Ilha do Fundão, v. 13, n.1, p. 101-113, mar. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES (IBRACON). A importância da Educação Continuada. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=1947&codregional=2>>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. Auditoria: Registros de uma Profissão. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detInstitucional.php?cod=2>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

LEAL, E. A.; MIRANDA, J. G.; CARMO, C. R. S. Teoria da Autodeterminação: uma Análise da Motivação dos Estudantes do Curso de Ciências Contábeis. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 24, n. 62, p. 162-173, maio/jun./jul./ago. 2013.

MACHADO, L. S.; GUERRA, F. M.; MACHADO, M. R. R. Formação do auditor nas instituições de ensino superior e a capacitação profissional nas firmas de auditoria. Revista de Contabilidade da UFBA, Salvador, v. 8, n. 1, p. 04-20, jan./abr. 2014.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpre-



tação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, C. Expectativa de remuneração como atributo de atratividade da profissão de auditoria independente no Brasil. 2013. 151 f. Teses (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. O que os futuros trainees querem: Pesquisa indica como a geração Y percebe a profissão de auditor. Revista Transparência Ibracon, SP, v. 4, n.14, p. 21-23, jun. 2014.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MIZAEL, M. F.; MARTINS, V. F. Perfil dos Profissionais de Auditoria no Município de Uberlândia - MG. Revista Getec, Monte Carmelo, v. 1, n. 1, p. 41-58, 2012.

MORAIS, C. R.; VARELA, S. Motivação do aluno durante o processo de ensino aprendizagem. Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, v.1, n.1, ago./dez. 2007.

MULLAN, E.; MARKLAND, D.; INGLEDEW, D. K. A graded conceptualization of self-determination in the regulation of exercise behavior: Development of a measure using confirmatory factor analytic procedures. Personality and Individual Differences, [S.l.], v. 23, n. 5, p. 745-752, nov. 1997.

NEVES, E. R. C; BORUCHOVITCH, E. Escala de Avaliação da Motivação para Aprender de Alu-

nos do Ensino Fundamental (EMA). Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 406-413, 2007.

PFROMM, S. N. Psicologia da aprendizagem e do ensino. São Paulo: EPU, 1987.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RYAN, R. M.; DECI, E. Selfdetermination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and wellbeing. American Psychologist, Washington, v. 1, n. 55, p. 68-78, jan. 2000.

SEVERO, I. R. M. Levantamento do perfil motivacional de alunos do ensino médio, de três escolas públicas da cidade de São Carlos/SP, na disciplina de química. 2014. 71 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

SILVA, F. A. O mercado de trabalho em auditoria contábil: a carência de profissionais de auditoria independente na região sul do Brasil. 2012. 90 f. Monografias (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SIQUEIRA, L. G. G.; WECHSLER, S. M. Motivação para a aprendizagem escolar: possibilidades de medida. Avaliação Psicológica, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 21-23, jun. 2006.

SOBRAL, D. T. Motivação do Aprendiz de Medicina: uso da escala de motivação acadêmica. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 19, n. 1, p. 25-31, jan./abr. 2003.

STEERS, R. M.; MOWDAY, R. T.; SHAPIRO, D. L. The future of work motivation theory. Academy of Management Review, New York, v. 29, n. 3, p. 379-387, 2004.

VALLERAND, R. J. et al. The academic motivation scale: a measure of intrinsic, extrinsic,

and amotivation in education. Educational and Psychological Measurement, Durham, v. 52, n. 4, p. 1003-1017, 1992.

VEIGA, R. M. B.; BORGES, L. J.; AMORIM, E. N. C. Profissão auditor independente no Brasil: percepção dos contadores registrados nos CRCs. Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC, Florianópolis, v. 13, n. 39, p.64-78, maio/ago. 2014.



Marília Cristine da Silva é bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).



Vidigal Fernandes Martins é professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia- (UFU); membro da Academia Mineira de Ciências Contábeis (Amicic); conselheiro e vice-presidente de Fiscalização do CRCMG.



A cosmovisão do contador

Por Tomislav R. Femenick



“Aquele era um profissional que tinha a função de fazer, em livros mercantis, o registro das transações e dos negócios da empresa.”

Durante o exercício profissional de auditor e consultor contábil, fui Diretor Adjunto da Deloitte/Revisora e da Campiglia Auditores, oportunidade em que convivi com dois dos maiores pensadores da contabilidade no Brasil, os professores Hilário Franco e Américo Osvaldo Campiglia.

Com o primeiro aprendi, principalmente, o conceito e o porquê de as Ciências Contábeis dividirem em compartimentos estanques os seus registros (direitos, deveres, bens, recursos, receitas e despesas) e também como esses conjuntos se interligam e se juntam para formar um

todo, que resulta no balanço e, dele derivado, as funções analíticas e gerenciais assumidas pela Contabilidade moderna. O segundo me fez ver que os valores contábeis extravasam as comportas das Ciências Contábeis e invadem os campos da Economia, da Administração e da Sociologia, em uma abordagem holística que visa ao entendimento integral dos fenômenos (atos e fatos) endógenos, originados no interior da entidade – a empresa, órgãos governamentais e organismos da sociedade civil.

Aqui está o divisor de águas que separa o antigo guarda-livros do contador do

século XXI. Aquele era um profissional que tinha a função de fazer, em livros mercantis, o registro das transações e dos negócios da empresa. Sua função era como as de alguns escreventes de cartório, que apenas registram o que lhes apresentam, eventualmente dando uma “vista d’olhos” sobre o objeto do registro. Atualmente, o contador (não mais o simples guarda-livros) há de ter uma ação mais ampla, que vai além do simples lançamento dos atos e fatos, visando cumprir exigências legais. Não basta tornar manifesto o estado da organização em determinada data, por muito dos demonstrativos financeiros anuais; uma posição

tão estática tal como uma fotografia que capta uma imagem de um determinado momento. Há de ter uma visão dinâmica, gerencial, que evidencie as tendências de caminhos da entidade e apontar os acertos e falhas de sua administração. Para isso faz uso de vários instrumentos da própria Contabilidade e de outras ciências, tal como os indicadores analíticos de alavancagem, endividamento, prazos médios de compra, venda, estocagem e, não menos importante, do Orçamento Empresarial.

Todavia, há obstáculos a serem transpostos. Alguns gestores dessas instituições formam uma das correntes mais fortes, pois não importa seu nível de escolaridade. Entre eles predomina o espírito do voluntarismo empreendedor, do capitão dos negócios, do desbravador de fronteiras da indústria, do comércio e de outros setores. Esses empresários não anteveem a importância das variáveis que a Contabilidade pode lhes indicar. E ainda existem aqueles que pensam que ao setor contábil cabe apenas atender às exigências das Leis fiscais, trabalhistas e societárias. No mais das vezes, a visão desses "empreendedores" ainda veem seus negócios como uma

grande aventura, a lá Indiana Jones. E não pensam que são somente os pequenos e micros empresários que ainda assim pensam. Há também dirigentes de grandes organizações que raciocinam desse jeito arcaico e torto. Já tive oportunidade de ter contato com grandes empresas que seguem essa decadente forma de administrar seus negócios – siderúrgicas, construtoras, etc, cujas sedes estão espalhadas por vários Estados do país.

Essa conduta estranha é compartilhada por pessoas de todos os gêneros e cores. Há executivas, afrodescendentes e asiáti-

cos que igualmente põem sua vontade pessoal acima dos interesses das empresas que dirigem. Portanto, não há origem social na tipificação desse modo de agir, de se portar. Há, isso sim, um individualismo exacerbado. Um exemplo disso foi o comportamento dos gestores de uma empresa mineira que quiseram alterar meu relatório porque o resultado lhes desagradava.

Aos contadores cabe revidar, propondo e impondo a realidade e a legislação que esteja em conformidade com a natureza de cada empresa, órgão ou instituição.

“ Já tive oportunidade de ter contato com grandes empresas que seguem essa decadente forma de administrar seus negócios – siderúrgicas, construtoras etc., cujas sedes estão espalhadas por vários estados do País. ”



Tomislav R. Femenick é contador e mestre em Economia, com extensão em Sociologia e História. É autor de cerca de 50 obras e possui pós-graduação em "Economia para Executivo". É sócio e diretor principal da Femenick & Associados - Auditoria e Consultoria S/C LTDA, empresa de auditoria, perícia contábil e consultoria.

Entrevista com Idésio Coelho

Por Maristela Giroto



O presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Idésio Coelho, passou a representar a Contabilidade brasileira em um dos mais importantes organismos mundiais da profissão, a *International Federation of Accountants* (Ifac). Em 2016, o contador e auditor independente tornou-se membro do *Board* da Ifac, assumindo mandato que vai até 2019.

O anúncio oficial da nomeação de Idésio ao *Board* da Ifac ocorreu durante a Assembleia Anual da Federação, realizada em Brasília (DF), em novembro do ano passado. Essa foi a primeira vez que a Ifac reuniu seus membros, oriundos de 130 nações, em um país da América Latina.

Conheça, na entrevista a seguir, um pouco do que pensa o presidente do Ibracon sobre o trabalho na Ifac a qualidade da Contabilidade brasileira e, entre outros assuntos, o Novo Relatório do Auditor:

1. O sr. foi nomeado membro do *Board* da *International Federation of Accountants* (Ifac) no dia 16 de novembro de 2016. O que representa, para a sua carreira e, inclusive, para a sua vida pessoal,

ser membro de uma entidade de âmbito mundial como a Ifac?

Idésio Coelho – A minha nomeação como membro do *Board da International Federation of Accountants* (Ifac), uma entidade com a missão principal de servir o interesse público e promover o fortalecimento da profissão contábil, foi recebida com muita honra.

Sou muito grato à profissão contábil, ao Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) pela minha indicação conjunta à Ifac, à firma na qual trabalho e ao Brasil, País onde moro. Quero, de alguma forma, devolver um pouco daquilo que muito recebi dessas partes. A disposição da Ifac em servir ao interesse público me motivou e deve motivar muitos outros profissionais a trabalharem apoiando as organizações contábeis e a sociedade.

2. O sr. concorda que a Contabilidade praticada hoje no Brasil está totalmente alinhada com o que há de mais robusto no mundo? Ainda

é possível melhorar, em especial, em alguma área da Contabilidade? Quais seriam?

Idésio Coelho – Em relação às normas de contabilidade aplicadas ao setor privado e às normas de auditoria independente, estamos totalmente alinhados com as normas internacionais. Ainda falta a convergência para as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, que está em andamento e tem previsão para finalização em 2024. Vale ressaltar que a manutenção desse alinhamento com as normas internacionais é um processo dinâmico que exige um trabalho contínuo de participação nas discussões, revisões e elaboração das novas normas e, posteriormente, na tradução e adoção no ambiente brasileiro. Neste ponto, não posso deixar de destacar o papel relevante exercido pelo CFC, pelo Ibracon e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. E quanto à qualidade da auditoria independente praticada no Brasil? Nesse aspecto, o que representa a

entrada em vigor do Novo Relatório do Auditor?

Idésio Coelho – Quanto à qualidade, temos um excelente padrão aqui no Brasil equivalente ao dos países desenvolvidos. O que nos preocupa é que o Brasil ainda é um país pouco auditado e a sociedade ainda não percebeu o benefício que a auditoria pode trazer para um desenvolvimento econômico sustentável. A adoção do Novo Relatório do Auditor, assim como qualquer evolução que temos nas normas de auditoria independente, sempre busca a melhoria da qualidade da informação e o interesse público.

O Novo Relatório do Auditor, uma iniciativa da Ifac, traz mudanças significativas no formato e conteúdo do documento, em resposta à crescente demanda global de investidores, acionistas, gestores de empresas, mercado e usuários das informações financeiras em geral, por um relatório de auditoria mais informativo e que contemple também informações relativas ao processo da auditoria. Apesar de não prever mudanças com relação ao escopo do trabalho de auditoria, o Novo Relatório do Auditor requer uma comunicação mais constante e eficiente entre os auditores, a administração e os órgãos de governança corporativa das entidades ao longo do trabalho. Nesse sentido, o Novo Relatório do Auditor compartilha visões antes restritas às discussões com a administração e a governança da entidade auditada, tornando-se ainda mais relevante aos demais usuários.

Haverá maior transparência em relação ao processo de auditoria e realização dos trabalhos, assim como um aprimoramento da comunicação entre o auditor, administração e os órgãos de governança corporativa das companhias, o que resultará em comunicação mais constante e eficiente.

“ Vejo na Academia Brasileira de Ciências Contábeis a oportunidade de buscarmos a interação entre o conhecimento e a prática por meio das pessoas que dela participa.”

4. Especialistas da área contábil já apontaram que existe, no Brasil, um desconhecimento por parte de tribunais, juízes, promotores e advogados sobre o objetivo de uma auditoria de demonstrações contábeis, uma vez que esses profissionais compartilhariam da opinião de que auditoria é sinônimo de busca por fraude. O sr. acredita que ainda existe esse entendimento equivocado? E, em caso positivo, isso tem contaminado as relações entre auditores e usuários das demonstrações auditadas?

Idésio Coelho – Melhoramos muito com um esforço conjunto do Ibracon e do CFC, mas ainda há muito a fazer. É natural pelo desconhecimento que existe acerca do trabalho realizado pelo auditor independente que exista um *gap* entre aquilo que realmente realizamos e aquilo que os diversos agentes acreditam que estamos realizando. Não acredito em uma contaminação, pois de uma maneira geral existe muita confiança no trabalho do auditor independente por parte dos usuários da informação contábil. Cabe a

nós, profissionais e entidades, trabalhar sempre de forma consistente para esclarecer nosso papel e responsabilidade aos nossos públicos de interesse.

5. Qual é a sua opinião sobre o nível de conhecimento dos profissionais da área de auditoria independente que estão hoje no mercado de trabalho brasileiro? Como é possível melhorar?

Idésio Coelho – Como respondi anteriormente, temos um padrão elevado de qualidade da auditoria independente no Brasil. Para a manutenção desse padrão, é essencial que tenhamos bons profissionais atuando e sendo formados. Nesse ponto as firmas de auditoria no Brasil investem milhões de reais no processo de formação e atualização desses profissionais. Destaco aqui algumas das importantes ações do CFC no sentido de buscar essa melhoria contínua com a implantação do Exame de Suficiência, o Exame de Qualificação Técnica para os profissionais participarem do Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), o Programa de Educação Profissional Continuada, entre outras. Pelos resultados apresentados no Exame de Suficiência entendo que ainda podemos melhorar muito no ensino superior desses profissionais.

6. Qual é a sua opinião sobre a importância da Academia de Ciências Contábeis para o fortalecimento dessa ciência no Brasil?

Idésio Coelho – Para mim não existe a prática sem o conhecimento e vice-versa. Vejo na Academia Brasileira de Ciências Contábeis a oportunidade de buscarmos a interação entre o conhecimento e a prática por meio das pessoas que dela participa. Tenho certeza que isso contribui muito para o desenvolvimento da nossa profissão.

Novas normas contábeis do setor público e os direitos da cidadania

A convergência do Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), que está em curso, é absolutamente sinérgica aos anseios crescentes da sociedade quanto à lisura e transparência. Com esse avanço, nosso País alinha-se a 25 nações que já adotaram o novo modelo. Dentre as quais se incluem a Nova Zelândia, França, Portugal, Espanha, Chile e Peru.

Nosso processo de transição iniciou-se em 2015 e, conforme a Portaria 548/2015, da Secretaria do Tesouro Nacional, estende-se até 2024 o cronograma para a implantação de todos os procedimentos relacionados à migração para o regime

de competência. Será uma revolução na forma como é feita a contabilidade do setor público.

As mudanças são bastante expressivas e positivas. Hoje, União, estados e municípios não têm registrado todos os seus ativos e passivos. Rodovias, parques, terrenos, bens de infraestrutura e dívidas podem não estar registrados no balanço patrimonial. As novas normas estabelecerão mais solidez e transparência à contabilidade pública, conferindo mais transparência sobre o patrimônio público, que, a rigor, pertence à população. A contabilidade será uma ferramenta de apoio ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e evidenciação de *accountability* das autoridades governamentais.

A adoção do regime de competência permitirá aos organismos públicos e seus *stakeholders* (cidadãos, investidores, e administradores, dentre outros) terem visibilidade clara da real situação econômica e financeira, podendo, assim, tomar decisões melhores.

Trata-se de procedimento que poderia ter contribuído para mitigar numerosos problemas ocorridos no País.

As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público possibilitarão, ainda, a comparabilidade da saúde financeira entre os entes da Federação e também com órgãos públicos de outros países. Propiciarão, principalmente, a transparência sobre a gestão financeira da coisa pública. Transcendendo à

prestação de contas de governos, elevarão a contabilidade pública à devida dimensão do Estado, em sua função precípua e constitucional de servir à sociedade.

Dada a relevância do tema, o Brasil tem um membro e um assessor técnico no órgão que edita, revisa e publica as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o *IPSAS Board*, vinculado à Federação Internacional dos Contadores (Ifac). É importante essa participação de nosso País, que, signatário do órgão, contribui para a evolução das normas e disseminação do conceito de mais *compliance* a elas agregado.

Vai chegando ao fim a falta de visibilidade. O novo regime de competência permitirá que as demonstrações contábeis do setor público reflitam de modo mais consistente a execução orçamentária, o patrimônio e o impacto econômico das decisões políticas. Os brasileiros passarão a ter mais consciência sobre a gestão dos órgãos públicos e a saúde fiscal do Estado. Sem dúvida, trata-se de uma prática que responde aos preceitos da democracia e aos direitos inerentes à cidadania!



Idésio Coelho é o presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).





Exame de Suficiência e Enade: Eficácia dos Métodos de Avaliação das Competências e Habilidades, na Ótica dos Alunos e Professores

Por Lárison Leonardo Alves da Silva e Prof. Dra. Iara Sônia Marchioretto

Este trabalho tem o objetivo de propor uma reformulação - com base na opinião de diferentes classes da profissão contábil - sobre o Exame de Suficiência, para que o conteúdo exigido seja mais útil e coerente com a realidade que o mercado de trabalho procura e também uma forma de avaliação mais bem elaborada, para que o Exame seja visto, comparado e respeitado como as provas de capacitação profissional de outras profissões. Este estudo apresenta caráter exploratório e descritivo por usar levantamentos feitos através de questionários e conceitos em algumas bibliografias. Os dados apresentados a seguir foram coletados através das ferramentas de pesquisa por meio de questionários eletrônicos do Google Drive e também por questionários físicos, entregues aos

alunos e professores de instituições de ensino superior na comarca de Campo Grande (MS).

Palavras-Chave: Exame de Suficiência; Alunos; Educadores; Contadores; Métodos de Avaliação

ABSTRACT

This work aims to propose a reformulation - based on the opinion of different classes of the accounting profession - the Sufficiency Exam, so that the required content is more useful and consistent with the reality that the labor market demand and also a way evaluation developed further, so that the examination be viewed, compared and so credited as the professional training of

evidence of other professions. This study presents exploratory and descriptive character by using surveys conducted through questionnaires and concepts in some bibliographies. The data presented below were collected by email through the Google Drive tools and by physical questionnaires given to the students and teachers of higher education institutions in the district of Campo Grande - MS

Keywords: Sufficiency Exam; Students; Educators; Accountants; Methods

1. Introdução

As exigências para exercício da profissão contábil mudaram. Os profissionais da contabilidade passam a ser reconhecidos pelo conhecimento sobre a legislação

e normas contábeis, habilidades com controles e técnicas de gestão no auxílio à tomada de decisões e atitudes proativas e éticas. Entre as atribuições do profissional da contabilidade reconhecidas pela pesquisa estão: entendimento do ambiente de negócio, conhecimento em Tecnologia da Informação, trabalho em equipe, participação na tomada de decisões e visão estratégica e sistêmica das organizações. Além disso deve antever alterações na legislação acompanhando os projetos e ser flexível às alterações na legislação que interfere nas atividades empresariais e por consequência, nas rotinas deste profissional.

Paralelo ao crescimento mundial da carreira contábil, no Brasil a profissão também vem chamando a atenção dos novos acadêmicos. No final de 2014, o Ministério da Educação (MEC) juntamente com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), divulgou um levantamento em que aponta que Ciências Contábeis é o quarto curso mais procurado pelos estudantes universitários, ficando atrás apenas de Administração, Direito e Pedagogia. A pesquisa destaca que, em 2013, foram realizadas 7.305.977 matrículas em cursos de nível superior de graduação em Ciências Contábeis.

Esta pesquisa tem como objetivo buscar a percepção das partes relacionadas a essas mudanças: estudantes e educadores. Para alcance dos objetivos, foram enviados questionário de forma virtual para buscar opiniões diversas acerca da nova obrigação para registro do profissional da contabilidade. Foram divididos os assuntos de acordo com a classe pesquisada, sendo: a) Alunos: preparação para a avaliação, conhecimento das disciplinas cobradas, opinião sobre o critério de avaliação; b) Educadores: incentivo aos acadêmicos;

peso cobrado das disciplinas. A pergunta-chave deste estudo é se o critério de avaliação é realmente eficaz e se satisfaz às exigências do mercado de trabalho.

Neste estudo será utilizado o método indutivo, que, de acordo com Lakatos e Marconi (1982), caracteriza-se por partir de dados particulares para se chegar a uma conclusão mais ampla.

Esse trabalho apresenta caráter exploratório e descritivo. Exploratório porque vai a campo para coleta de dados e de opiniões de pessoas relacionadas a classe em discussão, buscando confirmação para os argumentos expressos. Além disso, busca referências em pesquisas bibliográficas e em sites para absorção de informações e ideias de outros autores; e descritivo, porque analisa os resultados obtidos na percepção de profissionais da área contábil acerca de uma nova mudança em relação ao registro profissional da categoria.

As pesquisas foram aplicadas via e-mail, com utilização das ferramentas de questionários do Google Drive. Foram elaborados dois questionários diferente, voltados cada um para sua classe de envolvidos no assunto. O primeiro questionário foi enviado a estudantes do curso de graduação em Ciências Contábeis de Instituições de Ensino Superior, em Campo Grande. O Segundo questionário foi enviado a professores e coordenadores do curso. Conforme Richardson (1999), a população é o conjunto de elementos que serão analisados e que possuem determinadas características. Neste trabalho a população compreende: a) estudantes devidamente matriculados no 7º ou 8º dos Cursos de Ciências Contábeis na cidade de Campo Grande (MS), contemplando todas as Instituições de Ensino Superior que possuem o curso de

Ciências Contábeis no modelo presencial; b) professores e coordenadores nos mesmos critérios acima, tendo esses, lecionado pelo menos uma das disciplinas da grade pertinente ao curso.

2. Referencial teórico

Em meio à ascensão da profissão e ao aumento da oferta dos profissionais da área, algo foi tratado como grande conquista na profissão contábil: a volta do Exame de Suficiência como etapa obrigatória ao profissional. Em 11 de julho de 2010, foi sancionada pelo Presidente da República a Lei n.º 12.249/2010 alterando o Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946 que promoveu a volta do Exame de Suficiência e a data limite para registro de novos técnicos em contabilidade, que poderiam se inscrever até 1º de junho de 2015. Tal lei é conhecida como a "Lei da Regência do Profissional Contábil".

O assunto é tratado como a grande vitória da classe contábil porque é fruto de um processo de discussões que envolveram o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os 27 Regionais de Contabilidade (CRCs) e a participação direta dos profissionais da contabilidade, por meio de audiências públicas. Todos estes acreditam que a mudança vem para fortalecimento da classe e maior reconhecimento no cenário nacional, forçando as instituições de ensino e aos acadêmicos buscarem uma formação de base mais sólida, conforme argumenta Nelson Zafra, vice-presidente do CFC: "Desde então (instituição da prova em 2010), a exigência de conhecimentos na área aumentou bastante. Os novos contadores precisam de dedicação e persistência para passar na prova [...] Um dos motivos pelo qual o exame é considerado desafiador é a exigência de um profissional cada vez mais sensível;

não se trata de meramente decorar.”

Com a mudança, todos os formandos e bacharéis em Ciências Contábeis que desejam obter a certificação profissional devem passar pela prova, que é coordenada e executada pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), que tem etapa única e acontece duas vezes por ano, sendo a primeira no mês de Março e a outra no mês de Setembro. Segundo dados do CFC, de 2011, até a fase de março de 2015, foram mais 263.300 avaliações aplicadas e pouco mais de 115.950 estudantes aprovados, representando 42,91% de aprovação média.

Neste tópico abordarmos como foi o surgimento e como vem sofrendo mudanças o Exame de Suficiência ao longo dos anos, assim como os embasamentos legais que fazem da prova uma obrigação.

2.1 Surgimento e Suspensão do Exame

Segundo notícia publicada no site Portal Contábil, em janeiro de 2014, a Contabilidade é a quarta profissão que mais cresce no mundo. Tal ascensão é mais destacada em países desenvolvidos como os Estados Unidos e países Europeus. Embora a profissão não tenha tanta visibilidade nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, no Brasil já são mais 0,5 milhões de profissionais devidamente regularizados.

No mesmo sentido, Marion (2009) destaca que a imagem dos profissionais da contabilidade no Brasil, nos demais países em desenvolvimento e nos países subdesenvolvidos está muito aquém daquela nos países desenvolvidos. A certificação do Contador na Inglaterra é

dada pela rainha. Nos Estados Unidos, se você perguntar qual a vocação que alguém quer para seu filho, aparecem as profissões de médico, advogado e contador. Em alguns estados americanos o contador é o mais bem remunerado entre os demais profissionais liberais. Lá, os auditores são uma classe privilegiada, ganham uma fortuna, jogam golfe e são muito respeitados. Isto acontece em outros países desenvolvidos.

Antes, no ano de 2006, Maria Clara Cavalcante Bugarim (então presidente do Conselho Federal de Contabilidade na época), já destacava tais mudanças em relação ao perfil dos profissionais da Contabilidade: “Estamos passando pela transição do trabalho operacional para um serviço com maior capacidade intelectual. Hoje, quando os contabilistas são chamados a contribuir na gestão dos negócios de seus clientes, quanto mais preparados estiverem, maiores serão as suas oportunidades.”

Em 1999 o Exame de Suficiência foi criado como uma iniciativa do Conselho Federal de Contabilidade para aferir o conhecimento e elevar o nível dos novos profissionais que se inseririam no mercado de trabalho. Seu objetivo



era o de garantir que os profissionais que entrassem no mercado possuísem capacitação mínima para desempenhar suas funções, tanto técnicos em contabilidade como bacharéis em Ciências Contábeis, algo muito parecido como os que vemos nos dias de hoje, em que, segundo professor Osvaldo Américo de Oliveira Sobrinho (2011), podemos afirmar que “O Exame é um teste que tem o objetivo de comprovar o conhecimento médio (mínimo necessário) para que o técnico e o bacharel em Ciências Contábeis possam exercer as suas prerrogativas funcionais no mercado de trabalho.”

Porém, essa iniciativa não foi uma unanimidade entre a classe, sendo extinta após dez edições. Mesmo trazendo muitos benefícios na época, muitos profissionais da contabilidade questionavam a implantação do Exame, baseando-se sobre o argumento que o ato não era instituído por lei, mas, e sim por meio de uma resolução, entendido como um mero ato administrativo. A maior questão levantada pela corrente contrária estava fixada sob o inciso XIII do Art. 5 da Constituição Federal que diz:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
XIII - e livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Com isso, mesmo após ter submetido mais de 150.314 candidatos e trazendo muitos benefícios na época, após longos debates, o Exame de Suficiência foi

Tabela 1. Índices de Performance dos Candidatos ao Exame de Suficiência 2011/1-2016/2.

Exame	Total De Inscritos	Total De Presentes	(%) De Presentes	Total De Aprovados	(%) de Aprovados
1º/2011	14.255	13.383	93,88%	4.130	30,86
2º/2011	19.690	18.675	94,85%	10.886	58,29
1º/2012	26.315	24.774	94,14%	11.705	47,25
2º/2012	32.003	29.226	91,32%	7.613	26,05
1º/2013	37.226	33.706	90,54%	12.000	35,06
2º/2013	40.474	36.831	91,00%	15.891	43,15
1º/2014	43.144	38.115	88,34%	18.823	49,38
2º/2014	37.066	32.568	87,86%	13.591	41,73
1º/2015	43.616	38.022	87,17%	20.713	54,48
2º/2015	43.376	38.022	87,66%	5.580	14,68
1º/2016	48.043	41.987	87,39%	17.576	41,86
2º/2016	47.384	41.179	86,90%	8.947	21,73

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade, 2017.

suspensão, por ser considerado um ato inconstitucional.

1.1. Instituição por Lei e Retorno do Exame

Em 11 de julho de 2010, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou a Lei n.º 12.249/2010 alterando o Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, que instituiu a criação do CFC e dos CRCs, regulando até este momento soberanamente a profissão contábil no País. A referida Lei traz em seu texto:

Art. 1º Ficam criados o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade, de acordo com o que preceitua o presente Decreto Lei.

Art. 2º A fiscalização do exercício da profissão contábil, assim entendendo-se os profissionais habilitados como contadores e técnicos em contabilidade, será exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade a que se refere o Art. 1º

A sanção da Lei foi tratada como uma grande vitória da classe contábil, pois agora, espera-se que com um sistema mais seletivo para inserção de novos profissionais, a imagem do contador seja cada vez respeitada e valorizada no cenário nacional.

Com o amparo legal, o Exame de Suficiência se solidificou e vem sendo aplicado semestralmente conforme orientação da resolução. Ao todo, se considerarmos apenas do ano de 2011 até o momento, foram nove edições de aplicação da prova e no quadro a seguir, podemos analisar alguns resultados:

Tabela 2. Índices de Performance dos Candidatos ao Exame de Suficiência 2011/1-2016/2, por semestre:

1º Semestre	% Aprovação	2º Semestre	% Aprovação
1º/2011	30,86	2º/2011	58,29
1º/2012	47,25	2º/2012	26,05
1º/2013	35,06	2º/2013	43,15
1º/2014	49,38	2º/2014	41,73
1º/2015	54,48	2º/2015	14,68
1º/2016	41,86	2º/2016	21,73
Média Aprov. 1º Sem.	43,15	Média Aprov. 2º Sem.	34,27

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade, 2017, adaptado.

Conforme podemos observar na Tabela 1, desde a primeira edição (2011/1) até a 2ª edição 2016, foram aplicadas 386.488 avaliações e foram aprovados 147.455 bacharéis em Contabilidade, um índice médio de 38% no período.

Observa-se que o maior índice de aprovação ocorreu na segunda edição da prova de 2011, alcançando 58,29% de aprovação e o menor índice de aprovação se deu na edição 2º/2015 com 14,68% dos candidatos presentes, aprovados no total de 5.580 prováveis profissionais da contabilidade no Brasil.

Anualmente, são ofertados dois concursos, divididos em primeiro e segundo semestres, possibilitando aos bacharéis em Ciências Contábeis e acadêmicos matriculados no último ano do curso a realizarem as provas. A Tabela 2, mostra o período de realização dos exames, a média de aprovação no primeiro semestre do ano é superior à do segundo semestre. Em números, a média é de 43,15% no primeiro semestre comparada a 34,27% de candidatos presentes e aprovados nas provas aplicadas no segundo semestre durante o período analisado.

Pelo Gráfico 1, apresenta-se o aumento no número de ausentes nos exames,

Gráfico 1. Índices de Abstenção dos Candidatos no Exame de Suficiência (2011/1 a 2016/2):

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade, 2017, adaptado.

ou seja, cresce o índice de abstenção. Nas primeiras edições da avaliação, até o terceiro ano de aplicação, os índices eram inferiores a 10%; da última edição, em relação a primeira, a abstenção é de 2,14 vezes. De acordo com a Tabela 3, o número de ausentes totalizam 46.104 e de reporvação, 239.033. Esses índices representam que dos 432.592 candidatos inscritos, 285.137 (66%) estão pendentes do registro profissional,

por não terem concluído o curso de Ciências Contábeis e/ou por não terem sido aprovados no Exame de Suficiência até a segunda edição de 2016.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, há 536.223 profissionais da contabilidade com registro ativo nos Conselhos Regionais. Destes, 348.398 são contadores. E pela média de empresas constituídas no País, conforme dados do

"Empresômetro", há 37 empresas para cada profissional registrado, indicando que o mercado absorve os profissionais da contabilidade e necessita de mais contadores para atender às exigências das entidades públicas e privadas. Além do índice médio de 37 empresas por profissional da contabilidade com registro no CRC, tem-se a demanda das instituições públicas, que empregam profissionais da contabilidade, em atividades de auditoria, controladoria, fiscalização, arrecadação, contabilidade pública, entre outras.

Tabela 3. Contabilização dos estoques de candidatos ao Exame de Suficiência (2011/1 a 2016/2):

Edição do Exame de Suficiência	Estoque Inicial de Bacharéis em Cco.	Nº de ausentes por edição	Nº de Reporvação por edição	Estoque Final de Bacharéis em Ciências Contábeis
1º/2011	Sem informação	872	9.253	10.125
2º/2011	10.125	1.015	7.789	18.929
1º/2012	18.929	1.541	13.069	33.539
2º/2012	33.539	2.777	21.613	57.929
1º/2013	57.929	3.520	21.706	83.155
2º/2013	83.155	3.643	20.940	107.738
1º/2014	107.738	5.029	19.292	132.059
2º/2014	132.059	4.498	18.977	155.534
1º/2015	155.534	5.594	17.309	178.437
2º/2015	178.437	5.354	32.442	216.233
1º/2016	216.233	6.056	24.411	246.700
2º/2016	246.700	6.205	32.232	285.137

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade, 2017, adaptado.

Entretanto, o contador precisa estar preparado para desempenhar as funções, e o Exame de Suficiência é uma avaliação que identifica se o candidato possui conhecimentos médios que satisfaçam as necessidades do cotidiano profissional. Um estudo realizado por Ribeiro Filho (2009) et al. afirmava que haveria mudanças na profissão contábil e que o efeito dessas mudanças provocaria uma reflexão sobre a "plena capacidade" do contador:

O efeito da padronização mundial da Contabilidade e os efeitos dessas mudanças no Brasil "provocam uma

Tabela 4. Média de Questões aplicadas por Assunto – Exame de Suficiência.

Conteúdos segundo Edital	% de Questões Aplicadas
Noções de direito e legislação aplicada	6%
Matemática financeira e estatística	8%
Língua portuguesa aplicada	6%
Legislação ética profissional	4%
Princípios de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade	8%
Teoria da contabilidade	6%
Contabilidade geral	30%
Contabilidade de custos	8%
Contabilidade aplicada ao setor público	4%
Contabilidade gerencial	8%
Controladoria	2%
Auditoria contábil	6%
Perícia contábil	4%

Fonte: dos Autores.

maior reflexão quanto à formação atual do contador, de maneira que este profissional esteja preparado para atender e antecipar-se às exigências e mudanças, com uma educação que esteja voltada para a plena capacidade do contador.”

As mudanças nos padrões contábeistonificam os debates acerca do preparo dos docentes e responsabilidade dos discentes e dividem opiniões:

Segundo Marion (1985), citado por Ribeiro Filho (2009), os fatores que podem contribuir para a sua má qualidade são: o despreparo dos docentes;

inexistência de integração entre as IES e órgãos regulamentadores da profissão; inadequação da grade curricular ao perfil desejado do contador e das metodologias do ensino contábil.

Já na visão de Nossa (1999, p.1), citado por Ribeiro Filho (2009), “a melhoria na qualidade do ensino não depende somente das mudanças curriculares e estruturais das instituições de ensino superior, mas principalmente, da seriedade, dedicação e compromisso assumido pelos professores.”

Para RIBEIRO FILHO (2009) et. al.:

Tabela 5. Percentual de Questões aplicadas no Exame de Suficiência, agrupadas por Competências e Habilidades – Exame de Suficiência.

Agrupamento por Conteúdos e Áreas de Atuação:	% de Questões Aplicadas
Conteúdos interdisciplinares	20%
Fundamentos e normas de contabilidade	18%
Contabilidade Empresarial (Contabilidade Geral)	30%
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	4%
Contabilidade de Custos, Gerencial e Controladoria	18%
Auditoria	6%
Perícia Contábil	4%

Fonte: dos Autores.

O perfil do atual contador requerido pelo mercado não é algo tão simples, requerendo para tanto formação básica (graduação) e continuada, com perspectivas específicas e amplas, competências e habilidades de comunicação, marketing, liderança, proficiência em outras línguas, de integrar-se com conhecimentos de outras disciplinas. Esta gama de atributos é consequência de esforço não apenas das IES, também dos Órgãos de Classe, Empresas, Docentes e Estudantes, buscando-se focalizar o trabalho do contador no ambiente organizacional específico, sem prejuízo de aspectos globais aplicados à contabilidade.

Dessa forma, RIBEIRO FILHO (2009), et al. cita que os esforços devem ser conjuntos entre órgãos de classe, instituições de ensino superior, docentes e também por parte dos estudantes. Estes, devem ter a percepção da importância de receber um ensino de qualidade e que possa provê-lo de conhecimento técnico e científico adequado.

2. CONTEÚDOS, MÉTODOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A presente pesquisa é do tipo descritiva e foi desenvolvida pelo método bibliográfico e por meio de levantamento de dados quantitativos e qualitativos, relacionados aos aspectos de formulação das questões do Exame de Suficiência e do comportamento dos candidatos em relação à preparação para o concurso.

Quanto aos critérios de avaliação, considerou-se o número médio de questões por assunto, aplicados desde 2011 até a edição de 2º/2016, e obteve os seguintes resultados:

Destarte, o conteúdo programático de Fundamentos e Normas de Contabilidade e de Contabilidade Geral absorvem competências e habilidades transversais utilizadas fortemente nas empresas de

pequeno, médio e grande porte. Portanto o peso é de 48% é admissível, prudente e poderia ser ampliado, pois considera o conhecimento adquirido em disciplinas de formação básica, geral e específicas e não apenas o conteúdo da disciplina denominada "Contabilidade Geral" e, sim, assuntos relacionados à contabilidade intermediária, tributária, avançada e de elaboração e análise das demonstrações contábeis, inclusive das Sociedades Anônimas de Capital Aberto.

Conforme o Edital do Exame de Suficiência Edição nº 1/2017, temos: a) Patrimônio e variações patrimoniais; b) Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração; c) Avaliação de Ativos e Passivos; d) Mensuração e Reconhecimento das Operações; e) Operações Fiscais, Tributárias e de Contribuições; f) Combinação de Negócios; g) Balanço Patrimonial; h) Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente; i) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; j) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; k) Demonstrações do Fluxo de Caixa; l) Demonstrações do Valor Adicionado; m) Notas explicativas; n) Consolidação das Demonstrações Contábeis; o) Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis; p) Lei 6.404/1976 e suas alterações, disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade.

O segundo maior peso da prova é de 18% em média e é percebido no agrupamento de competências e habilidades que medem o desempenho dos candidatos em atividades ligadas à gestão empresarial, com temas vinculados às disciplinas de Contabilidade e Análise de Custos, Gerenciamento Estratégico



e Controladoria. O exame cobra do candidato, em função da importância do domínio destes conteúdos e a sua aplicação prática, seja em funções de gerenciamento e direção ou, no dia a dia dos escritórios de contabilidade, que por vezes, o contador assume a posição de consultor para assuntos pertinentes ao empreendedorismo, inovação e desenvolvimento empresarial. Nesse aspecto, o Exame de Suficiência mede o conhecimento sobre a classificação dos custos, controles, registros, apuração, alocação, métodos de custeamento como "Custeio Baseado em Atividades" e Custeio Pleno (RKW), Sistemas de acumulo dos custos, custos para decisão e controle, vinculando à análise dos índices econômicos e financeiros. E sobre uma área profissional específica, a de Controladoria, os conhecimentos abordam a Função do *Controller*, sistemas de informações gerenciais, avaliações de desempenho, planejamento e orçamento empresarial.

A avaliação tem a duração de 4 (quatro) horas e é composta de 50 questões objetivas, contendo quatro alternativas.

As provas ocorrem em dois períodos durante o ano, sendo uma edição por semestre. Podem participar do Exame de Suficiência os acadêmicos que estejam no último ano do curso de graduação e

bacharéis em Ciências Contábeis. Para aprovação na avaliação e a consequente obtenção do registro profissional, o candidato deve atingir um percentual de acertos correspondente a 50% do total de questões, ou seja, atingir, no mínimo, 25 acertos.

Com o advento da Resolução CFC nº 1.518/2016, publicada no DOU de 14/12/2016, seção 1, página 132, os aprovados poderão requerer o Registro Profissional junto nos Conselhos Regionais de Contabilidade, em qualquer tempo. Até a publicação da resolução, o Exame de Suficiência tinha a validade de 2 anos.

Enade

O Ministério da Educação (MEC) por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), utiliza-se dentre outros, do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) para mensurar a qualidade do ensino das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

O Enade, como parte do Sianes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes, em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação, às suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e às suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados às realidades brasileira e mundial e a outras Áreas do conhecimento. (INEP, 2017)

O Enade é aplicado anualmente a um conjunto de cursos, de acordo com as áreas de atuação. Os cursos de

bacharelado em Ciências Contábeis pertence ao conjunto das Ciências Sociais e Aplicadas e o exame é aplicado a cada três anos.

A prova do Enade tem por objetivo, registrar os alunos ingressantes nos cursos e avaliar o rendimento dos concluintes, em relação aos conteúdos programáticos constante nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) comparados aos conhecimentos, habilidades e competências adquiridos pelo aluno durante a graduação. A participação no exame é obrigatória para os concluintes do ciclo de avaliação trienal. "O Enade é obrigatório e a situação de regularidade do estudante no Exame deve constar em seu histórico escolar." (MEC/INEP, 2017). A primeira aplicação do Enade ocorreu em 2004; e para alunos de Ciências Contábeis, em 2006. A última edição do Enade para alunos de Ciências Contábeis ocorreu em 2015.

A avaliação dos relatórios das IES, disponíveis no sítio do Inep, foram explorados e a percepção dos concluintes participantes, em relação ao Enade, 72,3% julgaram como médio a difícil as questões de formação geral, comparados à média Brasil de 74,2%; em relação aos conteúdos específicos do curso, na região CO, 48,2% responderam que a prova foi difícil, e na média nacional o índice foi de 47%; quanto ao tempo de prova 49% responderam como "adequado para resolução das questões", enquanto a média nacional ficou em 46,9%; sobre o enunciado das questões de formação geral, os índices foram de 47% na região CO e 48,9% comparado ao padrão nacional, e na parte específica, 42% e 43,4%, respectivamente. Quanto ao conhecimento adquirido, o relatório apontou que a maior dificuldade em responder às questões, estava

relacionada a "Desconhecimento do conteúdo" representado por 53,2% dos respondentes da região CO e 55,7% dos participantes do Enade em nível nacional. Em segundo lugar no *ranking*, ficou a "forma diferente de abordagem do conteúdo", com índices de 29,2% (CO) e 27,2% (Brasil), respectivamente. E nas questões objetivas, os índices foram alarmantes: 85,4% dos concluintes da região CO e 86,3% dos concluintes brasileiros responderam que não haviam estudado o conteúdo, ou que estudaram, mas não aprenderam. E apesar do número de respondentes que considera o tempo de prova adequado, aponta-se como crítico o ponto em que 73,2% dos concluintes usam apenas três horas para a resolução da avaliação e somente 26,8% se utilizam da quarta hora de prova e que poderia ser mais bem explorado pelos candidatos no Exame de Suficiência, inclusive.

A presente pesquisa explorou as provas dos dois últimos exames do Enade para traçar um paralelo dos conteúdos exigidos pelo INEP em relação aos cobrados pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) por meio de Exame de Suficiência, assim como o método de avaliação utilizado.

Nota-se a diferença entre o Enade e o Exame de Suficiência, em relação ao número de alternativas, respectivamente 5 e 4 por prova e a maior diferença em relação aos conteúdos específicos, objetos de análise dessa pesquisa é sobre a adição de questões discursivas no Enade cujas quantidades e pesos estão demonstrados na Tabela 6.

Notamos que nesta avaliação, são cobradas questões de assuntos classificados como "Formação Geral", em que são tratados assuntos que envolvem a sociedade de modo bastante amplo, abrangendo áreas como: Política, Economia, Preservação Ambiental, Cultura, Violência, entre outros que não estão distantes do cotidiano do profissional da contabilidade. A parte de formação geral representa 25% do peso dos componentes e é composta por 8 questões objetivas (60%) e 2 dissertativas (40%). O restante da avaliação Enade é sobre o conhecimento específico do acadêmico concluinte, explorando o conhecimento sobre a profissão que pretende exercer. Para avaliar o desempenho do estudante por meio da aquisição de competências e habilidades durante o curso, as partes destinadas a avaliação dos componentes

Tabela 6: Pesos e Quantidades de Questões objetivas e discursivas de conhecimentos gerais específicos aplicadas no ENADE 2015:

PARTES	Nº DE QUESTÕES	PESO DAS QUESTÕES	PESO DOS COMPONENTES
Formação Geral/Objetivas	8	60%	25%
Formação Geral/Discursivas	2	40%	
Componente Específico/Objetivas	26	85%	75%
Componente Específico/Discursivas	3	15%	
Questionário de Percepção da Prova	9	-	-

Fonte: ENADE 2015, Adaptado

Tabela 7. Média de Questões aplicadas por conteúdos, conhecimentos e habilidades, nas provas do Enade de 2009, 2012 e 2015:

Conhecimentos e Habilidades:	Questões Objetivas		
	ENADE 2009	ENADE 2012	ENADE 2015
	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões
Contabilidade Geral e Avançada	13	8	7
Contabilidade de Custos	2	5	3
Contabilidade Pública	1	1	3
Contab. Gerencial / Controladoria	7	8	6
Noções de Direito*	-	-	1
Matemática Aplicada e Estatística*	-	2	1
Teoria da Contabilidade	-	-	2
Legislação Ética Profissional	1	1	3
Princípios de Contabilidade	1	-	-
Auditoria	1	1	1
Perícia	1	1	2
Língua Portuguesa**	-	-	-

*Aplicado no enunciado de forma transversal.

** Aplicado de forma transversal, em questões de formação geral, discursivas.

Fonte: INEP/ENADE, Provas de 2009, 2012 e 2015, adaptado pelos Autores

específicos compõe 75% do peso dos componentes. Considerando a classificação dos assuntos exigidos pelo edital do Exame de Suficiência (conforme relacionados na Tabela 2), com as edições de 2009 a 2015 do Enade observamos os seguintes resultados:

De acordo com a Tabela 7, observa-se que o Enade 2015 em relação aos exames anteriores esteve preocupado com as alterações pertinentes à Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aumentando o número de questões em detrimento de outras, da área de gestão que não recebem tantas variações significativas nas competências e habilidades exigidas pelo mercado de trabalho. Ao contrário dos temas que sofrem os reflexos das alterações da legislação e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

Pode-se observar a estratégia dos enunciados com temas transversais e interdisciplinares em ambos os exames, de modo que o conteúdo de Matemática

Financeira, Legislação Trabalhista, Tributária, Estatística e Português Aplicado estão presentes, mesmo que indiretamente, nas questões objetivas e discursivas.

O número de questões relacionadas a Custos e Controladoria foi reduzido no Exame de Suficiência e no Enade de 2015, possivelmente para dar ênfase às alterações que impulsionam a necessidade

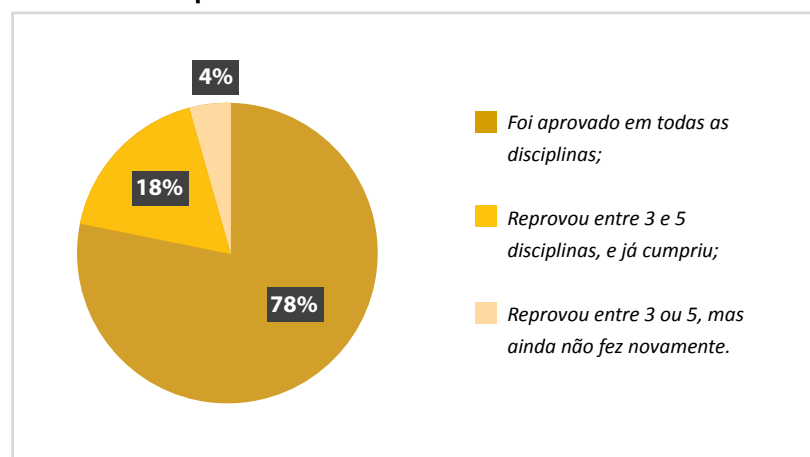
de aprimoramento técnico do profissional da contabilidade, bem como a cultura de participação voluntária nos Programas de Educação Profissional Continuada propostos pelo Conselho Federal e Conselhos Regionais de Contabilidade, como um dos pilares de sustentabilidade e desenvolvimento profissional.

3. RESULTADO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS

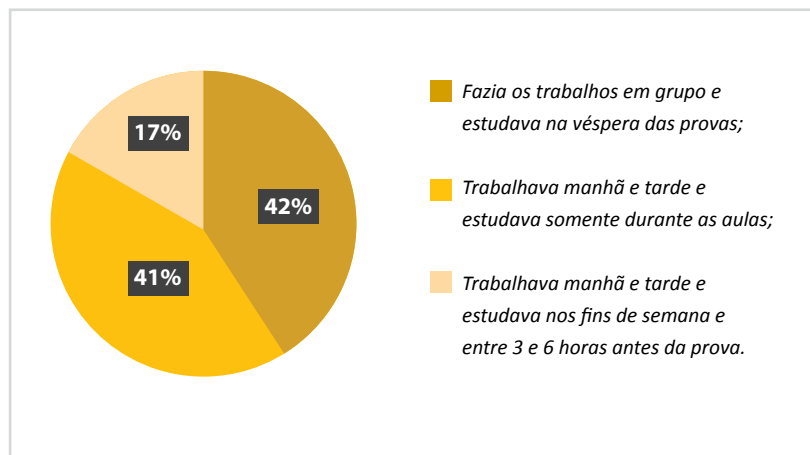
Nesta seção serão apresentados os resultados de todas as pesquisas realizadas seguidas de breve análise. Os questionários foram aplicados e respondidos utilizando as ferramentas do Google Drive para coleta e apuração dos resultados. Em seguida, foram utilizados os recursos do Excel para a coleta dos dados e apresentação dos resultados. Os questionários foram aplicados do dia 15 de setembro ao dia 20 de novembro de 2015 aos alunos concluintes nas graduações em Ciências Contábeis, em Mato Grosso do Sul.

Neste questionário foram entrevistados 23 acadêmicos do curso de Ciências Contábeis divididos entre o 7º e o 8º semestre, com faixa etária entre 20 e 40 anos, apresentando média de aproximadamente 26 anos. Nesta

Gráfico 2: Desempenho do acadêmico durante o curso



Fonte: do autor, com base nos questionários respondidos.

Gráfico 3: Rotina de Estudos

Fonte: do autor, com base nos questionários respondidos.

amostra de alunos, 40% ainda não foram submetidos ao Exame até a data da entrevista, tendo 9 acadêmicos que ainda esperavam para realizar a prova pela primeira vez e 14 que já passaram pela avaliação. Dos acadêmicos que já passaram pelo Exame de Suficiência, 57% obtiveram aprovação e, em contrapartida, 43% farão a segunda tentativa futuramente. O objetivo principal do questionário foi buscar a opinião dos alunos quanto às matérias exigidas pela prova e o método de avaliação, o incentivo a participação por parte da Instituição de Ensino a qual estão vinculados e a preparação para o

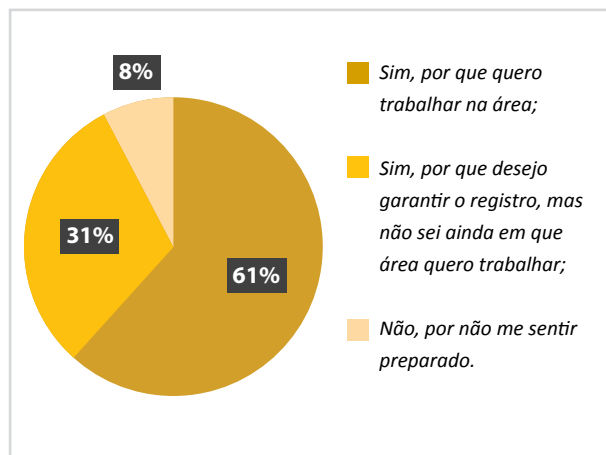
Exame. Abaixo seguem alguns resultados referentes ao histórico dos alunos em sua graduação, levando em conta o desempenho na grade curricular do curso e os métodos usados para estudo:

Pelos gráficos 2 e 3, pode-se observar que a maioria dos entrevistados chegou ao último ano de curso com ótimo aproveitamento, tendo 78% chegado até esta etapa sem reprovar em nenhuma matéria. Dos respondentes que reprovaram, o fizeram em pelo menos três matérias, sendo que destes, a maioria já havia realizado a disciplina novamente e estão regulares com a grade curricular e

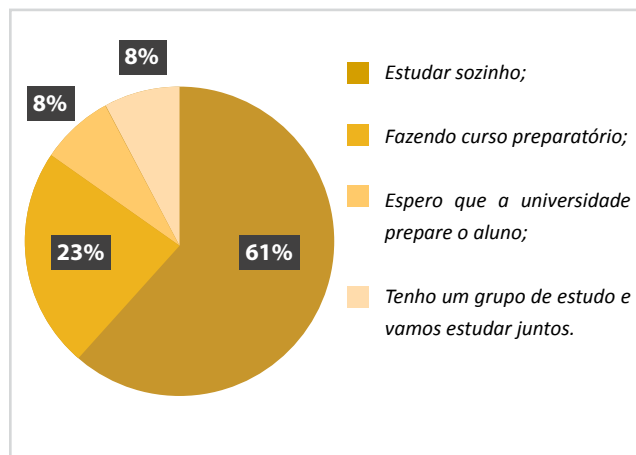
conhecem os conteúdos, estando aptos ao Enade.

Uma das questões exigidas pelo questionário pedia para que os alunos que ainda iriam fazer o Exame de Suficiência, seja pela primeira vez, ou que já tinham tentado em outra oportunidade e não foram aprovados, explicassem qual a sua motivação em fazer a prova. Em outro momento, para esses mesmos alunos, foram lançados questionamentos referentes à preparação para a avaliação. Ao apurar esse conjunto de respostas, chegou-se aos números apresentados no Gráfico 4.

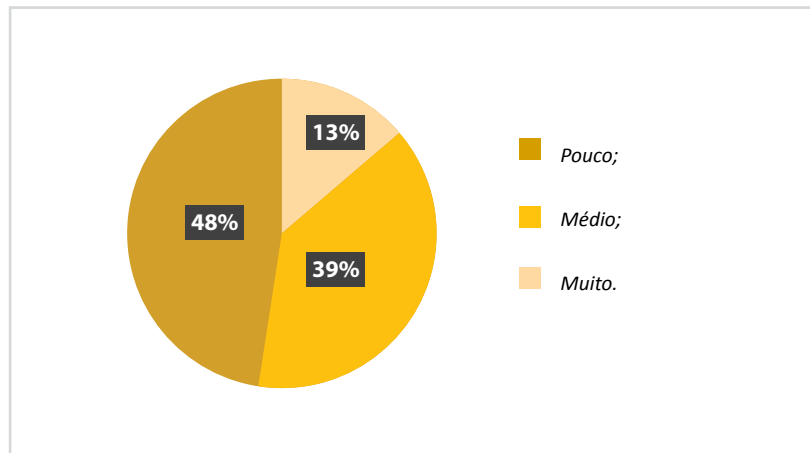
Diante do apresentado, observa-se que 61% dos entrevistados desejam participar do Exame para obtenção do Registro profissional e atuação na área. Aqueles que desejam obtenção do Registro, porém não estão convictos de que área pretendem especializar-se, representam 31% das respostas. Uma situação atípica é representada por 8% dos candidatos abordados, que não farão o Exame por achar que não são capazes de atingir o objetivo de acertar o mínimo de questões exigidas pelo CFC para a obtenção da Carteira Profissional.

Gráfico 4: Interesse e Motivação dos alunos em fazer ou refazer o Exame

Fonte: do autor, com base nos questionários respondidos.

Gráfico 5: Preparação dos Alunos para o Exame de Suficiência

Fonte: do autor, com base nos questionários respondidos.

Gráfico 6 – Nível de incentivo à participação

Fonte: do autor, com base nos questionários respondidos.

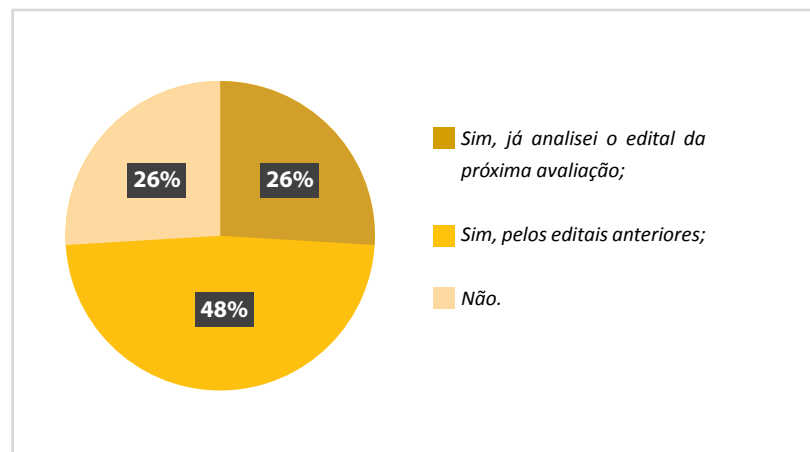
Quanto à disposição para preparação das provas 61% dos candidatos afirmaram que estudam sozinhos. Alguns candidatos afirmaram que farão curso preparatório para o Exame. Os demais dividiram-se em 8%, respondendo que é dever da universidade preparar o aluno para a realização da prova durante a graduação e outros 8% estudaram em grupo para a realização da avaliação.

Foi levantada a questão quanto ao incentivo dos professores para com os alunos à realização da prova, como fator motivacional de preparação para a avaliação. A questão pediu para que o candidato classificasse entre Pouco, Médio e Muito quanto ao incentivo dos professores e da coordenação do curso para a realização da prova. Dos entrevistados, apenas 13% consideram que os educadores incentivam pouco à participação no Exame. Os outros 87% reconhecem que os professores apresentaram médio e alto nível de incentivo, apresentado no Gráfico 6:

A etapa mais importante do questionário foi constituída de três questões voltadas diretamente à problemática da pesquisa, pois questionou o conhecimento dos candidatos em relação ao "Edital do Exame de Suficiência" e se consideram

que a exigência de aproveitamento do CFC é adequada; e questionou-se quanto tempo o acadêmico estima ser necessário para a preparação para a prova. O primeiro questionamento desta etapa foi se os candidatos leram os conteúdos programáticos e se os conheciam. Perguntou-se ainda o que é cobrado em termos de habilidades e conhecimento e como funciona o método de avaliação nas provas do CFC. Os resultados estão apresentados no gráfico 7:

Nota-se que 48% dos entrevistados têm conhecimento do que será cobrado na prova. Destes, a maioria buscou informação nos editais anteriores do Exame para ter uma noção do que o

Gráfico 7 – Conhecimento dos alunos quanto as disciplinas cobradas

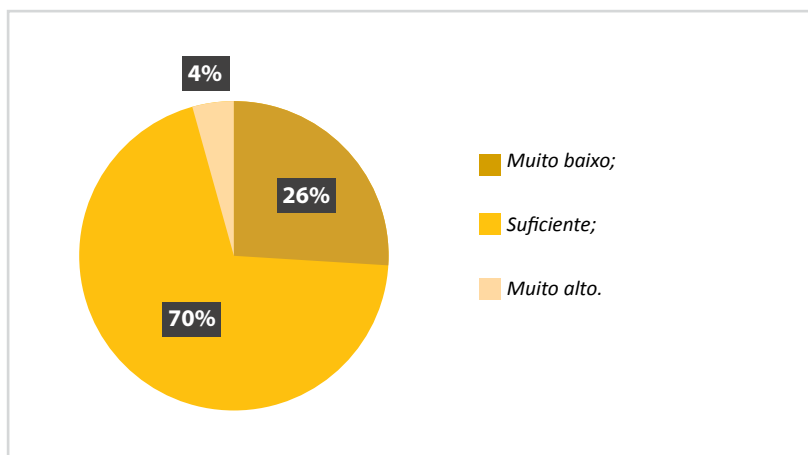
Fonte: do autor, com base nos questionários respondidos.

Conselho Federal de Contabilidade e a Fundação Brasileira de Contabilidade, juntos, vem exigindo dos candidatos. Outros acadêmicos já buscaram as informações no edital da futura avaliação, e representaram 26%. Paralelamente ao número dos recorrentes ao edital mais recente, estão aqueles que ainda não têm conhecimento do que será cobrado na avaliação e qual o método de avaliação, representando 26%.

Na questão seguinte, foi apresentado que, para a aprovação do candidato no Exame, é necessário o aproveitamento equivalente ao mínimo de 50% de acertos. Este trabalho, visando identificar a opinião dos acadêmicos quanto ao assunto, questionou como o entrevistado entendia esse número de questões (necessário para a aprovação), pedindo para classificasse essa quantidade como Muito Baixo, Suficiente e Muito Alto. A intenção foi levar o candidato a refletir, se, profissionalmente, metade de acertos em uma prova é uma quantidade satisfatória como comprovação do conhecimento dos futuros contadores. Ao apurar as respostas obtidas, identificou-se:

Observamos que a maioria dos candidatos estão satisfeitos com o número de questões exigidas para a aprovação no

Gráfico 8 – Consideração quanto ao índice de aproveitamento exigido para aprovação



Fonte: do autor, com base nos questionários respondidos.

exame da classe contábil, representando 70% dos resultados apurados. Aproximadamente 26% dos candidatos afirmaram que acreditam que apenas metade da prova não é o suficiente para garantir que os ingressantes na profissão tenham conhecimento suficiente para o exercício de sua carreira. Os que apresentam opinião adversa a esta, representam 4% dos candidatos. São estes os que acreditam que o a exigência deveria ser menor do que a praticada pelo CFC.

Na última questão, foi solicitado que o entrevistado afirmasse quanto tempo,

entre alguns modelos listados, achava mais indicado de preparação para a realização da prova. Os modelos apresentados foram: a) Nenhum, pois o conteúdo das disciplinas atende à necessidade; b) uma hora por dia, como pré-aula ou exercícios práticos; c) duas horas por dia, e seis meses de preparação; d) quatro horas por dia, em quatro meses de preparação; e) quatro horas por dia, quatro semanas de preparação. Após análise dos resultados apurou-se:

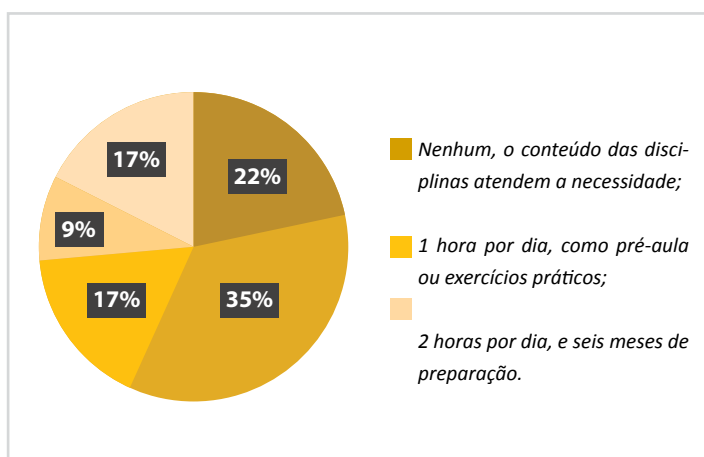
Os resultados mostram que 35% dos entrevistados acreditam que para ter um bom desempenho na prova, o candidato

deve estudar pelo menos uma hora por dia e adquirir o hábito de resolver exercícios práticos. Cerca de 22% dos entrevistados acreditam que o aluno não deve se preparar para a prova, pois os conteúdos ministrados durante a graduação são suficientes para a aprovação na prova. Estudar durante seis meses com no mínimo duas horas por dia foi o modelo escolhido por 17% dos candidatos, assim como os que disseram ser necessária preparação de quatro horas por dia em quatro meses de preparação. Os outros 9% dos entrevistados acreditam que ideal para ter um bom aproveitamento no Exame é estudar durante quatro horas por dia nas últimas quatro semanas que antecedem a prova.

3.1. Questionário destinado aos Educadores

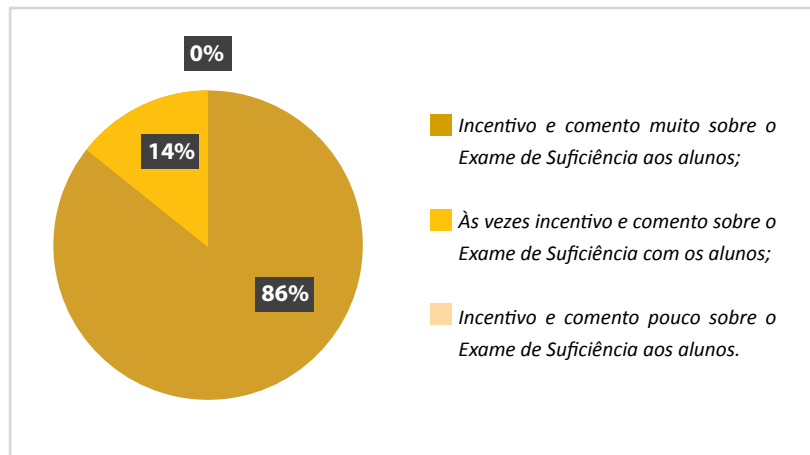
O Objetivo desta pesquisa por meio de questionamentos foi buscar a percepção de professores e coordenadores do curso de Ciências Contábeis a respeito dos métodos de avaliação utilizados pelo Exame, assim como perceber quanto os professores estão incentivando seus alunos à realização da prova. Foram ouvidos professores e coordenadores de quatro IES da cidade de Campo

Gráfico 9 – Tempo necessário de preparação para a Prova



Fonte: do autor, com base nos questionários respondidos.

“ Os resultados mostram que 35% dos entrevistados acreditam que para se alcançar um bom desempenho na prova, o candidato deve estudar pelo menos uma hora por dia e adquirir o hábito de resolver exercícios práticos. ”

Gráfico 10 – Autoavaliação quanto ao incentivo para o Exame de Suficiência

Fonte: do autor, com base nos questionários respondidos.

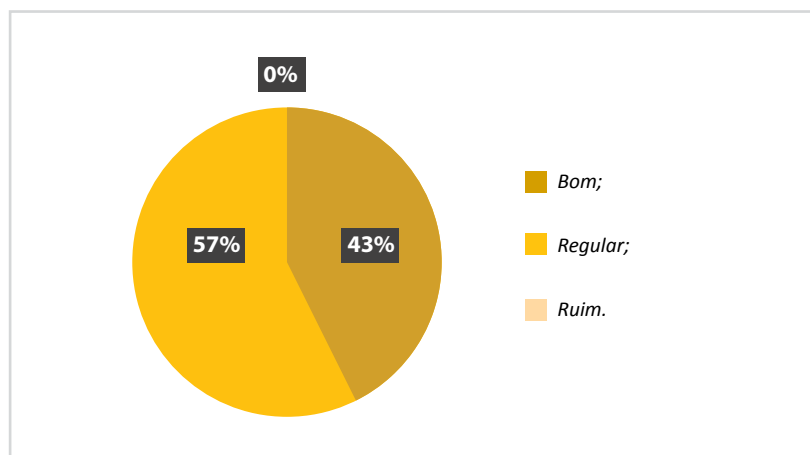
Grande, Mato Grosso do Sul. Entre os entrevistados estão professores que lecionam no curso há mais de 24 anos.

O primeiro questionamento solicitou para que os entrevistados fizessem uma autoavaliação com relação ao incentivo para com os alunos à realização e preparação da prova. Pedia-se que se classificassem a frequência com que abordavam o tema e comentavam a respeito da avaliação em sala de aula. Para este questionamento, obtiveram-se os resultados expostos no quadro 10.

Observa-se, pelo Gráfico 10, que todos os entrevistados declaram incentivar os alunos a realizarem a prova e comentam

sobre ela em aula. Dos que responderam esta pesquisa, cerca de 86% afirmam que incentivam e comentam bastante referente à prova. Apenas 14% reconhecem que comentam sobre o Exame com pouca frequência. Essa questão vai de encontro com o mesmo questionamento feito aos alunos em que 13% dos acadêmicos consideram receber pouco incentivo por parte dos professores.

Em seguida foi exposto o modelo de avaliação utilizado para a aprovação da prova. Foi solicitado, que a partir da afirmativa, o entrevistado classificasse este método entre Bom, Regular e Ruim. Diante do apresentado, podemos concluir

Gráfico 11 – Classificação aos Métodos de Avaliação do Exame

Fonte: do autor, com base nos questionários respondidos.

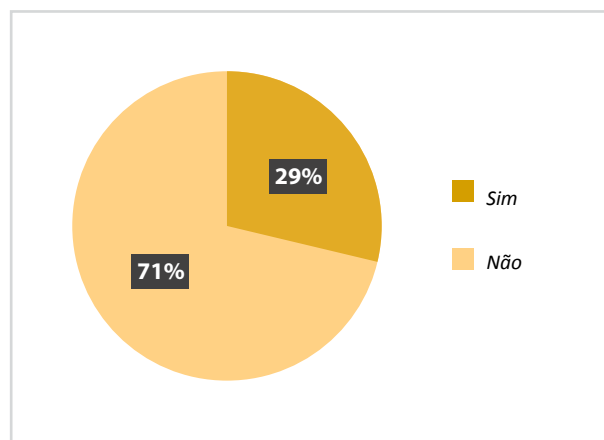


que: Nenhum entrevistado considera o critério exigido pelo CFC e FBC como ruins; 43% o considera bom; e 57% dos que responderam ao questionário classificam a avaliação como regular (Gráfico 11).

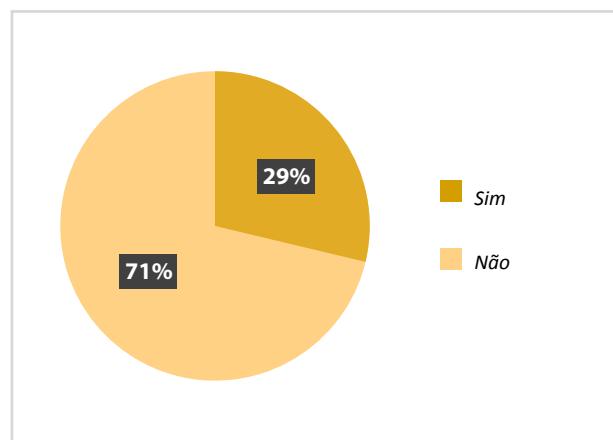
Os professores foram questionados sobre o número de questões que são suficientes para que o candidato seja aprovado. Dada a afirmação que se consideravam que 50% da prova eram suficientes para aprovar o candidato, que registrou-se o apresentado no Gráfico 12.

Observamos que apenas 29% dos educadores acreditam na eficiência da quantidade de questões exigidas pelo CFC e FBC. Aproximadamente 71% dos entrevistados acreditam que este número é muito baixo para certificar que o candidato está apto para o exercício da profissão de contador. A opinião destes profissionais diverge à dos alunos, mais de 70% dos entrevistados acreditam que a quantidade exigida está adequada; 4% consideram o número muito elevado; e apenas 26% concordam com a maioria dos educadores, afirmando considerar esse número muito pequeno.

Outra questão levantada foi quanto aos conteúdos cobrados na avaliação.

Gráfico 12– Quantidade exigida de acertos

Fonte: do autor, com base nos questionários respondidos.

Gráfico 13 - Julgamento favorável ao peso dos assuntos aplicados

Fonte: do autor, com base nos questionários respondidos.

A questão questionou os professores quanto às disciplinas listadas na Tabela 2 deste trabalho, pedindo aos entrevistados que julgassem se a quantidade de questões por cada assunto era adequada à avaliação do profissional que está ingressando no mercado de trabalho, uma vez que este é o objetivo principal do Exame.

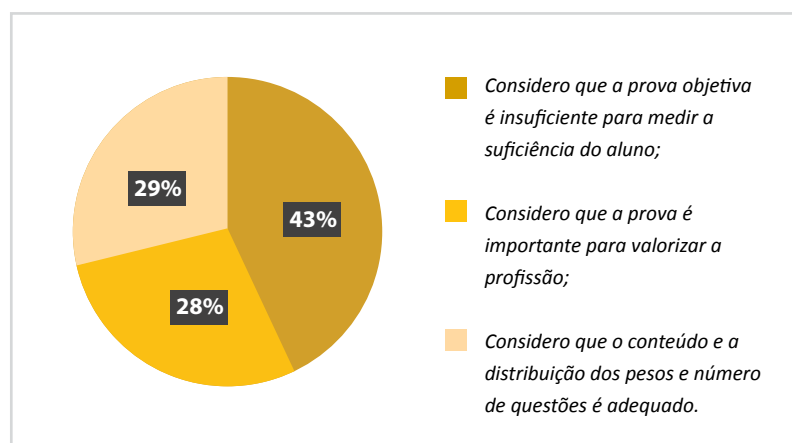
Confirma-se a reprovação por parte dos professores sobre a forma de como o Exame é aplicado. Apenas 29% dos entrevistados consideram que a quantidade de questões por assunto avalia de forma justa o conhecimento necessário do candidato para os desafios do mercado de trabalho. Outros 71% consideram que esta aplicação é insuficiente para certificar a capacidade dos profissionais em desempenhar as funções diárias da profissão.

No Gráfico 14, apresenta-se a opinião geral dos educadores quanto ao Exame de Suficiência, entre as seguintes afirmativas: a) considero que o conteúdo, a distribuição dos pesos e o número de questões são adequados; b) considero que o conteúdo e a distribuição dos pesos e o número de questões são inadequados e deveria ser igual para

todas as disciplinas; c) considero que a prova objetiva é insuficiente para medir a suficiência do aluno; d) considero que o Exame de Suficiência não mede o desempenho do aluno e a prova vem perdendo o seu objetivo; e) considero que a prova é importante para valorizar a profissão.

Pode-se afirmar que a aplicação do Exame de Suficiência é eficaz, pois nenhum dos entrevistados considerou o que o Exame não mede o desempenho dos alunos e que tampouco que a distribuição dos pesos e o número de questões sejam

“ Confirma-se, a reprovação por parte dos professores sobre a forma de como o Exame é aplicado. Apenas 29% dos entrevistados consideram que a quantidade de questões por assunto, avalia de forma justa o conhecimento necessário do candidato para os desafios do mercado de trabalho. ”

Gráfico 14 – Opinião geral quanto ao Exame

Fonte: do autor, com base nos questionários respondidos.

inadequados.

Entre as respostas, nota-se que 43% dos educadores consideram que apenas a prova objetiva pode ser insuficiente para medir a suficiência do bacharel em Ciências Contábeis ou dos acadêmicos concluintes. Aproximadamente 28% das respostas registraram que a prova é importante, pois valoriza a profissão contábil. Outros 29% de entrevistados concordam com os conteúdos e a distribuição dos pesos utilizados pelo CFC na elaboração da prova.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo atual é de grande valia aos interessados em participar do Exame de Suficiência e aos educadores que pretendem aprimorar os métodos de ensino para obtenção de êxito no Enade e nos Exames de Suficiência.

A presente pesquisa pode ser aprofundada e não representa a opinião de uma IES, organização ou classe. É, portanto, neutra e expõe situações vivenciadas e casos analisados desde a formação do edital até o acompanhamento pós-provas, com

a intenção de trazer o entendimento de como e quando ela acontece, a quem se destina, como é formulada, aplicada e percebida pelos candidatos.

Os objetivos da pesquisa foram atingidos e podem refletir na melhoria do ensino "presencial" e "a distância", seja pela motivação dos professores ou dos candidatos, preferencialmente que ambos tenham o conhecimento do processo e a percepção da sua importância no contexto profissional, a partir dos resultados da presente pesquisa.

Os resultados da pesquisa apresentaram o histórico sobre como o Exame de Suficiência surgiu, a sua finalidade para com a classe contábil e para a proteção da sociedade brasileira, de modo que sejam assegurados os serviços profissionais que não venham a trazer prejuízos aos empresários, organismos públicos e sociais, além de ser um instrumento de valorização profissional e do conhecimento, o qual já é percebido como meio de melhoria da imagem dos profissionais da contabilidade, submetidos e aprovados no Exame de Suficiência, por meio da seleção destes, no mercado de trabalho.

“ A análise dos resultados permitiu identificar que a opinião dos alunos se contrapõe à dos professores quanto às exigências da prova. ”

O objetivo principal do estudo foi alcançado, pois buscou a percepção e entendimento dos principais agentes da profissão contábil. Alunos e professores puderam expressar, de forma isenta e democrática, suas opiniões a respeito do Exame de Suficiência, que permite o ingresso dos profissionais da contabilidade, por meio do registro profissional, assegurando que a aprovação no exame passa a ser por tempo indeterminado.

A análise dos resultados permitiu identificar que a opinião dos alunos se contrapõe à dos professores quanto às exigências da prova. Os educadores respondentes acreditam que o número de 25 acertos é pequeno para aferir a suficiência profissional e que os conteúdos abordados poderiam ser ampliados, a exemplo dos temas relacionados à Contabilidade Aplicada do Setor Público, cujo Enade de 2015 deu maior ênfase em função das atualizações das normas e da legislação vigente.

Já os alunos validam o modelo aplicado como sendo eficiente e que acertando, metade da prova, o candidato está apto a atuar como contador. Isso pode ser explicado pelo fato de os alunos serem os agentes que são diretamente afetados por qualquer mudança na aplicação do exame que aumente a sua complexidade.



Infere-se que, a partir da aprovação no Exame de Suficiência e do recebimento do registro profissional, ao bacharel será permitido a atuação profissional como Contador, cabendo ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais, a fiscalização do exercício profissional, em especial em relação à manutenção do registro ativo, ao cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada e do exercício profissional, com ética, zelo, conhecimento e habilidades técnicas e disciplina.

REFERÊNCIAS

GIROTTTO, Maristela. 1º Exame de Suficiência de 2015: publicado o resultado no DOU. Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=20820>>. Acesso em 16 Ago 2015

CONTÁBEIS O PORTAL DA PROFISSÃO CONTÁBIL. Contabilidade é a quarta profissão que mais cresce no mundo. Disponível em <<http://www.contabeis.com.br/noticias/14963/contabilidade-e-a-quarta-profissao-que-mais-cresce-no-mundo/>>. Acesso em 01 Abr 2015

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Título II. Cap. I. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 14 Set 2015

BRASIL, Decreto-Lei Nº 9.295, de 27 de Maio de 1946. Do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19295.htm>. Acesso em 14 Set 2015.

BENEVIDES, Thiago. Ciências Contábeis é o quarto curso mais procurado, segundo o MEC. Disponível em <<http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=17147>>. Acesso em 01 Abr 2015

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS (CRC-GO).

Exame de Suficiência – Resolução CFC. Disponível em <1.373/2011http://crcgo.org.br/novo/?page_id=184>. Acesso em 05 Set 2015.

_____. Pesquisa perfil do profissional da contabilidade 2012/13 / Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: CFC, 2013. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/12/livro_perfil_2013_web2.pdf acesso em 04 jan 2017.

_____. Dados Estatísticos do Exame de Suficiência do CFC "Relatório de Apuração do Resultado por Exame". Disponível em: <http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/11/relApuracaoResultadoPorExame.pdf> acesso em: 04.01.2017

IBPT. Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. Portal "EMPRESÔMETRO". Estatísticas de empresas". Disponível em: <http://empresometro.com.br/Site/Estatisticas> acesso em 04 jan 2017.

RIBEIRO FILHO, José Francisco., TEODORO, Auristela Felix de Oliveira; CUNHA. Sudário de Aguiar e SILVA. Thiago de Oliveira, Empregabilidade E (In)Formação: Um Estudo Sobre Os Fatores Que Impactam As Atividades Dos Contadores No Município De Recife – Pernambuco disponível em: http://www.convibra.com.br/2009/artigos/138_0.pdf acesso em 04 jan 2017.

SOBRINO, Osvaldo; CRUZ, Marlei.A Importância Da Regulamentação Da Profissão Contábil: O Exame de Suficiência. 8 f, Instituto Cuiabano de Educação

JÚNIOR, Adalberto J. N.et al. O Exame de Suficiência contábil na percepção dos inscritos que se submeteram à prova no Distrito Federal. Revista Brasleia de Contabilidade, Brasília, Conselho Federal de Contabilidade, Ano XLIV Nº 215, Set/ Out, 2015.

INEP. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes –Enade. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/Enade>>. Acesso em 18 Nov 2015.

_____. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes –Enade. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/Enade>>. Acesso em 05 jan 2017.EU ESTUDANTE. Exame de suficiência para contadores tem mais de 40 mil inscritos. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/selecao/2015/07/28/Selecao_Interna,492359/exame-de-suficiencia-para-contadores-tem-mais-de-40-mil-inscritos.shtml>. Acesso em 06 Set 2015.



Lárison Leonardo Alves da Silva – Contador, Bacharel em Ciências Contábeis pela Uniderp, 2015



Prof. Dra. Iara Sônia Marchioretto é Contadora, orientadora, professora e coordenadora do curso de Ciências Contábeis da Uniderp. Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e coordenadora da Comissão de Jovens Lideranças Contábeis do Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul. Coordenadora de Regulação Econômica na Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul.

Gaitano Laertes Pereira Antonaccio

Nascido em Manaus (AM), no dia 28 de janeiro de 1940, é filho de Francisco Antonaccio e Neuza Pereira Antonaccio, casado com a professora Maria do Carmo Azevedo Antonaccio. Possui três filhos: Laerte Ulisses, Cacilda Maria e Cynthia Maria, todos com formação universitária.

Fotografe o QR code e confira a biografia completa de Gaitano Laertes Pereira Antonaccio.



1 Qualificação Profissional

Advogado, formado pela Universidade Federal do Amazonas em 1965 e Técnico em Contabilidade, pela Escola Técnica de Comércio Brasileiro, em 1958, domiciliado e residente em Manaus (AM), na avenida senador Álvaro Maia nº 726 - Centro, Cep. 69.020.240, CPF nº 001.588.602-68, identidade nº 60.451 - AM., Reservista da 3ª categoria conforme Certificado 391.509. Título de Eleitor nº 264.70522.24 Seção 0124 - 1ª Zona Eleitoral, OAB- Am nº 393 - Carteira 605 e CRC- AM nº 00559/0 - 2.

TITULAR DO ESCRITÓRIO DE ACESSORIA ADVOCATÍCIA E CONTÁBIL, estabelecido na rua Monsenhor Coutinho, 527 – entre os anos de 1971 até os dias atuais. Tornou-se responsável pela constituição jurídica de aproximadamente 120 empresas do Distrito Industrial, entre os anos de 1970 até os dias atuais.

2 Especialidades Profissionais em Cursos de Extensão

- Advocacia Fiscal e Tributária
- Advocacia Trabalhista e Comercial
- Contabilidade Comercial
- Contabilidade Industrial
- Contabilidade de Custos (Sistemas)
- Contabilidade Gerencial
- Assessoria de Empresas
- Consultoria Empresarial
- Empresário de Turismo desde 1978

3 Outros Cursos

- Datilografia - Formado pela Escola Remington de Manaus no ano de 1958.
- Desenho Arquitetônico - Escola Mundial de Cultura Técnica em 10/05/1965.
- Informações s/ Imposto de Renda- no período de 14 a 31/03/1966 pelo Senac.
- Informações sobre IPI -Ministrado pelo Senac de 29 a 31/03/1966.
- Curso de Contabilidade Industrial - Promovido pela UA em 31/07/1971.
- Curso de Administração Hotelaria - Promovido pelo Senac, de 24/10 a 24/11/1972.
- Curso de Advocacia de Empresas - (CEJUR - Rio)
- Curso de Relações Humanas- Promovido no INSS, de 14 a 18/05/1973.
- Curso de Relações Humanas - Empresa Líder de Assessoria, de 4 a 14/06/1973.
- Curso de Custo Industrial - pelo CEAG-AM/Sebrae, de 17/02/1975 a 06/03/1975.
- Curso de Correção Monetária do Balanço - pelo CEAG-AM., de 17 a 20/11/1975.

4 Cargos Exercidos em Colaboração:

- Membro da Comissão Estadual de Turismo (1989/1996)
- Membro da Comissão de Licitação do Estado (1994/1998)
- Membro do Conselho Municipal de Contribuintes (1997/1998)
- Membro do Conselho da Associação Brasileira de Agentes de Viagens.
- Membro do Comitê de Turismo do Estado do Amazonas.
- Membro da Comissão de Estica do Governo do Estado
- Membro do Conselho Fiscal da Ematur – 1980 – 1989

A partir desta edição, a Revista Abracicon Saber passa a contar com a seção "Artigos Premiados", que traz trabalhos vencedores no Brasil.

Quem inaugura a coluna é a mestre em Contabilidade e Finanças, Marcielle Anzilago, ganhadora do prêmio da melhor dissertação do ano em 2015, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Leia a íntegra do artigo premiado e, em seguida, confira entrevista com a autora.

Mapeamento do *Global Report Initiative* nas Cooperativas Agropecuárias do Estado do Paraná

Por Marcielle Anzilago

Temas como Responsabilidade Social, Ações Ambientalmente Corretas e Austentabilidade estão em pauta nos diversos ramos do conhecimento. A mídia vem dando destaque para essa questão e tem influenciado a opinião pública em relação ao posicionamento das entidades quanto às atividades por elas desempenhadas (Machado, 2010). A conscientização das empresas quanto à responsabilidade ambiental vem crescendo consideravelmente, nos dias atuais. Focar só o desenvolvimento econômico pode não ser suficiente para que a empresa prospere (Oliveira, Silva & Francischetto, 2010). A capacidade de uma organização de gerar valor implica em retorno monetário aos provedores de capital financeiro, isto está relacionado ao valor gerado por uma entidade para as partes interessadas e para a sociedade como um todo, por meio de várias atividades, interações e relacionamentos (IR, 2013; ILO, 2014).

Ao observar os relatórios anuais de gestão das cooperativas agroindustriais, no que concerne aos indicadores financeiros,

projetos com a comunidade, cooperados e meio ambiente, percebe-se que elas buscam transparência e responsabilidade social (Veiga, 2005; ILO, 2014). Dessa forma esta pesquisa teve como objetivo verificar se com as informações disponibilizadas nos relatórios sociais das cooperativas agroindustriais do Paraná é possível se elaborar o Relatório Abrangente proposto pela GRI G4.

As cooperativas são as propagadoras de desenvolvimento local e evidenciam o compromisso delas para com a sociedade, bem como, os temas e políticas sustentáveis que priorizados nos seus relatórios. Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo. O processo de elaboração da Global Reporting Initiative (GRI) busca identificar, monitorar e apresentar as principais questões valorizadas por tais stakeholders, com total transparência.

A elaboração do relatório deve ter total sinergia com as metas estratégicas da organização, seu processo de elaboração e a retroalimentação. Portanto, é fundamental entender as metas da organização e identificar os impactos socioambientais relacionados (Gray, 2005; Teixeira Filho, 2011).





Nesta pesquisa teórico-empírica e descritiva exploratória, em relação aos objetivos adotou-se a análise descritiva e em seguida a verificação do nível de significância dos indicadores. Após isso a análise de correspondência múltipla (ACM) entre as variáveis e a Análise de Conteúdo (AC), para destacar a frequência dos indicadores divulgados pelas cooperativas.

Coletaram-se os relatórios sociais e de sustentabilidade nos sites das cooperativas do Estado do Paraná-Brasil. A população é composta por 66 cooperativas agropecuárias e foram selecionadas as 15 cooperativas que divulgaram relatórios ambientais no ano de 2013. Para a análise dos relatórios das cooperativas utilizou-se da Análise de Correspondência Múltipla (ACM) e da Análise de Conteúdo (AC).

De modo geral, e particularmente neste estudo as cooperativas agroindustriais, pautam-se por princípios e valores advindos desde a revolução industrial. Destacam-se o princípio da educação, treinamento e informação e o princípio da preocupação com a comunidade local. Aqui nota-se a importância da divulgação e adesão aos requisitos do GRI G4.

O trabalho procurou contribuir empiricamente para a validação dos indicadores propostos pela GRI G4, a partir da coleta de informações dos relatórios de sustentabilidade nos sites das cooperativas. Os resultados desta pesquisa demonstram

que todas as cooperativas analisadas evidenciam alguma informação ambiental.

Observa-se a existência de agrupamentos formados pelos indicadores capital financeiro, humano, social e relacionamento, manufaturado e humano em um nível de baixa divulgação pelas cooperativas de pequeno e médio porte; a divulgação em nível médio forma um agrupamento entre os indicadores de capital humano e natural, que estão relacionadas às cooperativas de grande porte. Já a alta divulgação não é influenciada pelo porte das cooperativas.

Conclui-se, assim, que, as cooperativas possuem preocupação com a comunidade e o ambiente onde estão inseridas, ainda

assim, divulgam poucos indicadores de sustentabilidade. Na maioria das vezes divulga-se somente o necessário.

Os achados deste estudo contribuem para evidenciar como as cooperativas agropecuárias, como agentes de desenvolvimento local e social reportam suas informações ambientais para os stakeholders. Evidencia-se a falta de uniformização e divulgação de relatórios de sustentabilidade pelas cooperativas e propõem-se fortalecer os estudos na área ambiental.

Deve-se ponderar que os achados são restritos aos Relatórios de Sustentabilidade analisados e às cooperativas agropecuárias do Paraná. Portanto, os resultados não podem ser generalizados. Ainda, como limitação adverte-se que o estudo refere-se ao ano de 2013.

Sugere-se que pesquisas futuras possam ser realizadas em outros segmentos.

A pesquisa contribui para reforçar a importância de instrumentos, como as diretrizes da GRI G4, para avaliação de indicadores de sustentabilidade. Também serve como um alerta quanto à necessidade de mais objetividade dos indicadores apresentados nos relatórios analisados.

Referências

- Gray, R. (2005). Taking a long view on what we now know about social and environmental accountability and reporting. *Electronic Journal of Radical Organization Theory*, 9(1), 1-31.
- International Labour Organization, ILO. (2014). Cooperativas and the sustainable development goals: a contribution to the post-2015 development debate a policy brief. International Co-operative Alliance. Recuperado em 13 jun. 2014 em: http://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS_240640/lang-en/index.htm.
- Integrated Reporting, IR. (2013). The international <IR> framework. Recuperado em 17 abril 2014 em: <http://www.theirc.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>.
- Machado, M. R. (2010). As informações sociais e ambientais evidenciadas nos relatórios anuais das empresas: a percepção dos usuários. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 159 p.
- Oliveira, D. M., Silva, J. R., & Francischetto, M. A. A. (2010). Responsabilidade Social sobre a Ótica de Empresas Associadas a uma OSCIP. SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Rio de Janeiro.
- Teixeira Filho, N. P. (2011, agost.). Cooperativas agroindustriais e a gestão de sustentabilidade. *Informativo Uni.Business*, 13. Recuperado em 10 jun. 2014 em: http://www.agrodistribuidor.com.br/up_arqs/pub_20110915111019_unib_agrodistsite_coopersust-gri_2011_08_04.pdf.
- Veiga, J. E. (2005). Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond.



Entrevista

Mapeamento do *Global Report Initiative* nas Cooperativas Agropecuárias do Estado do Paraná

Por Marcielle Anzilago

1) O que lhe motivou a escolher o tema?

Temas como Responsabilidade Social, Ações Ambientalmente Corretas e Sustentabilidade estão em pauta nos diversos ramos do conhecimento. A mídia dá destaque para essas questões e influencia a opinião pública em relação ao posicionamento das entidades quanto às atividades por elas desempenhadas. Hoje a conscientização da responsabilidade ambiental das organizações parece crescer; hoje focar só no desenvolvimento econômico pode não ser suficiente para que a empresa prospere. A motivação para a escolha deste tema surgiu porque as cooperativas, pelos próprios "princípios cooperativos", tem o compromisso estatutário de contribuir com o desenvolvimento sustentável em relação aos objetivos econômico, social e ambiental. As cooperativas são entidades que se esforçam para satisfazer às exigências econômicas de um grupo de pessoas e que devem satisfazer aos interesses culturais e de proteção ao meio ambiente. As cooperativas têm uma importância ímpar no que se refere à emancipação social e econômica das pessoas, à criação da chamada economia humanista com um maior compromisso em relação à responsabilidade social. As cooperativas agropecuárias do Paraná estão entre as maiores do País

e contribuem com parte significativa no PIB brasileiro. Outro motivo que me chamou atenção foi o recente lançamento da GRI e o Relato Integrado, que é diretamente relacionado a essa responsabilidade ampla das entidades. Então unir os requisitos atuais de responsabilidade e os relatórios das cooperativas foi um encaminhamento natural e lógico para a pesquisa

2) Quais foram os passos para o desenvolvimento do artigo? Quanto tempo levou até a conclusão do estudo?

O primeiro passo foi pensar como poderíamos alcançar nosso objetivo do estudo, (delineado na questão anterior) e após essa definição selecionamos

a literatura sobre o assunto, os materiais para análise, coletamos os relatórios de sustentabilidade nos sítios das cooperativas, identificamos os indicadores GRI, tabulamos os dados de forma adequada para analisá-los estatisticamente, realizamos as análises alcançando os objetivos propostos do estudo. Para a conclusão do estudo levamos em torno de 12 meses.





3) Quais foram as principais problemáticas identificadas quanto à conscientização para a responsabilidade ambiental?

Primeiramente a disponibilização dos relatórios nos sítios eletrônicos, o acesso à informação. Já nos relatórios disponibilizados, as informações ficam comprometidas, pois se encontram níveis imprecisos de confiabilidade, de veracidade e de padronização, tanto na elaboração quanto no conteúdo dos relatórios. Além do mais, verifica-se que as cooperativas ainda não estão totalmente conscientizadas para a apuração e divulgação das responsabilidades ambiental e social. Conforme o resultado do estudo os níveis de divulgação mostram que 78,9% das divulgações compreendem ao mínimo exigido, 15,6% médio e apenas 5,4% atendem todos os requisitos.

4) Qual contribuição a pesquisa apresentada pode conferir aos agropecuaristas, às agropecuárias e à sociedade?

Contribui para evidenciar como as cooperativas agropecuárias, como

agentes de desenvolvimento local e social, reportam suas informações ambientais para a sociedade e *stakeholders*. Além disso, evidenciar a falta de uniformização e divulgação de relatórios de sustentabilidade pelas cooperativas agropecuárias e fortalecer os estudos na área ambiental. Contribui ainda para reforçar a importância de instrumentos, como as diretrizes da GRI G4, para avaliação de indicadores de sustentabilidade. Também serve como um alerta quanto à necessidade de mais objetividade dos indicadores apresentados nos relatórios analisados. Todavia deve-se ponderar que os achados desta pesquisa são restritos aos Relatórios de Sustentabilidade analisados e às cooperativas agropecuárias do Paraná. Portanto, os resultados não podem ser generalizados.

5) Como você se sente tendo o seu trabalho reconhecido e premiado?

Foi uma surpresa. Confesso que custei a acreditar quando falaram que havia ganho o prêmio. É um sentimento gostoso. É bom saber que um trabalho seu foi reconhecido e está sendo bem aceito. Foi um grande reconhecimento.

Recebi muitos não, tive portas fechadas e algumas decepções. Receber uma premiação da dissertação de mestrado foi um estímulo para minha carreira. Em 2017 ingresso no programa de Doutorado em Contabilidade na UFSC.

6) Na construção do estudo dissertativo você contou com a colaboração de alguns profissionais, mas tem alguém que mereça considerável destaque?

Sim, foram muitas as pessoas que merecem destaque. Primeiramente a Deus por ter dado a oportunidade de cursar o mestrado, mas em especial ao meu orientador que me acolheu com muito carinho o professor Luiz Panhoca, e sempre me apoiou e deu forças quando queria desistir, os membros da banca em especial a professora Ilse Maria Beuren que não mediu esforços para auxiliar no que fosse preciso; o professor José Roberto Kassai e Cicero A. Bezerra, amigos e colegas que sempre estavam do meu lado me dando forças — não vou citar nomes em específico — e ao CNPQ pelo apoio financeiro.



Marcielle Anzilago é graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2011) e possui curso técnico em Administração pelo Instituto Federal do Paraná (2012). Mestre em Contabilidade e Finanças pela Universidade Federal do Paraná (2015), possui experiência profissional na área contábil e fiscal.



PERFIL

Ivo Malhães de Oliveira

(In memoriam)

Ivo Malhães de Oliveira nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1920. Filho de Antonio José de Oliveira e de Benedicta Dore Malhães de Oliveira, já se destacava pela dedicação aos estudos. Integrante de uma família estruturada nos mais profundos princípios morais e éticos, o jovem teve a melhor educação possível à época.

Cursou o primário, 1º e 2º grau, no Instituto Lafayette, e ao concluir os estudos, recebeu o Prêmio Affonso Vizeu, concedido ao aluno que obtivesse a maior nota em todo o curso comercial.

Em 1942, casou-se com a professora Jadir Benedito de Oliveira. Desta união vieram três filhas: Diva Maria de Oliveira Gesualdi (contadora), Dirce Maria de Oliveira Rodriguez Castro (advogada) e Maria Cristina de Oliveira (publicitária).

Concluiu o curso de Contabilidade pelo Instituto Lafayette (RJ), em 1938; e economia pela Faculdade Economia e Finanças do Rio de Janeiro, em 1943. Ávido por conhecimento, Ivo Malhães cursou ainda Administração e Atuária e advocacia.

Durante a sua vida profissional, dos colegas de profissão que tiveram aproximação e participação conjunta nas entidades contábeis e de ensino foram:

Orlando Martins Pinto (*in memoriam*), Custódio Clemente Souza Pinto e Oswaldo Alves de Mattos.

Autor do livro “Teoria e Prática das Perícias Judiciais”, Ivo Malhães amava a Contabilidade e, durante muitos anos, dedicou-se a ensinar, tornando-se professor de Contabilidade e matérias afins, em diversos estabelecimentos de ensino, tais como: Instituto Santa Rosa, Instituto Roscio, Instituto Guanabara, Colégio/Universidade Veiga de Almeida, Universidade São Judas Tadeu.

Primeiro presidente e fundador da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), constituída em 18 de novembro de 1980, por ocasião do XI Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em Curitiba (PR), Ivo Malhães tornou-se conhecido no meio acadêmico pelo trabalho íntegro e responsável, sendo também convidado por diversas entidades de classe para atuar como membro, entre elas, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), onde foi presidente (1970 a 1973) e conselheiro (1968 a 1970).

Ivo Malhães também foi presidente da Academia de Ciências Contábeis do Estado do Rio de Janeiro (1980 a 1997); membro fundador do Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (Ibai), em

1970; primeiro presidente e fundador da Associação dos Peritos Judiciais do Estado do Rio de Janeiro (APJERJ), em 1977; e imortal da Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais (Academia Nacional de Economia – ANE).

Ivo Malhães de Oliveira era um homem à frente do seu tempo. Contador, professor, auditor e consultor de empresas, foi também conferencista e palestrante em diversos congressos, convenções e eventos da classe contábil nacionais e internacionais, deixando seu nome definitivamente ligado à história da Contabilidade brasileira.

Biblioteca Ivo Malhães de Oliveira

Localizada no Conselho Federal de Contabilidade, a biblioteca foi inaugurada em 16 de novembro de 1973, pelo então presidente Ivo Malhães. Ela conta com obras que enfocam, específica ou correlativamente, assuntos afetos à área contábil e a outros temas de interesse do CFC.



Editor: Professor Doutor José Antonio de França é Contador, auditor independente e economista. Doutor em Ciências Contábeis; professor adjunto do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília – UnB.



Anatomia de um Desastre

Editora: Portfolio-Penguin/Schwarz

Ano: 2016

Autor: Claudia Safatle, João Borges e Ribamar Oliveira

ANATOMIA DE UM DESASTRE é uma obra que relata fatos da vida política recente do Brasil, por personagens que direta ou indiretamente participaram da gestão ou dos bastidores, que noticiam e que acompanham a engenharia política do poder, a começar pelo prefaciador, um ex-presidente do Banco Central.

Os fatos reportados até poderiam ser tratados como documentário, porque seus conteúdos assim parecem ao leitor. Nos 21 capítulos, prefácio e epílogo que compõem a obra, os autores apresentam o leitor com detalhes que podem ser entendidos como depoimentos de uma era que os brasileiros que querem o bem do Brasil poderiam chamá-la de "ERA MALDITA", compreendida entre 2003 e 2016. Os dois primeiros capítulos relatam parte do movimento da transição do governo do PSDB para o

governo do PT, focados na economia, que era um dos pontos cruciais da desconfiança do mercado e demais instituições, no governo que assumiu o poder em 2003. Para aquele momento parecia essencial o novo governo sinalizar para o mercado que não haveria ruptura institucional e que os contratos seriam respeitados, e fez isso na escolha do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central. Relatam os autores detalhes de reuniões, encontros e desencontros dos players do PODER, início das descobertas dos escândalos, manobras e corrupção que mais tarde seriam noticiados e comprovados e que culminaram inicialmente com a queda do Ministro da Fazenda, do Ministro-Chefe da Casa Civil, o ensaio do impedimento do primeiro Presidente da República eleito pelo PT e o impedimento definitivo do segundo Presidente eleito pelo PT.

A leitura dessa obra é recomendável para os Contadores, ainda que tenhamos acompanhado e vivido as notícias desses desmandos que empurraram o País para estado de penúria em que ele se encontra, porque esse estado de penúria que nos atinge hoje também atingirá nossos descendentes amanhã e, quem sabe, poderá servir para melhorar nossa consciência do voto. Se isto ocorrer, será a coisa positiva.

O restante dos capítulos fica para a leitor apreciar e tirar suas conclusões e mais que tudo, se quisermos um país melhor, precisamos ser diligentes na escolha dos mandatários da nação por meio do voto.



Lava Jato

Editora: Primeira Pessoa

Ano: 2016

Autor: Vladimir Netto

Esta obra, intitulada Lava Jato retrata, possivelmente, o mais sórdido esquema de bandidagem contra a população brasileira, promovido por políticos, empresários, autoridades, afilhados e simpatizantes do mais refinado e bem estruturado esquema de corrupção contra as finanças do Brasil. E essa trama retratada na obra reporta apenas o início do que já se conhece por meio da mídia, que também ainda não é tudo.

O prefácio da obra não é contundente ao ponto de instigar o leitor a avançar no conteúdo que está distribuído em 12 capítulos, um prólogo e um epílogo, mas à medida que se adentra à leitura, a partir do capítulo 1, percebe-se o quão desafiador é o enredo da trama reportada em linguagem de fácil entendimento e da profundidade com que se empenhou o autor.

A narrativa das conversas dos executivos dos envolvidos com o esquema criminoso da corrupção com os demais corruptos do Poder, empresários e políticos, quase todos divulgados pela mídia, e que eles veemente negam, são fatos que diminuem a inteligência de alguns dos brasileiros que se sentem confusos com as mentiras propositadas daqueles que ocupam o Poder.

Mas nós contadores que enfatizamos que a contabilidade é a linguagem universal dos negócios, em que nos omitimos? Balanços maquiados, mentiras contabilizadas e demais extorsões, todas camufladamente reportadas nas demonstrações financeiras auditadas pelas auditorias de grife acreditadas pelo mundo capitalista como razoável. É uma reflexão! Os demais capítulos são o desafio do leitor para uma contextualização com uma das partes podre do poder.



XI Encontro Nacional da

Mulher
CONTABILISTA



XVI Convenção de
Contabilidade do
Rio Grande do Sul

Lema

*Compartilhando experiências,
unindo competências.*



Dois eventos em um

13 a 15/9/2017 • **GRAMADO (RS)**

O coração da Serra Gaúcha espera por você para viver
todos os seus encantos em 2017!

Inscreva-se

www.cfc.org.br/evento | Informações: (61) 3314-9501



EU

ABRAÇO

A ÉTICA, A CIÊNCIA, A TÉCNICA, O ZELO, A PRECISÃO, A EFICIÊNCIA, A QUALIDADE, A INOVAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO, O PENSAMENTO, OS PROCESSOS, OS RESULTADOS, A TECNOLOGIA, A EVOLUÇÃO, O SABER, O SER, O DESCOBRIR, A INICIATIVA, O PROGRESSO, O NOVO, O BRASIL, O GLOBAL, O SOCIAL, O MEIO AMBIENTE, O EMPREENDEDORISMO, A TEORIA, A PRÁTICA, O INDIVÍDUO, A EQUIPE, O ONTEM, HOJE E AMANHÃ, A RESPONSABILIDADE, A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO,

A CONTABILIDADE.

Um abraço não consiste só no entrelaço entre duas ou mais pessoas. Também abraçamos causas, ideologias, crenças e o que nós somos. Abraçamos a nós mesmos e isso começa com o que escolhemos para o nosso futuro. Se você é tão apaixonado pela Contabilidade como nós, não fique de fora desse abraço. A ABRACON oferece produtos personalizados para que você possa mostrar o seu orgulho pela profissão que abraça todos os dias. Para mais informações, acesse o site www.abracon.org.br.

